

Estudos de Sociologia

v. 29, n° 1



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.29 – n.1 – 1° semestre de 2024

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-reitora: Prof. Dra. Maysa Furlan

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Vice-diretor: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Chefe: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha

Vice-chefe: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Assessora Administrativa: Tania Luci Manzolli

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Ianni Segatto

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português, espanhol e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

e-ISSN: 1982-4718

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Paulo José de Carvalho Moura

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Revisão para o inglês: Jussara Ungari

Capa e Divulgação: Luana di Pires

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Portal de Periódicos FCLAr - Unesp: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/index>

Contato Principal: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim (Editora). E-mail: maria.jardim@unesp.br

Contato para Suporte Técnico: Luiz Borges (Biblioteca FCLAr). E-mail: straud.fclar@unesp.br

Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara – Departamento de Ciências Sociais:

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Fone: (16) 3334-6218

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Ana Lúcia Castro UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbaux UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Afranio Garcia, École des Hautes Études EHESS, França
en Sciences Sociales

Monique De Saint-Martin, École des EHESS, França
Hautes Études en Sciences Sociales

Philippe Steiner PARIS IV - Université Paris-Sorbonne e Institut Universitaire de France, França

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Anete Brito Leal Ivo UFBA – Universidade Federal da Bahia – Salvador / BA

Antonádia Monteiro Borges UNB - Universidade de Brasília - Distrito Federal

Cornelia Eckert UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

Eduardo Garuti Noronha	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP
Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP
Heitor Frúgoli Junior	USP - Universidade de São Paulo – São Paulo/SP
Irllys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/Ceará
Jacob Carlos Lima	Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.
José Antonio Segatto	UNESP - Universidade Estadual Paulista - Araraquara/SP
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia.
Marco Antônio Teixeira Gonçalves	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP - Universidade de São Paulo/São Paulo - SP
Maria Ribeiro do Valle	UNESP - Universidade Estadual Paulista - Araraquara/SP
Profª. Dra. Meryl Adelman	UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR
Nádyia Araujo Guimarães	Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Roberto Grün	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP
Sérgio França Adorno de Abreu	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Ana Piedade Monteiro	Universidade de Zambeze, Moçambique
Annie Thébaud-Mony	INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França
Adriana Bebiano	Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Elizabeth Ewart	University of Oxford, Londres, Reino Unido
Frederic Lebaron	École Normale Supérieur Paris-Saclay, França
Gerard Mauger	EHESS - École des hautes Études en Sciences Sociales, França

Hinnerk Bruhns	Directeur de recherche émérite au Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS) et membre du Centre de recherches historiques (EHESS/CNRS), Paris, França
István Mészáros	Universidade de Sussex, Reino Unido
Jaime Amparo Alves	University of New York City/ Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, Estados Unidos
Joseph Yvon Thériault	Universidade de Montréal/ UQUAM, Montréal, Canadá
Klaus von Lampe	City University of New York/CUNY, New York, Estados Unidos
Marie-Blanche Tahon	Universidade de Ottawa/UOTTAWA, Ottawa, Canadá
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca/US Salamanca, Espanha
Marta Araújo	UC - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Massimiliano Minelli	Università degli Studi di Perugia, Itália
Michael Löwy	CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique, França
Paul Henley	University of Manchester, Reino Unido
Pablo Gonzáles Casanova	UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México - México

Pareceristas do v.29, nº 1 (2024)

A Revista Estudos de Sociologia agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres:

Alexandre Aparecido dos Santos	USP
Elaine da Silveira Leite	UFPEL
Flávia Ribeiro Amaro	UFJF
Gabriela Porcionato	UFSCar
Mateus Tobias Vieira	UNESP
Raoni Borges Barbosa	UFPI
Lucas Flores Vasques	UNESP
Thais Joi Martins	UFRB
Márcia da Silva Mazon	UFSC
Antonio Pedroso Neto	UFTO
Luana di Pires	UNESP
Thais Caetano de Souza	UNESP

SUMÁRIO

ARTIGOS

“Transito pelo terreno”. Narrativas sobre depressão no Youtube©
(Argentina, 2022-2023)..... 17

Eugenia Bianchi e Esteban Grippaldi

Individualidade e Sociedade: a construção social da subjetividade na
teoria social clássica e contemporânea 41

Tiago Barros de Oliveira Rosa

Fake news, política e racismo religioso no Brasil (2020-2022)..... 63

Jorge Amilcar de Castro Santana e Camilla Fogaça

Raízes da violência urbana: causas de curto e de longo prazo das taxas
de homicídios intencionais nas metrópoles brasileiras entre 1992 e
2018..... 83

Matheus Boni Bittencourt e Alex Niche Teixeira

Bruno Latour e a ecologia decolonial: um diálogo possível?..... 109

Gabriel Barth da Silva e Nicolas Paes Coelho

Concepções de controle e transformações de espaços sociais: os embates
e configurações de uma Santa Casa 125

*André Luiz Mendes Oliveira, Júlio César Donadone, Mário
Sacomano Neto e Bruna Angélica Casonato Ribeiro*

RESENHA

O capital sexual e suas desigualdades..... 151

Caio César Pedron

TABLE OF CONTENTS

ARTICLES

“Passing through earthly”. Narratives on depression in YouTube©
(Argentina, 2022-2023)..... 17

Eugenia Bianchi and Esteban Grippaldi

Individuality and Society: the social construction of individual
subjectivity in classical and contemporary social theory..... 41

Tiago Barros de Oliveira Rosa

Fake news, politics religious racism in Brazil (2020-2022) 63

Jorge Amilcar de Castro Santana and Camilla Fogaça

Roots of urban violence : short and long term causes of intentional
homicide rates in brazilian metropolis between 1992 and 2018..... 83

Matheus Boni Bittencourt and Alex Niche Teixeira

Bruno Latour and decolonial ecology: a possible dialogue? 109

Gabriel Barth da Silva and Nicolas Paes Coelho

Conceptions of control and social spaces transformation: a Santa Casa’s
struggles and configurations 125

*André Luiz Mendes Oliveira, Júlio César Donadone, Mário
Sacomano Neto and Bruna Angélica Casonato Ribeiro*

REVIEW ARTICLE

Sexual capital and its inequalities 151

Caio César Pedron

TABLA DE CONTENIDO

ARTÍCULOS

“Transitar lo terrenal”. Narrativas sobre depresión en YouTube©
(Argentina, 2022-2023)..... 17

Eugenia Bianchi y Esteban Grippaldi

Individualidad y Sociedad: la construcción social de la subjetividad en
la teoría social clásica y contemporánea..... 41

Tiago Barros de Oliveira Rosa

Fake news, política y racismo religioso en Brasil (2020-2022)..... 63

Jorge Amilcar de Castro Santana y Camilla Fogaça

Raíces de la violencia urbana: causas de corto y largo plazo de las
tasas de homicidio intencional en las metrópolis brasileñas entre 1992
y 2018..... 83

Matheus Boni Bittencourt y Alex Niche Teixeira

Bruno Latour y la ecología decolonial: ¿un diálogo posible?..... 109

Gabriel Barth da Silva y Nicolás Paes Coelho

Concepciones de control y transformaciones de espacios sociales: las
luchas y configuraciones de una Santa Casa..... 125

*André Luiz Mendes Oliveira, Júlio César Donadone, Mário
Sacomano Neto y Bruna Angélica Casonato Ribeiro*

RESEÑA

El capital sexual y sus desigualdades..... 151

Caio César Pedron

Artigos

“TRANSITO PELO TERRENO”.
NARRATIVAS SOBRE DEPRESSÃO NO
YOUTUBE© (ARGENTINA, 2022-2023)

“TRANSITAR LO TERRENAL”.
NARRATIVAS SOBRE DEPRESIÓN EN
YOUTUBE© (ARGENTINA, 2022-2023)

“PASSING THROUGH EARTHLY”.
NARRATIVES ON DEPRESSION IN
YOUTUBE© (ARGENTINA, 2022-2023)

*Eugenia BIANCHI**
*Esteban GRIPPALDI***

RESUMO: São analisadas narrativas biográficas de pessoas residentes na Argentina com diagnóstico de depressão, que divulgaram sua condição no YouTube© em 2022-2023. Contribuições teórico-conceituais da sociologia do diagnóstico das narrativas digitais são incluídas para estudar as formas de dar sentido à depressão por usuários e comentaristas do YouTube©. Os resultados incluem o processo de obtenção do diagnóstico, a resignificação da identidade uma vez estabelecido o diagnóstico nas narrativas de quem conta suas experiências e de quem deixa comentários. Como emergem do estudo, destacam-se as alusões ao suicídio como instância biográfica nas narrativas sobre depressão, e o confronto de narrativas entre vídeos e comentários, em relação ao diagnóstico e possíveis tratamentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Depressão – Narrativas públicas – Diagnósticos – YouTube©*

* Docente de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (CONICET-UBA). Investigadora en Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG) y Grupo de Estudios Sociales sobre Fármacos y Diagnósticos (GESFyD), Buenos Aires, Argentina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2311-7490>. Contato: eugenia.bianchi@gmail.com.

** Docente de la Universidad Nacional del Litoral (CONICET-UNL). Instituto de Humanidades y Ciencias del Litoral (IHUCSO), Ciudad de Santa Fe, Argentina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0549-2596>. Contato: grippaldiesteban@hotmail.com.

RESUMEN: *Se analizan narrativas biográficas de personas residentes en Argentina con diagnóstico de depresión, que hicieron pública su condición en YouTube© en 2022-2023. Se incluyen aportes teórico-conceptuales de la sociología del diagnóstico y las narrativas digitales, para estudiar las formas de dar sentido a la depresión por parte de usuarios y comentaristas de YouTube©. Los resultados incluyen el proceso de llegar al diagnóstico, la resignificación de la identidad una vez establecido el diagnóstico en las narrativas de quienes cuentan sus experiencias y de quienes dejan comentarios. Como emergentes del estudio se destacan las alusiones al suicidio como instancia biográfica en las narrativas sobre depresión, y la confrontación de narrativas entre videos y comentarios, en relación al diagnóstico y los tratamientos posibles.*

PALABRAS CLAVE: *Depresión – Narrativas públicas – Diagnósticos – YouTube©*

ABSTRACT: *Biographical narratives of people with depression diagnosis residing in Argentina, who made public their condition on YouTube© in 2022-2023 are analyzed. Theoretical and conceptual contributions from sociology of diagnosis and digital narratives are included, in order to study the ways of making sense of depression by YouTube© users and commentators. Results include topics such as the process of reaching the diagnosis, the resignification of identity once the diagnosis is established on the narratives of those who tell their experiences and those who leave comments. As emerging topics from the study, the allusions to suicide as a biographical instance in the narratives about depression, and the confrontation of narratives between videos and comments, in relation to the diagnosis and possible treatments stand out.*

KEYWORDS: *Depression – Public narratives – Diagnostics – YouTube©*

Introducción

Se presentan resultados de una investigación que analiza narrativas de personas residentes en Argentina con diagnóstico de depresión, que hacen pública su condición en plataformas digitales. Para ello, se incluyen reflexiones y aportes entramados en la sociología del diagnóstico (JUTEL, 2011) y las socio-narrativas, en especial las narrativas digitales (PLUMMER, 2019), para estudiar las formas de dar sentido a la depresión por parte de usuarios y comentaristas de canales de YouTube©.

Se analizan el proceso de llegar al diagnóstico, y la resignificación de la identidad una vez que la persona ha sido diagnosticada en las narrativas de quienes cuentan sus experiencias biográficas en YouTube©, y de las personas que comentan estos videos. El foco en la depresión responde a que se trata del diagnóstico más frecuente en salud mental y, por su alta prevalencia, es considerada un trastorno mental común (OMS, 2023). En un clima de época en el que se expande una cultura diagnóstica y terapéutica (BRINKMANN, 2016; FUREDI, 2004; PAPALINI, 2014) las personas con diagnósticos de depresión encuentran en las plataformas digitales un espacio privilegiado para conocer otras experiencias, compartir las suyas e intercambiar información y estrategias de afrontamiento. Con la Web 2.0 cambia la experiencia del padecimiento depresivo, deja de ser privada y se convierte, cada vez más, en pública, trascendiendo los espacios clínicos tradicionales y el ámbito familiar (CONRAD; BANDINI; VÁZQUEZ, 2016).

La metodología sigue lineamientos cualitativos, con un diseño flexible e interactivo. Se utiliza el método biográfico en su vertiente de relatos de vida. Se analizan testimonios de acceso abierto en la web sobre experiencias personales de vivir con depresión, publicados en 2022 y 2023. Centramos la búsqueda de fuentes en la plataforma YouTube©, debido a la masividad de usuarios/as en Argentina y a que incluye narrativas audiovisuales con comentarios de la audiencia.

Se discuten, por una parte, narrativas en torno al proceso de llegar al diagnóstico de depresión y la resignificación de la identidad una vez diagnosticados de personas que hacen público su diagnóstico en YouTube© y, por otra se analizan los comentarios de suscriptores.

La trama teórico-conceptual

Consideramos una trama de perspectivas, conceptos y procesos analíticos procedentes de las ciencias sociales que conjuga tres vectores interrelacionados: sociología del diagnóstico, depresión y narrativas digitales.

Por una parte, la sociología del diagnóstico y los estudios sociales del fármaco se posicionan en el siglo XXI como espacios de análisis que, al tiempo que remiten a la medicalización de la sociedad, implican algunas actualizaciones de énfasis respecto de esta (Bianchi, 2022, 2018). Entre ellas, se destacan los estudios que, sin perder un enfoque crítico, atienden a la multiplicidad de fuerzas y factores sociales intervinientes en el proceso (CONRAD, 2005), y la consecuente coexistencia entre efectos positivos y negativos de la medicalización (MC GANN 2011). A estas líneas se suman los planteos de Jutel y Nettleton (2011) respecto del ascenso del neoliberalismo, la globalización y el marketing. Conrad (2005) y Mc Gann (2011) también enfatizan la relevancia de lo que Furedi (2006, p. 15)

denominó “la medicalización desde abajo”, para dar cuenta del reacomodamiento de fuerzas en el siglo XXI, de acuerdo con el cual la medicina y la profesión médica ceden potencia. En su estudio sobre los vehículos que contribuyen a la globalización del Trastorno por Déficit de Atención con Hiperactividad (TDAH), Conrad y Bergey (2014) mencionan a la industria farmacéutica transnacional, la influencia creciente del Manual Diagnóstico y Estadístico de los trastornos mentales (DSM), los grupos de apoyo e Internet. Considerada en términos amplios, esta enumeración expone la relevancia de temáticas de salud mental en los análisis de la medicalización en el siglo XXI.

Estas contribuciones reposicionan la relevancia de llevar adelante estudios que buscan dar cuenta de los complejos procesos por los cuales, a la vez que se resisten y critican los procesos de diagnóstico en salud mental, los mismos son valorados positivamente, legitimados y manifiestan dinámicas en las que las personas buscan insertarse. En especial, y como plantea Rosenberg (2002) debido a que los diagnósticos biopsiquiátricos tienden a presentarse en marcos ‘libres de valores’ acerca de qué es normal y qué es desviado, oscureciendo los aspectos políticos, económicos y éticos de los mismos.

El segundo vector remite a la depresión como categoría de análisis en Ciencias Sociales. En sintonía con la sociología del diagnóstico, partimos de una concepción no esencialista, no sustentada en la presuposición de la depresión como un trastorno que se tiene, independientemente del lenguaje que se utiliza y del contexto de uso de la nosología. Con este supuesto epistemológico no se pretende desestimar la materialidad de los signos corporales y de los malestares que la biomedicina y la psiquiatría codifican como síntomas. Antes bien, sostenemos que la realidad de las depresiones radica en los contextos culturales que interpretan y otorgan un significado particular a modos de estar en el mundo (MARTIN, 2007; JUTEL Y RUSSELL, 2023). Las personas pueden clasificarse como depresivas en tanto en un periodo histórico está disponible esa clasificación (CAPONI, 2009; PINHEIRO, 2019). Descentrar el diagnóstico de depresión conduce a atender, entre otras cuestiones, al proceso y las implicaciones biográficas de recibir por parte de profesionales de salud mental, e identificarse, con el diagnóstico de depresión (RØNBERG, 2017).

El trabajo de identificación con esta categoría se realiza a través de la apropiación e interacción con discursos de diversa índole: cuestionarios de autodiagnóstico, libros de autoayuda, sitios web, testimonios en redes sociales, etc. (CONRAD; BANDINI; VÁZQUEZ, 2016). Se trata de un entramado diverso de saberes y prácticas de las configuraciones culturales contemporáneas, entre las que se destacan las instituciones terapéuticas e internet, que instan a concebir, interpretar y ver ciertos signos corporales y sufrimientos en clave de depresión. Por tanto, la depresión es un logro interpretativo provisorio de quienes aplican este término para describirse a sí mismo (y a otro/as) en escenarios específicos. Así, ‘tener depresión’ o ‘ser

depresivo’, es el resultado temporal del uso de marcos interpretativos disponibles en espacios de interacción (Grippaldi, 2023). Esta noción asume diversos significados que, en parte, se expresan en las narrativas biográficas de quienes están diagnosticados y se auto-perciben con depresión.

Por último, el tercer vector atiende a los estudios sobre narrativas. La relación entre sociología del diagnóstico y narrativas fue destacada por Jutel y Nettleton (2011), y Jutel y Russell (2023); estas últimas incorporaron la noción de patografía para posicionar los procesos de diagnóstico que se producen fuera de ámbitos clínicos. El concepto incluye personajes reales o ficcionales, actuales e históricos; pero todos coincidentes en la historización de las vidas. Aunque con predominio de figuras públicas o de la cultura popular, también abarca comentaristas sociales o médicos, artistas, políticos, empresarios, académicos, público general, a lo que podemos sumar *influencers* en redes sociales. En cuanto a los medios de circulación, integra la televisión, los periódicos, y crecientemente, redes sociales y plataformas digitales de distinto tipo. Estos diagnósticos extraclínicos condensan y solapan distintos aspectos, entre ellos quiénes diagnostican a quiénes y porqué, y con qué planificaciones y tratamientos.

Para Jutel y Russell (2023), las patografías juegan un rol importante en la cultura contemporánea, dan forma a las historias y visibilizan las expectativas populares respecto del diagnóstico. El diagnóstico tiene múltiples efectos: de legitimación, estigmatización y explicación de la desviación, pero para las autoras no siempre está puesto al servicio de lo que en 1951 Parsons (1999) llamó el rol social del enfermo. Antes bien, las patografías evidencian que el diagnóstico puede estar, además, al servicio de la narración de una historia.

Desde un enfoque socio-narrativo (MECCIA, 2019) las narrativas son construcciones textuales (orales, escritas o audiovisuales) en las cuales las personas elaboran tramas para dar sentido y coherencia a sus existencias. También son recursos cognoscitivos que permiten la localización de las experiencias del yo en el mundo. Estas formas de dar sentido al pasado desde el presente son dialógicas; se elaboran a partir de la aplicación de esquemas interpretativos provistos por la cultura en un momento histórico particular y son destinadas a determinados públicos (MECCIA, 2019).

Contar y poner en palabras la propia existencia a otros/as, ausentes o presentes, conocidos y/o desconocidos, no es mera reproducción ni descripción de hechos de forma éticamente neutra. Por el contrario, implica una selección y perspectiva que configura una serie de acontecimientos (reales y/o imaginados) en una relación causal y significativa y, de modo más o menos explícito, una evaluación y valoración de otros personajes y de la historia contada por el/la protagonista. Por tanto, quienes narran anexan referencias valorativas al mundo que existe y a modos de vida posibles (ARFUCH, 2010).

En este contexto, la expansión de la Web 2.0 transforma la experiencia de la enfermedad, que avanza desde un ámbito privado a un espacio crecientemente público (CONRAD; BANDINI; VÁSQUEZ, 2016). En consonancia con un espacio biográfico en ampliación (ARFUCH, 2010) Internet supone una expansión de prácticas testimoniales, crónicas y diarios íntimos o éxtimos que redundan en la ‘publicitación de lo privado’ (SIBILIA, 2012). Específicamente en relación a la salud mental y la vida cotidiana, existen numerosos videos que circulan en YouTube© al respecto (SILVA *et al.*, 2022; KOEPP, EDMONDS, 2021). Sostenidos en Internet como plataforma de publicitación, entonces, las narraciones sobre malestares psíquicos convierten sufrimientos históricamente considerados íntimos, privados, en padecimientos con resonancia pública, y con carácter performativo (ILLOUZ, 2010).

Entre los motivos que llevan a las personas que experimentan algún malestar mental a recurrir a entornos virtuales para una mejor gestión de sus padecimientos, se cuentan: conocer a iguales, compartir experiencias, recibir apoyo y encontrar historias que posibiliten entender las propias (JOVER-LEAL; GRAU-MUÑOZ, 2021). Las redes sociales facilitan la sociabilidad entre pares (CASTRO; BRANDÃO, 2020) e instauran procesos de aprendizaje con sus marcos interpretativos para repensar sus biografías. En redes sociales también coexisten puntos de vista legos y expertos sobre padecimientos específicos que apoyan, cuestionan y promueven perspectivas alternativas al conocimiento médico y a la medicalización de los problemas humanos (CONRAD; RONDINI, 2010).

Estudios a nivel global (CONRAD Y BERGEY, 2014; ZHOU *et al.*, 2018) y realizados en países de ingresos medios y bajos (HAGG; DAHINTEN; CURRIE, 2018) coinciden en señalar que el espacio virtual es un *locus* de búsqueda de información, asistencia y cuidados en relación a problemas de salud y de salud mental, y que esa transformación de los límites entre lo público y lo privado tiene efectos en la relación entre usuarios y profesionales de salud (SMAILHODZIC, *et al.*, 2016). La producción y difusión de materiales, experiencias y narrativas on-line también implica que internet se configura como espacio de mediación, participación e intercambio de conocimientos (SILVA *et al.*, 2022). En este escenario, los medios on-line de comunicación masiva y las plataformas digitales exponen síntomas y conceptos médicos, y emplean terminología específica.

Para Jutel y Russell (2023) las patografías son un pasatiempo popular aceptado y una forma de entretenimiento. Si además se considera que el avance de los medios de comunicación virtual acontece en un mundo globalizado, y en un contexto de aceleración de la difusión de la información, se comprende el incremento en el número de personas que, a través de narrativas autobiográficas disponibles en redes sociales, producen contenidos como testimonios de sus historias de vida (SILVA *et al.*, 2022).

Metodología

La estrategia metodológica es cualitativa y sigue un diseño flexible e interactivo (FLICK, 2015). Aplicamos el método biográfico en su vertiente de relatos de vida (*life story*) (MECCIA, 2019). Esta orientación metodológica analiza datos relativos a un transcurso de tiempo biográfico, y es útil para relevar las formas y recursos cognoscitivos que disponen las personas para contar sus vidas o, concretamente, eventos que implican un punto de inflexión en la biografía (MECCIA, 2019).

Actualmente existe innumerable cantidad de documentos de vida –cartas, diarios, notas, autobiografías, materiales audiovisuales, posteos en redes sociales, etcétera– que brindan datos sobre maneras de significar las vidas situadas. Estos datos disponibles públicamente permiten acceder a quienes investigan a narraciones ‘no solicitadas’ (O’BRIEN; CLARK, 2010).

Para el artículo diseñamos una estrategia de obtención de datos centrada en fuentes secundarias o documentos biográficos, cuya producción no requiere la intervención ni mediación por parte de quienes investigan (PLUMMER, 2001; STANLEY, 2013). Para este artículo se seleccionaron 3 videos publicados en la plataforma YouTube©. En julio de 2021 este sitio web contaba con 28 millones de suscriptores mayores de 18 años en Argentina, el país de la región en el que más se incrementaron los canales que superan el millón de suscriptores, registrando un aumento del 50% respecto del año anterior (AVOLIO, 2021).

Los relatos de vidas suministran datos sobre individuos, pero también expresan problemáticas y tópicos relevantes para la sociedad en su conjunto, o sectores de ésta. Por estas características, no suelen requerirse diseños muestrales sustentados en la representatividad estadística o epidemiológica (FERRAROTTI, 1988). Antes bien, las muestras de narrativas se sostienen en rangos de individuos que expresen un arco significativo de manifestaciones del fenómeno bajo estudio. Siguiendo estas consideraciones, se realizó un muestreo intencional no probabilístico, con criterios de inclusión teóricos (FLICK, 2015) establecidos por etapas.

En una primera etapa, se seleccionaron videos: a. de acceso público en YouTube© (ni privados ni no listados); b. en español; c. publicados en canales de personas mayores de 18 años; d. que incluyeran en el título la palabra depresión; e. cuya fecha de publicación no fuera mayor a dos años de antigüedad (postpandemia), f. de canales con una cantidad significativa de suscriptores, duración, vistas y/o comentarios. En la segunda etapa, se especificó la búsqueda de videos según los siguientes criterios: a. que la duración de los videos supere los 30 minutos; b. que los videos superen los 200 comentarios de suscriptores; c.; que se trate de personas diagnosticadas con depresión residentes en Argentina; d. que no sean solo figuras públicas; e. que se incluyan otras personas en el video, con rol de entrevistador, moderador, o participantes.

Cuadro 1: Datos de los videos

Datos al 6/12/2023	Ana Paula (ex modelo, decoradora)	Fernando (filósofo)	Pablo (humorista, YouTuber)
Canal	Blender	Calma al Mar	PoggoldTV
Título del video	Las pibas dicen - Episodio 2 - 139 lexatins: Depresión Blender	Caí en una depresión espeluznante y llegué a pensar en el suicidio como única salida	Sesiones cara a cara: DEPRESIÓN Y PSICO-FÁRMACOS: Vivir Siendo Pablo Agustín (x @estoestabu)
Enlace	https://www.youtube.com/watch?v=wJsJlZR97JY	https://www.youtube.com/watch?v=wXvObtLHa-I	https://www.youtube.com/watch?v=fGJpH3LpCjk
Características del canal	Canal de streaming, con transmisiones en vivo de programación diaria, y producción de contenidos diferidos para Instagram, Twitter, Tik Tok. Incluye cápsulas con temas específicos y un boletín. El video está en “Las pibas dicen” es un contenido semanal con 5 conductoras que conversan sobre temas como maternidad, depresión, soltería, celos, etc.	Canal del Centro de Psicología “Calma Al Mar” (Valencia, España), dedicado al tratamiento psicológico de adultos, niños y adolescentes. Incluye videos con profesionales, expertos y personas con diagnósticos de depresión, ansiedad, trauma, pánico, adicciones, bipolaridad, etc. Realiza transmisiones prácticamente a diario, moderadas por un psicólogo.	Canal de entrevistas individuales, con videos para Instagram y Tik Tok. En YouTube incluye Playlists llamadas: Ciclos sobre Crímenes y Casos, Salud mental, Challenges, y Vivir Siendo: Sesiones Cara a Cara. En este último se incluye el video, y otros temas: violación, sexo, VIH, discapacidad, aborto, suicidio, subrogación, calvicie femenina, adicción al juego, etc.
Duración	32:21	1:01:08	30:53
Fecha	Estrenó el 20 sept 2023	Transmisión en vivo el 26 jul 2022	Estrenó el 25 sept 2022
Vistas	142,830	48,796	304,661
Suscriptores	135k	43.7 k	521k
Comentarios	627	240	760

Fuente: Elaboración propia.

Para el análisis de las fuentes, se transcribieron los videos y comentarios. Para cada tipo de dato se elaboraron matrices en planillas de cálculo y bases de datos, y se utilizaron técnicas de registro, grillado, filtro y sistematización en tablas dinámicas, consultas y reportes, que permitieron codificar, organizar y contrastar los materiales con categorías de análisis de acuerdo a los siguientes tópicos: i. diagnóstico y tratamiento en salud mental a lo largo de la vida; ii. establecimiento del diagnóstico por profesionales y/o autopercepción; iii. caracterización de la

depresión; iv. diagnóstico en la cotidianidad y relaciones, v. el futuro. Por utilizar un diseño flexible, atendimos a la aparición de tópicos emergentes (FLICK, 2015). El análisis fue comprensivo y no exhaustivo.

Acorde a la noción de trama, el análisis narrativo considera cada historia como un todo. Así, para analizar los videos se reconstruyó la trama, entendida como una historia con principio, nudo y desenlace (MECCIA, 2019), a fin de no descontextualizar los relatos. Se compararon los casos en torno a cada núcleo analítico y se construyeron categorías para describir diferencias y similitudes entre sí. Los comentarios no se analizaron como narrativas, sino con las antedichas técnicas de análisis de documentos.

El diseño del estudio no se sometió a valoración ética por tratarse de un análisis de datos públicos de acceso irrestricto. Se utilizaron metodologías de las Ciencias Humanas y Sociales, de conformidad con la Resolución N° 510/2016 del Consejo Nacional de Salud, y se siguieron los Lineamientos para el Comportamiento Ético en las Ciencias Sociales y Humanidades del Comité de Ética de CONICET (Resolución 2857/2006).

Las preguntas que orientaron el estudio son ¿Qué narrativas acerca de la depresión se expresan en canales YouTube© con numerosos suscriptores? ¿Cómo se articulan y tensionan narrativas que remiten a argumentos clínicos profesionales, con experiencias en primera persona, en relación a procesos de diagnóstico por depresión? Y ¿qué efectos ha producido esta articulación?

El diagnóstico en la biografía

El diagnóstico es más que un acto emitido por un profesional; implica un proceso complejo mediante el cual las personas adquieren y confrontan nociones provenientes de saberes expertos para dar sentido a sus experiencias (JUTEL, 2011; ROSE, 2022). El carácter procesual del diagnóstico implica una faceta temporal dinámica que conduce a inscribirlo en las biografías. Así, nociones como la depresión permiten enmarcar y explicar determinados comportamientos y emociones con el lenguaje de la psiquiatría y la psicología (WEINBERG, 2021). En este trabajo de situar el diagnóstico en las biografías individuales, es posible diferenciar analíticamente, por un lado, el proceso de adquisición del mismo –momentos previos a identificar los malestares con depresión– y, por otro lado, una instancia posterior asociada a las implicancias identitarias de asumir ese diagnóstico (RØNBERG, 2019).

De la naturalización del malestar a darse cuenta

En los tres videos las narrativas dan cuenta de un periodo de tiempo en que las personas reconocen que sufrían lo que al momento de contar su historia identifican como depresión, pero que en ese entonces no lo sabían o no eran conscientes. Aunque percibieran malestares, la noción de depresión no formaba parte del repertorio de posibilidades identificatorias. Es con una labor de retrospectión que identifican que se encontraban en depresión. A diferencia del testimonio de Ana Paula, quien no profundiza en el proceso de llegada a un diagnóstico, porque parte de un momento crítico (su intento de suicidio), las entrevistas a Pablo y Fernando sí dan cuenta de esa temporalidad biográfica pretérita en la que no identifican al malestar como diagnóstico.

En este momento biográfico ocurre lo que denominamos ‘naturalización del malestar’: el conjunto de sufrimientos no es asociado, por parte de quienes padecen, a alguna categoría diagnóstica, ni implica buscar atención médica o clínica en general, sino que es dado por sentado o considerado una característica personal o un aspecto general, compartido por todo el mundo. Hay un acostumbamiento y racionalización del malestar que adopta distintas formas. La entrevista a Pablo ilustra este periodo.

P: Siento mucho las cosas, demasiado ¿me entendés?

E: ¿Vos ya te dabas cuenta de chico?

P: No, no era tan conciente. Porque de chico uno toma cualquier cosa como normal.

(...)

E: ¿Y en qué momento empezaste a darte cuenta y a tomar conciencia de que quizás lo que vos sentías no le pasaba a todo el mundo?

P: Me parece que fue más la gente que me rodeaba. Porque (...) por ejemplo en la depresión (..) es como que te justificás, lo negás, hay una parte tuya que está cómoda en sentirse mal porque es [a] lo que se acostumbró (...). Entonces, por más loco que suene y de una manera súper inconsciente (...) tipo: tenés que pedir ayuda y ‘No es tan grave’, ‘Pero ¿para qué voy a ir a un psicólogo? si hablo con mis amigos’. O ‘No tengo tiempo’, (...) ‘No tengo plata’. O sea, te vas poniendo trabas vos mismo para no sentirte mejor. Se llama resistencia eso. Entonces en un momento yo estaba trabajando para Recursos Humanos, hacía [trabajo] administrativo, pero todos eran psicólogos. Y (...) notaban que algo no andaba muy bien y me empezaban a decir: ‘Che, ¿por qué no empezás terapia?’ Y yo ahí con toda mi resistencia.

Los compañeros de trabajo de Pablo *hacen ver* que algo anda mal e incentivan a que busque ayuda profesional. El joven humorista emplea con frecuencia términos provenientes de la psicología: explica la situación de entonces por lo que denomina resistencia, entendida como una manera inconsciente de justificar, de negar para otros y para uno mismo que se trata de un asunto psicológico que requiere atención especializada. Y relaciona esta falta de aceptación del problema con un acostumbramiento y cierta comodidad en sentirse mal. Fernando también alude a este periodo biográfico:

F: Yo sabía que algo no estaba bien, pero se iba instalando tan lento, tan gradual que no podía percibir que se estaba gestando algo. Básicamente era que (...) había perdido la capacidad de sentir emociones. Realmente nada me frustraba demasiado, ni me alegraba. Por ahí tenía suerte con algo, pero quedaba en una posición pesimista (...) diciendo ‘¿Y para qué? si después me va a terminar saliendo mal’. Típico (...) síntoma depresivo. Pero ya lo digo, yo siempre fui así, poco demostrativo, nunca exaltado y eso hacía que yo mismo no me diera cuenta de que algo se estaba incubando y no sabía qué.

Así, una de las manifestaciones de la depresión en Pablo y Fernando se relaciona con problemas emocionales, aunque con características opuestas: mientras el primero sentía demasiado; el segundo no sentía nada. En ambos se torna problemático distinguir una característica de la personalidad de una afección que requiere la búsqueda de ayuda especializada. La cuestionada imprecisión diagnóstica de la depresión reside en que congrega síntomas opuestos: subir o bajar de peso, insomnio e hipersomnia, entre otros (PILGRIM, BENTALL, 1999; CAPONI, 2009). En el caso de Fernando, acorde a la noción fenomenológica de *existential feelings* (RATCLIFFE, 2015), se asocia a la pérdida de experimentación de ciertas emociones asociadas al placer.

La experiencia subjetiva de la depresión se vincula a un mundo que suele aparecer como muerto, mudo, deshojado y gris para el sujeto, al tiempo que se autopercibe como rígido, frío, vacío e insensible (ROSA, 2020); un mundo en el que, al decir de Fernando ‘Me era imposible gozar de nada’. El filósofo parece ingresar, como describe Karp (2017), en un espiral descendente, perceptible pero sin saber por qué, ni cómo detenerse. Otro fragmento ilustra este ‘ver como normal’ lo que posteriormente considera indicativo de la depresión.

F: (P)asaba mucho tiempo en Bahía [Blanca] solo, con la cabeza rumiando y creía, o lo tomaba como algo normal, pensar. ‘Es lo mío, yo pienso, me dedico a eso’. [...]Y me dedicaba a pensar. Insisto, yo no me daba cuenta, pero eso estaba mal, yo pensaba y era en negativo.

Fernando narra un cambio de registro de su experiencia: pensar demasiado negativamente deja de ser normal y pasa a ser rumiaciones. Su actividad laboral —que implica un trabajo intelectual y carece de espacios de trabajo compartidos— brinda, desde su punto de vista actual, una falsa comprensión que atribuye sus pensamientos a factores externos. En retrospectiva, estos ya ‘estaban mal’; indicaban una desviación inadvertida en ese entonces.

Los testimonios destacan que la depresión es un proceso del que a menudo lleva tiempo ‘darse cuenta’ (Grippaldi, 2022). La naturalización de los malestares, la resistencia, la porosa línea que separa los rasgos de la personalidad de los síntomas, contribuyen a que no se detecte como un problema de salud que requiere atención profesional y que, cuando las emociones sí son percibidas como indeseadas, se comprendan como características de la personalidad o derivadas de circunstancias externas más o menos prolongadas en el tiempo.

Recibir y aceptar un diagnóstico es un proceso que puede asumir particulares formas en las biografías de las personas. El malestar antes naturalizado, innominado, adquiere una denominación y porta significados que varían con el tiempo. Pablo explícitamente busca un diagnóstico profesional para saber ‘qué tiene’:

P: (Y)o pedí al [diagnóstico] mío, me agarró como un brote y dije: ‘No, esperá, quiero saber qué tengo’. En realidad, un diagnóstico no es ‘Diagnóstico, dos puntos: depresión’ (...), El diagnóstico es una página así [abre los brazos] y es, bueno ‘La persona, el sujeto tiene estas características, estos rasgos, bla bla bla’. Ciertas características que al estar presente(s) a lo largo del tiempo se podría(n) considerar una depresión. Pero aparte también te describe la personalidad que tenés y un montón de rasgos característicos tuyos, o sea, es mucho más que una palabra. Pero sí, tomo antidepresivos y depresión es una de las características tendientes a mi personalidad.

Para Pablo el diagnóstico es ‘más que una palabra’; describe la complejidad de la personalidad, en la que la depresión es una de las características a las que tiende la misma. Antes que una imposición externa, el diagnóstico aparece como una solicitud propia, para entender lo que sucede. Por su parte, la narrativa de Fernando sobre ‘darse cuenta’ está asociada a una exploración extraclínica en internet para comprender qué le pasaba, que le permite llegar a un autodiagnóstico de depresión antes de la intervención médica:

F: No me sentía bien, sentía que algo estaba mal y no entendía qué pasaba. Yo estaba apagado, oscuro [...]. Yo sabía que algo estaba mal, pero no sabía qué. Agarraba y me autodiagnosticaba por decirlo así, haciendo test de depresión y decía: ‘Ah esto es depresión’. Tengo tal, tal, sumaba los puntos y en la escala de,

no me acuerdo el autor ahora, me daba una depresión no ya moderada, sino ya alta.

Fernando diagnostica su propia enfermedad; con el autodiagnóstico asume la autoridad tradicionalmente otorgada a profesionales médicos. El autodiagnóstico opera como práctica monológica, proveniente de saberes expertos, pero que prescinde de la mirada profesional (EMMONS, 2010). El proceso de diagnóstico fuera del entorno clínico es en sí mismo un artefacto histórico, un reflejo de cómo entendemos y categorizamos la desviación en la modernidad tardía (JUTEL; RUSSELL, 2023). Fernando también describe otro modo de darse cuenta, como una espiral de caída imperceptible, en la que no sabía que necesitaba ayuda hasta que los malestares alcanzaron grados críticos que los pusieron en evidencia.

F: No me daba cuenta todavía que era algo que [venía] del 2016, pero con el tiempo me fui dando cuenta de que así era, que sufría demasiado hacía mucho y que fue tarde hasta que fui a pedir ayuda. Ni siquiera sabía que necesitaba ayuda hasta que allá en febrero de 2017 mi cerebro dijo: ‘Bueno, basta’ y empezó con los ataques de pánico, con una ansiedad insoportable, dolor por la vida, todo oscuridad, sueños, pesadillas espantosas.

En síntesis, las narraciones dan cuenta de un periodo en el que las personas no utilizan el vocablo depresión para representar sus malestares, sea porque no asocian sus emociones o comportamientos al término específico, sea porque naturalizan el malestar, por la resistencia al cambio, porque lo consideran una característica personal o un rasgo común de las personas. También por diferentes procesos, logran ‘darse cuenta’ que padecen depresión o necesitan ayuda profesional. El autodiagnóstico, la solicitud de diagnóstico a especialistas y la crisis son maneras de reconocerse, con o en, depresión. El diagnóstico de depresión aparece como un proceso que deriva, desde diversas formas de no darse cuenta, a una búsqueda activa por parte de quienes sufren para dar sentido y respuestas al malestar.

Después del diagnóstico

Las expectativas biográficas acerca de cómo continúa la vida después del diagnóstico varían según los significados que le asignen al mismo. La depresión puede considerarse crónica, recurrente, o una experiencia que puede ser superada. De los testimonios de Pablo y Fernando se extrae que tienden a asumir que en sus casos la depresión es algo que permanece al momento de la narración y, probablemente, continuará en el futuro. El humorista cuenta:

P: La depresión otra cosa que tiene al ver todo negativo [es que] también ves todo negativo de vos. Y también hasta el día de hoy lidio con eso, por más que esté medicado, y por más que esté en un tratamiento. O sea, no sé si se va del todo ¿me explico? Entonces es como que tenés que aprender a convivir y a identificarlo. Pero hay días en que ves todo mal. Te mirás al espejo y decís tipo: ‘Soy un horror, no lo puedo creer’ y te empezás a dar y dar. Después tengo que ver un video mío para corregirlo y digo ‘Soy la persona menos graciosa del mundo, ¿por qué estoy haciendo esto, para qué me expongo así?’. Y bueno, ahí es donde tenés que cortar y hacer otra cosa.

La depresión aparece como una entidad que incide en la visión del mundo y de sí mismo. En esta entificación (BRINKMANN, 2016) la depresión ‘hace ver’ todo negativo al protagonista. Desde la perspectiva de Pablo, aunque esté en tratamiento y medicado, diariamente tiene que lidiar, convivir, identificar y cortar para evitar un círculo vicioso con esas visiones impuestas por esta entidad. Un aspecto significativo del relato es la incertidumbre en relación al diagnóstico (‘no sé si se va del todo’); este ofrece un marco de comprensión, pero no delinea ni clausura potenciales desenlaces. Fernando también considera que la depresión es algo que continúa presente, aunque en el momento de la entrevista se encuentre mejor, porque ‘con el tiempo la cosa afloja’:

F: Una depresión, si bien se supone que puede ser recurrente, a mí nunca se me terminó de desaparecer. Sí he tenido periodos muy buenos. En invierno generalmente, en este hemisferio yo siento un bajón de energía, no vuelven los pensamientos suicidas, pero sí algún encanto con respecto a los cementerios. Intento (...) no pasar cerca de ese puente, detrás del cementerio, cuando salgo a correr, esporádicamente (...). Nunca corro para ese lado, porque no quisiera recordar ciertos sentimientos.

Fernando expresa que la depresión nunca desaparece totalmente. Aunque en menor intensidad, hay temporadas donde afloran ideas que estaban presentes en momentos más críticos. Por esta razón recurre a estrategias de evitación de lugares, como el puente en el que pensaba suicidarse. Después de la depresión, la vida no vuelve a tener los mismos colores:

F: Creo que todos lo que han pasado por una depresión han perdido el color. En todo caso la vida ya no es color brillante, sino color pastel. Pero esos colores pasteles no están tan mal (...). No sé si la maravilla de los colores brillantes vuelve, no sé si volverán. Pero tal vez fueron solo una ilusión. Y el que ha pasado por una depresión es tal vez el más realista de todos los hombres. Porque descubre

que nada lindo hay ahí y, sin embargo, no tiene por qué ser absolutamente oscuro (...). El sufrimiento se termina y no es que se va a vivir una vida dichosa, gozosa, feliz y de cuentos de hadas. Pero (...) (n)o hay porqué soportar siempre la sombra, cuando hay profesionales y hay un entorno que puede ayudar a alguien a resistir, para luego irse lentamente y acomodarse entre los colores pasteles.

La experiencia de depresión conduce a ver la vida con colores pasteles, sin su antiguo brillo. Las metáforas de los colores como descripción de este cambio en la visión sirven para transmitir que estos estados permiten ver la vida de un modo más objetivo. Elabora un relato subjuntivo (CONDE, 1994) en el que deja abiertas un conjunto de posibilidades, sin certezas, sobre el desenlace de su depresión. Duda acerca de qué ocurrirá a futuro: ‘no sé si volverán’, ‘tal vez fueron una ilusión’ esos colores vivos previos a la depresión. En sintonía con esta metáfora, Pablo alude a que “(T)odo es balance. Tengo que amigarme con estar en la tierra y no siempre como en el cielo o en el infierno”. Esta metáfora se asemeja a los colores pasteles, como punto intermedio; al mismo tiempo, deseable y realista.

Ana Paula después de la depresión también se encuentra mejor, pero a diferencia de los otros testimonios, parece haberla dejado atrás. A modo de introducción de su relato, afirma:

A P: La depresión es una enfermedad que nace en el cerebro y poco a poco se va expandiendo por el cuerpo. Llegué a sentirla en mis venas, me quitó la voluntad, la empatía, la creatividad, el deseo y lo más terrible: las ganas de vivir. Hoy que sé todo esto voy atenta, pero disfrutando la vida.

Ir ‘atenta’ significa que los estados depresivos quedan atrás, pero, quizás, puedan volver. Además, generan consecuencias que perduran en los vínculos sociales: “Uno quiere ser cuidadoso porque... más que nada por mis hijos, porque hay una herida que está, que va a estar toda la vida”. La depresión es superada, pero deja secuelas en las relaciones. El siguiente intercambio expresa la idea de una felicidad inédita:

Julieta: Siempre que me preguntan ¿cómo está Anita? digo ‘Mejor que todos nosotros’ [risas] y sin ningún tipo de medicación.

Fernanda: Se sale. Y acá estás, estás feliz, estás divina. Te vemos bailar cuando salimos. Como dice Juli, sos la más alegre y más feliz de todas por contraste, viste. Porque ves una luz tan fuerte, habiendo visto tanta oscuridad, que se te nota eso en la esencia de cómo vivís la felicidad ahora.

Ana Paula: Realmente, pensé que no había luz y hay luz. Y todo se puede, se puede salir. Estoy feliz, más feliz que nunca.

En la narrativa se resalta un mejor estado anímico asociado a la alegría. Una felicidad más allá del grupo de amigas y que, como expresa Fernanda, ve una luz de mayor intensidad porque transitó la oscuridad de la depresión. También aquí aparecen las metáforas de los colores, no los realistas colores pasteles sino con un brillo inesperado. Más que las narrativas de restitución en las que se puede controlar la enfermedad o restablecer una antigua normalidad a través de dispositivos médicos (FRANK, 1997), se trata de una narrativa de superación, en la que la protagonista logra estar incluso mejor que antes de la depresión.

En los testimonios de Fernando y Pablo, la depresión es algo con lo que se convive, que permanece, y no es posible establecer hasta cuándo. De ahí que esta incertidumbre diagnóstica se exprese en narrativas subjuntivas, que evidencian como posibilidad que se trate de un padecimiento crónico, o que el uso de medicación psiquiátrica sea por tiempo indeterminado. Como sostiene Good (2003) el empleo de estos aspectos subjuntivadores se comprenden porque las personas se encuentran inmersas en la historia que están contando y están implicadas en dar sentido activamente al padecimiento. Por el contrario, la narrativa sobre la experiencia de depresión de Ana Paula revela que estos estados son aspectos dejados atrás, superados.

Las narrativas biográficas expresan el carácter dinámico y procesual del diagnóstico en la vida de las personas. Por las características propias del diagnóstico de depresión, su fragilidad epistemológica (CAPONI, 2009) y la imprecisión conceptual (EHRENBERG, 2000) las personas asumen una pluralidad de sentidos, recorridos terapéuticos y desenlaces potenciales. Así, concebir la depresión como un logro interpretativo, conlleva considerar el diagnóstico psiquiátrico más allá de su tradicional faceta de medio de control social u opresión, para incorporar en la problemática a la agencia individual y a la búsqueda de las personas en dotar de un determinado sentido al malestar.

Emergentes del estudio: suicidio y comentarios

El diseño flexible adoptado permitió arribar a dos emergentes, no contemplados en los objetivos originales del estudio. Un análisis pormenorizado amerita estudios específicos, por lo que aquí solo los mencionamos. El primero consiste en que las tres narrativas, con profundidad diversa, coincidieron en referirse al suicidio, un elemento señalado en la OMS y numerosos estudios en relación a la depresión, pero que no estaba planteado explícitamente en los criterios de toma de muestra de los videos, referidos exclusivamente al diagnóstico.

En los testimonios de Ana Paula y Fernando las ideas sobre el suicidio, o el intento de suicidio toma parte importante de la narrativa y ocupa un lugar relevante

en la temporalidad biográfica y en las explicaciones del diagnóstico de depresión. En el video de Pablo, hay una referencia al suicidio al inicio de la entrevista, aunque no se retoma con posterioridad.

El segundo emergente surge del análisis de los comentarios de suscriptores a los videos. Conrad, Bandini y Vázquez (2016) resaltaron que la Web 2.0 alienta la interacción y el intercambio de información, experiencias, videos audios e imágenes, sobre los cuales las personas presentan intereses específicos, y Conrad y Stults (2010) marcaron cómo esto redundaba en que la enfermedad se presente como una experiencia pública.

Los repertorios de temas que se comentan en los videos analizados son sumamente variados, pero una alta frecuencia de comentarios es acerca de otros diagnósticos, en general de salud mental. Se incluyen pedidos para que en siguientes videos traten otros tópicos – desde trastorno límite de la personalidad hasta alcoholismo – y numerosas narraciones de experiencias personales o familiares de usuarios que refieren tener o haber tenido un diagnóstico, sea autopercebido o resultado de una consulta a profesionales. También son frecuentes los señalamientos sobre la importancia de los videos porque hablan y nombran a la depresión, saliendo del silencio y pudor, del tabú y la ignorancia.

Aquí el emergente se vincula con la confrontación de los comentarios con las narrativas que se exponen en los videos. Esta confrontación se expresa como una combinación entre comentarios que, aun cuando discrepan con las narrativas de los videos, sí valoran los saberes profesionales, y otros en los que la discrepancia con las narrativas de los videos se expresa en explicaciones extraclínicas, con argumentaciones procedentes de saberes por la experiencia individual que desestiman también a los saberes profesionales, sus diagnósticos y terapéuticas.

Un ejemplo del primer caso reconoce y valora positivamente la importancia de tratar el diagnóstico de depresión, pero señala lo onerosos que resultan los tratamientos y consultas, una restricción objetiva que obliga a otras soluciones:

@karen-sf4fu: Perd[ó]n pero me da mucha risa los ejemplos que dice [P]ablo 😊 Yo tuve depresi[ó]n 2 años nunca me trat[é] pero el d[í]a de hoy ya lo super[é] saben c[ó]mo? Ocup[á]ndome de m[i] y manteniendo la cabeza ocupada, ya sea trabajo, estudio, pareja o algo que te guste...s[é] que la depresi[ó]n no es joda y merece ser tratada pero en mi caso no pude tratarla por mi situaci[ó]n económica.

El comentario relativiza de modo jocoso la óptica que expone Pablo en su narración, plantea restricciones de acceso a de tratamientos profesionales, y narra la superación del diagnóstico que logró ‘por su cuenta’, con ocupaciones y foco en sí misma.

Sobre el segundo caso, las confrontaciones con explicaciones extra clínicas, se destacan comentarios que recurren a la astrología y los signos del zodiaco para inteligir aspectos de la personalidad de quienes transmiten los videos, pero también se documentó una lectura de clase y raza, que relativiza la existencia del diagnóstico, con énfasis en que quienes hablan en los videos tienen ‘problemas de blancos y ricos’. Un comentario al video de Blender dice:

@lindarizzuti9831: Adopten, vayan a comedores, salgan a laburar, conozcan la realidad social del pueblo, invol[ú]crense con gente potable y van a ver que no tendr[á]n tiempo para la depresión...En las burbujas sociales que viven todo se dimensiona mal. Pasan lo que todo el mundo...sólo que tienen demasiado tiempo para prestarle atención.

Estas explicaciones confrontan con las narrativas de los videos, que tienen el foco muy marcado en la importancia de la asistencia profesional, de tomar la medicación correctamente, asistir a las sesiones de psicoterapia y otras actividades que redunden en la continuidad del tratamiento, pero que no incorporan dimensiones como la accesibilidad al sistema público de atención, o los costos de la medicación y de las consultas clínicas privadas.

Al respecto, el trabajo de Mazon, Amorim y Brzozowski (2023) ofrece un argumento relevante para considerar los resultados obtenidos aquí. Si bien su estudio se enfoca en el fenómeno del consumo de psicotrópicos a partir de un recorte de género, plantean una relación, que las autoras exploran para las mujeres pero que puede identificarse también en el tono general de los videos analizados para este artículo, de puesta en segundo plano de los dilemas financieros, sociales y domésticos del entorno. Para este artículo, estas reflexiones otorgan pertinencia al hallazgo de comentarios que confrontan con estas narrativas, exponiendo la importancia de visibilizar algunas dificultades no enunciadas o subestimadas en los testimonios en YouTube©.

Más ampliamente, y como plantea Illouz (2010) la terapia es exitosa como idioma cultural, pero esta omnipresencia no está acompañada de explicaciones que se deduzcan de una normativa y una visión política *a priori* del lazo social. Esta dislocación queda expuesta en las confrontaciones de narrativas, porque los comentarios sí abren a dimensiones que permiten anclar la experiencia de la enfermedad en Internet en dificultades y restricciones económicas concretas, y por eso disienten con narrativas universalistas, globales, en las que las potenciales restricciones residen en la resistencia individual que están planteadas en los videos.

Consideraciones finales

En el artículo se analizó el proceso de adquisición del diagnóstico de depresión, tanto en los momentos previos a la identificación del cuadro como tal, como en las instancias posteriores, vinculadas a las múltiples implicaciones identitarias del diagnóstico una vez asumido, y las expectativas biográficas con las que se articulan.

Los emergentes arrojan por un lado, una ligazón entre depresión y suicidio que no es novedosa en estudios clínicos, pero cuya presencia en la totalidad de fuentes seleccionadas resulta un impulso para investigar desde las ciencias sociales. Ha sido señalada (Grippaldi, 2023) la escasez de estudios en la región que aborden la depresión desde estos enfoques; y por ello la importancia de profundizar en investigaciones que tomen en consideración el intento de suicidio en las biografías. Esto cobra un énfasis adicional en relación a los estudios de las narrativas digitales de depresión, en tanto Internet opera como *locus* que estimula el intercambio de experiencias y materiales audiovisuales, alienta la interacción y el intercambio de información, experiencias, videos audios e imágenes al respecto, lo que transforma a la depresión en experiencia pública.

Precisamente, el segundo emergente ubica un modo de interacción específico entre quienes publican los videos y quienes los comentan: la confrontación de narrativas. De la investigación emergió que estas confrontaciones sólo parcialmente están direccionadas hacia los saberes profesionales, y no se explican como meras impugnaciones a la existencia misma del diagnóstico o la invalidación de los tratamientos; tampoco se verifican unánimemente como antagonismos radicales con los saberes profesionales. Antes bien, la confrontación de narrativas desde los comentarios se produce en relación a las narrativas de quienes protagonizan los videos, y las dimensiones sociales y económicas que estos omiten para contar sus experiencias con el diagnóstico de depresión. Las patografías resultan entonces un concepto útil para identificar características y tendencias no sólo de individuos específicos con presencia en las redes sociales, sino más ampliamente, distintas características sociales y culturales contemporáneas, y los modos en los que se confronta y se busca dar sentido a los diagnósticos y al mundo (BRINKMANN, 2016; JUTEL; RUSSELL, 2023).

Los resultados alientan también a la profundización de estudios que analicen cómo se articulan y tensionan los distintos saberes (en este caso de profesionales-clínicos y por experiencia) en torno a tópicos como la etiología del diagnóstico, las alternativas terapéuticas y su incidencia en las biografías, junto con aspectos como la accesibilidad al sistema de salud, la actividad laboral, y los vínculos familiares y sociales, en las experiencias de depresión; y más ampliamente, los modos en los que se incorporan los diagnósticos en las biográficas y cómo estas son narradas en Internet.

AGRADECIMIENTOS: La investigación procede de dos fuentes de financiamiento: 1- Proyecto Carrera de Investigador Científico CONICET. Programación 2020-2022. A cargo de Eugenia Bianchi. Título: Salud mental, fármacos y diagnósticos. Estudio sobre saberes profesionales en Argentina desde las ciencias sociales (2020-2022). EX-2020-36486468-PN-DDRH#CONICET. 2- Beca postdoctoral CONICET Programación 2022-2024. Becario Esteban Grippaldi. Título: Depresiones e intimidades públicas en la red. Narrativas de experiencias de depresión en usuarios/as de redes sociales en Argentina. RESOL-2022-788-APN-DIR CONICET.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, L. **El espacio biográfico**. Fondo de Cultura Económica. 2010.
- AVOLIO, M. YouTube llegó a los 28 millones de usuarios en Argentina y Bizarrap conquista las tendencias **Télam Digital**. Sociedad. 21-10-2021. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202110/572493-youtube-argentina-usuarios-tendencias-bizarrap.html>. Acceso el: 20 dec. 2023.
- BIANCHI, E. La construcción social del conocimiento médico. Tecnologías, diagnósticos y fármacos. En: Grau i Muñoz, A. y Faus-Bertomeu, A. (Coords.), **Sociología de la salud: salud, malestar y sociedad desde una mirada crítica**. Tirant Lo Blanch, p.123-160. 2022.
- BIANCHI, E. Saberes, fármacos y diagnósticos. Un panorama sobre producciones recientes en torno a la farmacologización de la sociedad. **Psicología, conocimiento y Sociedad**, 8: 214-257. 2018.
- BRINKMANN, S. **Diagnostic Cultures**. A Cultural Approach to the Pathologization of Modern Life. Routledge, 2016.
- CAPONI, S. Un análisis epistemológico del diagnóstico de depresión. **Interface**, 13(29), 327-338. 2009.
- CASTRO, B; BRANDÃO, E. Circulación de información sobre medicamentos y otras sustancias para aumentar el rendimiento cognitivo: un estudio de un blog brasileño. **Salud Colectiva**. (16), e2514. 2020.
- CONDE, I. Falar da Vida (II). **Sociologia, Problemas e Práticas**, (16), 41-74. 1994.
- CONRAD, P. The Shifting Engines of Medicalization. **Journal of Health and Social Behavior**, 46(1), p.3-14, 2005.
- CONRAD, P; BANDINI, J; VASQUEZ, A. Illness and the Internet: From Private to Public Experience. **Health**, 20(1), 22–32, 2016.

“Transito pelo terreno”. Narrativas sobre depressão no Youtube© (Argentina, 2022-2023)

CONRAD, P; BERGEY, M. The impending globalization of ADHD: Notes on the expansion and growth of a medicalized disorder. **Social Science and Medicine**, (122), 31-43, 2014.

CONRAD, P; RONDINI, A. The Internet and Medicalization. *In*: ETTORRE, E. (Ed.). **Culture, bodies and the sociology of health**. Ashgate. p.107-120, 2010.

CONRAD, P; STULTS, C. Internet and the experience of illness. *In*: BIRD, C.; CONRAD, P.; FREMONT, A.; TIMMERMANS, S. (eds). **Handbook of Medical Sociology**. Vanderbilt University Press, p. 179–191, 2010.

EHRENBERG, A. **La fatiga de ser uno mismo**. Depresión y sociedad. Nueva Visión, 2000.

EMMONS, K. **Black Dogs and Blue Words: Depression and Gender in the Age of Self-Care**. Rutgers University Press. 2010.

FERRAROTTI, F. **Biografía y ciencias sociales**. FLACSO. 1988.

FLICK, U. **El diseño de la investigación cualitativa**. Morata, 2015.

FRANK, A. **The wounded storyteller: body, illness, and ethics**. University Of Chicago. 1997.

FUREDI, F. The end of professional dominance. **Society**, 43 (6), 14-18. 2006.

FUREDI, F. **Therapy Culture**. Cultivating vulnerability in an uncertain age. Routledge, 2004.

GOOD, B. **Medicina, racionalidad y experiencia**. Una perspectiva antropológica. Bellaterra, 2003.

GRIPPALDI, E. Contar las pasiones tristes. Teseo. 2023.

GRIPPALDI, E. Volverse depresivo/as. Relatos biográficos de etiquetamiento de depresión en usuarias/ os de servicios de salud mental en Santa Fe, Argentina. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. 38(14), 21-33. 2022.

HAGG E.; DAHINTEN V. S.; CURRIE L. M. The emerging use of social media for health-related purposes in low and middle-income countries: A scoping review. **Int J Med Inform**. Jul;115:92–105. 2018.

ILLOUZ, E. **La salvación del alma moderna**. Terapia, emociones y la cultura de la autoayuda. Katz. 2010.

JOVER-LEAL, A; GRAU-MUÑOZ, A. “¿Qué hago? ¿Me recomiendan algo?” Comunidades virtuales y agorafobia. **Revista de Antropología Social**, 30(1), 13–25, 2021.

JUTEL, A. **Putting a name to it: diagnosis in contemporary society**. Johns Baltimore: Hopkins University Press, 2011.

- JUTEL, A; NETTLETON, S. Towards a sociology of diagnosis: Reflections and opportunities. **Social Science & Medicine**. 73, 793-800. 2011.
- JUTEL, A; RUSSELL, G. Past, present and imaginary: Pathography in all its forms. **Health**, 27(5) 886 –902. 2023.
- KARP, D. **Speaking of sadness**. Depression, disconnection, and the meanings of illness. Oxford Press. 2017.
- KOEPP, R; EDMONDS, N. Podcasts and YouTube Videos: Innovative Tools for Disseminating Mental Health and Dementia Education to the Public. **Innov Aging**. 17(5) 503–503, 2021. Disponible em: https://academic.oup.com/innovateage/article/5/Supplement_1/503/6466842, Acceso el: 20 mai. 2023.
- MARTIN, E. **Bipolar expeditions**. Princeton University Press, 2007.
- MAZON, M. da S.; AMORIM, B; BRZOZOWSKI, F. S. Psicotrópico se declina no feminino: saúde mental e mundo digital em questão. **Estudos Feministas**, 31(1), 1-13. 2023.
- MC GANN, P. J. Troubling Diagnosis. Sociology of diagnosis. **Advances in Medical Sociology**, 12, 331-362, 2011.
- MECCIA, E. Cuéntame tu vida. Análisis sociobiográfico de narrativas del yo. En: Meccia, E. (Ed.), **Biografías y sociedad**. Ediciones UNL y Eudeba. p.63-96. 2019.
- O'BRIEN, M; CLARK, D. Use of unsolicited first-person written illness narratives in research: Systematic review. **Journal of Advanced Nursing**, 66(8), 1671–1682. 2010.
- OMS - Organización Mundial de la Salud. Depresión. Disponible en: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acceso el: 16 dez. 2023.
- PAPALINI, V. Culturas terapéuticas: de la uniformidad a la diversidad. **Methaodos. Revista de ciencias sociales**, 2(2), 212-226, 2014.
- PARSONS, T. **El sistema social**. Alianza, 1999.
- PILGRIM, D; BENTALL, R. The medicalisation of misery: A critical realist analysis of the concept of depression. **Journal of Mental Health**. 8 (3), 261-274. 1999.
- PINHEIRO, B. Depressão, testemunho e subjetividade: relatos autobiográficos de indivíduos classificados como depressivos na internet. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2019.
- PLUMMER, K. **Documents of Life 2**. Sage. 2001.
- PLUMMER, K. **Narrative power: the struggle for human value**. Polity Press, 2019.

RATCLIFFE, M. **Experiences of Depression: A Study in Phenomenology**. Oxford University Press. 2015.

RØNBERG, M. T. Living under a diagnostic description: navigating images, metaphors, and sounds of depression. **Subjectivity**, 12(2), 171-191. 2019.

RØNBERG, M. T. Struggling with a depression diagnosis: Negotiations with diagnostic categories. **Nordic Psychology**, 69(1), 5-18. 2017.

ROSA, H. **Resonancia**. Una sociología de relación con el mundo. Katz. 2020.

ROSE, N. **Nuestro Futuro Psiquiátrico**. Morata. 2022.

ROSENBERG, Ch. The Tyranny of Diagnosis: Specific Entities and Individual Experience. **The Milbank Quarterly**. 80, (2), 237-260. 2002.

SIBILIA, P. **La intimidad como espectáculo**. Fondo de Cultura Económica. 2012.

SILVA, M. da M; OLIVEIRA, L. P. de, MARQUES, A. G; GARCIA, L. Female autobiographic narratives about postpartum depression on YouTube®: a qualitative study. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4098>. 2022.

SMAILHODZIC, E.; HOOIJSMAN, W.; BOONSTRA, A.; LANGLEY D. J. Social media use in healthcare: A systematic review of effects on patients and on their relationship with healthcare professionals. **BMC Health Serv Res**. Dec 26;16(1):442. 2016.

STANLEY, L. Introduction: Documents of Life and Critical Humanism in a Narrative and Biographical Frame. In: STANLEY, L. (ed.). **Documents of life revisited**. Routledge. p. 3-16. 2013.

WEINBERG, D. Diagnosis as Topic and as Resource: Reflections on the Epistemology and Ontology of Disease in Medical Sociology. **Symbolic Interaction**, 44(2), 367-391. 2021.

ZHOU, L.; ZHANG, D.; YANG, CC.; WANG, Y. Harnessing social media for health information management. **Electron Commer Res Appl**. Jan; 27:139–51. 2018.

Submetido em: 30/01/2024

Aprovado em: 30/04/2024

INDIVIDUALIDADE E SOCIEDADE: A
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBJETIVIDADE NA
TEORIA SOCIAL CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

*INDIVIDUALIDAD Y SOCIEDAD: LA CONSTRUCCIÓN
SOCIAL DE LA SUBJETIVIDAD EN LA TEORÍA
SOCIAL CLÁSICA Y CONTEMPORÁNEA*

*INDIVIDUALITY AND SOCIETY: THE SOCIAL
CONSTRUCTION OF INDIVIDUAL SUBJECTIVITY IN
CLASSICAL AND CONTEMPORARY SOCIAL THEORY*

*Tiago Barros de Oliveira ROSA**

RESUMO: O presente artigo busca revisitar na teoria social clássica e contemporânea questões fundantes relativas aos chamados processos de socialização, subjetivação ou individuação. Nosso intento é apresentar algumas das formulações que explicam a formação dos sujeitos (seus modos de pensar, sentir e agir) no interior de dada sociedade ou cultura, isto é, analisar o processo de constituição, de forma relacional, da subjetividade ou interioridade “individual”. Nesse percurso, apontaremos a crítica das ciências sociais à noção hegemônica de indivíduo e abordaremos brevemente a ideia da crise das identidades. Dedicaremos especial atenção aos processos de formação da subjetividade nos agentes sociais contemporâneos, por meio da análise de escritos de Norbert Elias e do conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Social. Socialização. Individualidade. Sociologia Processual. Sociologia Relacional.

RESUMEN: *Este artículo pretende retomar cuestiones fundacionales de la teoría social clásica y contemporánea relativas a los llamados procesos de socialización,*

* Doutorando em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Pesquisador do Nespom. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1982-4555>. Contato: tiago.barros@unesp.br.

subjetivación o individuación. Nuestra intención es presentar algunas de las formulaciones que explican la formación de los sujetos (sus formas de pensar, sentir y actuar) dentro de una determinada sociedad o cultura, es decir, analizar el proceso de constitución relacional de la subjetividad o interioridad “individual”. Por el camino, señalaremos la crítica de las ciencias sociales a la noción hegemónica de individuo y tocaremos brevemente la idea de crisis de las identidades. Prestaremos especial atención a los procesos de formación de la subjetividad en los agentes sociales contemporáneos, analizando los escritos de Norbert Elias y el concepto de habitus de Pierre Bourdieu.

PALABRAS CLAVE: *Teoría social. Socialización. Individualidad. Sociología de los procesos. Sociología relacional.*

ABSTRACT: *This article seeks to revisit foundational issues in classical and contemporary social theory regarding the so-called processes of socialization, subjectivation or individuation. Our intention is to present some of the formulations that explain the formation of subjects (their ways of thinking, feeling and acting) within a given society or culture, in other words, to analyze the process of relational constitution of «individual» subjectivity or interiority. Along the way, we will point out the social sciences' critique of the hegemonic notion of the individual and briefly explore the idea of the crisis of identities. We will pay special attention to the processes of subjectivity formation in contemporary social agents, by analyzing the writings of Norbert Elias and the concept of habitus in Pierre Bourdieu.*

KEYWORDS: *Social Theory. Socialization. Individuality. Process Sociology. Relational Sociology.*

Introdução

O presente artigo busca revisitar na teoria social clássica e contemporânea questões fundantes relativas aos chamados processos de socialização, subjetivação ou individuação, um tema extensamente discutido por diversas disciplinas e escolas de pensamento; revestido de grande importância para as ciências sociais e humanas. Nosso intento é apresentar algumas das formulações consagradas que explicam a formação dos sujeitos – seus modos de pensar, sentir e agir – no interior de dada sociedade ou cultura, ou seja, apresentar o processo de constituição, de forma relacional, da subjetividade ou interioridade humana.

Pretendemos, igualmente, demonstrar sob a ótica de renomados autores, as críticas a uma concepção específica de sujeito, bastante naturalizada, bem como hegemônica em alguns ramos da ciência, a saber, a concepção de indivíduo entendido como um ser atomizado, isolado do contexto social, econômico e geográfico em que vive.

O presente artigo é composto, além desta introdução e das considerações finais, de três partes: em um primeiro momento tratamos, sob o prisma do pensamento social clássico e contemporâneo, dos processos de “individação” que acometeram os sujeitos ditos modernos, e apontamos a crítica das Ciências Sociais à noção hegemônica, presente no senso comum, de indivíduo. Em seguida, apresentamos algumas das proposições fundamentais de Norbert Elias sobre o processo de formação da individualidade humana na relação com a coletividade; e finalmente, na última seção, discorreremos sobre o processo de socialização abordado indiretamente no pensamento de Pierre Bourdieu, por meio da exploração do conceito de *habitus*.

A construção social da subjetividade individual no pensamento social clássico e contemporâneo

Os chamados processos de *socialização* ou *subjetivação*, entendidos como o modo pelo qual os indivíduos são formados, ou conformados, no interior de dada sociedade ou cultura – ao mesmo tempo em que constroem essa mesma sociedade e cultura – constituem um dos tópicos mais caros à teoria social clássica e contemporânea. De acordo com essa perspectiva, o indivíduo, especialmente o indivíduo moderno, portador de uma subjetividade individualizada – é entendido como produto de uma lenta adequação (e resistências) a determinados valores e organizações sociais (SETTON, 2010).

Nesse sentido, ao contrário do entendimento presente no senso comum, na ciência econômica *main stream*, em vertentes da psicologia etc., as ciências sociais, de modo abrangente, apreendem o indivíduo não como uma categoria atomizada, isolada, inata, dada *a priori*, mas sim, construída histórica e socialmente.

A caracterização habitual do indivíduo moderno, esse “sujeito do Iluminismo”, que emerge a partir dos séculos XVII e XVIII, marcado pelas concepções renascentistas e pela máxima cartesiana do *Cogito, Ergo Sum* (Penso, Logo Existo).

Estava baseada em uma concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo. (HALL, 1992, p. 10).

Desse modo, é principalmente da Renascença ao Iluminismo, a partir de profundas alterações no plano político, econômico e social, que surgem as caracterizações do indivíduo como uma categoria específica, singular, nuclear e analisável. Têm-se, assim, consequências “internas” – relativas aos próprios sujeitos, à sua autopercepção, à construção do *self*, à valorização da *psique*, da interioridade, da busca da vocação e felicidade individual – e consequências “externas”, no sentido de que este indivíduo se torna uma categoria, um objeto passível de um conhecimento e de um discurso, como assinala Foucault (MANCEBO, 2002; ALVAREZ, 2015).

O Liberalismo, conjunto de teorizações políticas e econômicas, levadas a cabo pelos pensadores iluministas, no qual o indivíduo como átomo e centro do mundo é parte fundamental, elevou esta concepção específica de sujeito – o indivíduo – ao nível de bandeira política (MANCEBO, 2002). Segundo Hall (1992, p. 35), foram as contribuições do Materialismo Histórico de Marx e Engels, já em meados do século XIX, as primeiras responsáveis pelo que chamou de “descentração” do sujeito.

Marx ao colocar no centro de seu sistema teórico os sujeitos reais (“de carne e osso”) e as relações sociais, com seus modos de produção e exploração, e não uma noção abstrata, idealizada, de seres humanos, “transpassa a pretensa concepção de uma essência universal de homem” (ALTHUSSER *apud* HALL, 1992, p. 35). Conforme explicitado no célebre prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade [...]. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

Portanto, o materialismo histórico subverte a noção usual de indivíduo – calcada no “individualismo racional do sujeito cartesiano” (HALL, 1992, p. 31) – quando postula que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p. 43). Com projeto científico bastante distinto do de Marx, o sociólogo francês da virada para o século XX, Emile Durkheim, igualmente coloca em xeque os ideais de completa autonomia e razão atribuídos aos agentes, enfatizando em suas obras as formas de constrangimentos sociais que são colocadas aos indivíduos.

Em Durkheim (SIQUEIRA, 2013), os indivíduos estão sob a égide de instituições – regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros etc. – as quais, em diferentes graus, os constroem, impondo-lhes valores (visões de mundo) e modos de conduta específicos de acordo com a sociedade em que vivem:

*Individualidade e Sociedade: a construção social da subjetividade
na teoria social clássica e contemporânea*

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. (DURKHEIM, 2007, p. 1-2).

Ou ainda:

Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. (DURKHEIM, 2007, p. 2).

Portanto, para Durkheim (2007), as maneiras de pensar e agir de determinada coletividade são anteriores e exteriores às consciências individuais, as quais são coagidas – desde o riso (ridicularização) até a morte (castigos físicos) – a se adaptar a elas:

Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim, produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. (DURKHEIM, 2007, p. 3).

Fechando a tríade dos considerados pais fundadores da ciência social moderna, temos a sociologia compreensiva ou tipológica weberiana, a qual, igualmente, concebe os indivíduos, ou atores sociais, como seres necessariamente enraizados em uma coletividade ou cultura:

[...] a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. (WEBER, 2003, p. 79).

Ademais, uma das contribuições fundamentais para o entendimento dos processos de “individação”, que irão culminar na formação do indivíduo moderno

tal qual o conhecemos, pode ser encontrada nos escritos de Weber, especialmente em seu mais conhecido livro, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1997).

Na citada obra, o autor analisa as transformações de ordem psicossociais que foram se delineando a partir da Reforma Protestante no século XVI, apontando a abolição da mediação da igreja com Deus, a apreensão mais racional do mundo – o que irá denominar de “desencantamento do mundo” – e a visão instrumental da vida como intensificadores da experiência “individualizada” nos sujeitos. (MANCEBO, 2002).

Portanto, vê-se, de modo breve e simplificado, que os principais autores do pensamento social clássico, mesmo que com marcantes diferenças teóricas e metodológicas, forneceram um importante cabedal para a compreensão da formação dos sujeitos no interior de dada coletividade, sociedade ou cultura, ao mesmo tempo em que possibilitaram a crítica à concepção dominante de indivíduo, entendido como uma entidade atomizada, portadora de juízos e condutas descoladas da realidade social em que está inserido, ao situarem os homens e mulheres reais em processos de grupo, em normas coletivas, visões de mundo e em relações muitas vezes desiguais e exploratórias.

Assim, essa questão acerca da constituição dos sujeitos, da formação da identidade, dos processos de subjetivação ou socialização, pertencentes ao debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade, foi extensamente discutida no decorrer do século XX; e assumiu novos contornos e perspectivas mais contemporaneamente.

Retomando a cronologia dos “descentramentos dos sujeitos” proposta por Hall (1992), vemos no correr do referido século outras importantes contribuições para a “fratura do sujeito cognoscente”, a saber, a descoberta do inconsciente por Freud; o trabalho dos modernos filósofos da linguagem, influenciados por Saussure, como Jaques Derrida; o pensamento de Michel Foucault; e o advento do feminismo, pois “politicizou a subjetividade, a identidade e os processos de identificação”.

Relevante apontar, também, que a partir das últimas décadas do século XX surgiram nas ciências sociais importantes autores para os quais a ruptura com a visão predominante sobre o modo como se constituem os indivíduos e suas identidades, alcança níveis ainda mais radicalizados. Esses autores destacam a fragmentação das identidades ou a coexistência de identidades múltiplas em um indivíduo, fruto da perda de ancoragem nas tradicionais referências identitárias, como a classe social e a nação (HALL, 1992).

Nesse sentido, a perspectiva dos chamados autores pós-modernos, sintetizada abaixo por Hall, se atenta à erosão das identidades culturais sustentadas pelos pertencimentos étnicos, raciais, linguístico, religiosos e, sobretudo, nacionais:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moder-

no. [...] A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1992, p. 7).

Nossa intenção na presente seção foi a de fornecer uma contextualização, um panorama geral, ainda que diminuto, acerca das contribuições das diversas matrizes teóricas referentes aos chamados processos de socialização, isto é, da formação da subjetividade “individual” no interior de processos de grupos.

Norbert Elias e a interdependência indivíduo-sociedade

Norbert Elias é considerado um dos maiores nomes da Sociologia e sua obra um clássico das ciências sociais, com inserção em distintas áreas do conhecimento científico. Em seus escritos, o autor analisa e compara um longo período histórico – mensurado em séculos –, englobando aquilo que o próprio denomina de sociedade feudal, sociedade de corte e, a partir do século XIX, a sociedade industrial (MARQUES, 2014).

O pensamento do sociólogo alemão – em diálogo com a obra de Freud, especialmente com o conceito de superego – atribui importância ao autocontrole dos instintos e das pulsões por parte dos indivíduos, os quais são levados a empreender uma autovigilância contínua visando a adequação às normas/moral vigentes em determinada coletividade.

Nesse sentido, aquilo que podemos chamar de personalidade ou individualidade constitui a expressão de uma conformação específica do indivíduo – até então unicamente um ser biológico – na rede de relações em que está inserido, na forma de convívio, no diálogo com as imposições da estrutura social em que vive e em acordo com a posição que ocupa nessa estrutura (ELIAS, 1994b):

Toda a estrutura de seu autocontrole, consciente e inconsciente, constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas, [e que] a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade. (ELIAS, 1994b, p. 31).

Segundo Elias (1994b), a mudança de *configuração* das sociedades transforma também a estrutura da personalidade dos indivíduos que as compõem. Assim, sua pesquisa se concentra nas transformações que ocorrem – concomitantemente – no nível social e no nível individual ao longo de tempo. Portanto, para ele, a cada tipo de sociedade – sociedade feudal, sociedade de corte ou a sociedade industrial –

corresponderia um tipo de personalidade. Ele demonstra as alterações que ocorrem nas estruturas psíquicas dos sujeitos nas passagens do guerreiro medieval para o cortesão e posteriormente deste para o burguês.

No livro *O processo civilizador* (1994a), o autor concede atenção a temas até então pouco estudados, como a questão da “etiqueta”, relacionada à ideia de boas maneiras, de boa educação: a forma de se portar à mesa (utilizar os talheres, mastigar etc.), ao controle de funções corporais (sobretudo em público), à higiene etc.

Na passagem da sociedade feudal para a de corte, noções como nojo, pudor e vergonha passam a se cristalizar e obter gradualmente maior importância na vida social. Segundo Elias (1994a), a moral e a etiqueta cortesãs, isto é, praticadas nas cortes, e que vinham em substituição aos valores medievais de honra e coragem, por exemplo, exigiam modos de interação e conduta extremamente codificados, um cálculo racional, autodomínio e auto-observação em grau muito superior ao exigido socialmente no decorrer do feudalismo, trazendo implicações consideráveis na constituição da subjetividade dos indivíduos – em sua *psique*, nos termos do autor.

Assim, a passagem do domínio da sociedade feudal guerreira, para a sociedade de corte, após o Renascimento, por volta do século XVI, implicaria em uma necessidade maior de controle dos instintos e dos sentimentos por parte dos indivíduos. O aristocrata cortesão, em relação ao aristocrata guerreiro, é alguém cujo autocontrole emocional e o pensamento prospectivo são mais exigidos, porque a permanência ou ascensão social na corte exigia o cinismo, a bajulação, a atuação, ao contrário da aristocracia guerreira cuja vida social era regida pela ideia de honra, transparência e de respeito aos valores tradicionais.

Desse modo, a ideia de ser “civilizado”, para Norbert Elias, tem a ver com incorporar, com assimilar, determinadas práticas e comportamentos, especialmente relativos ao autocontrole. Em *O Processo Civilizador* (1994a), Elias demonstra como as proibições na esfera dos costumes, exteriores aos indivíduos, foram sendo interiorizadas, passando de um processo de coerção social para um processo de autocoerção (CHATIER *apud* BOURGUIGNON; MOREIRA, 2018). Essas transformações nos costumes (ou maneiras) implicam também em transformação nos sentimentos e emoções (LANDINI, LEÃO, 2022; VASQUES, JARDIM, 2021; SOUZA, VASQUES, 2023).

Nesse sentido, vemos que a estrutura da rede humana e a estrutura psíquica dos indivíduos se modificam ao mesmo tempo, de maneira específica, como demonstra o autor no exemplo da transição da sociedade guerreira para a sociedade nobiliárquica, ou desta para a sociedade trabalhadora de classe média, quando os “desejos dos indivíduos, sua estrutura instintiva e de pensamento, e até o tipo de individualidades, também se modificam” (ELIAS, 1994b, p. 34).

Portanto, as estruturas da personalidade humana não são fixas, ao contrário, mudam em sintonia com as transformações das estruturas sociais (SETTON, 2018);

são estruturas sociais de moldagem, portadoras de características bastante específicas quando se trata de uma sociedade guerreira, uma sociedade cortesã ou uma sociedade trabalhadora de classe média.

Elias procura superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, na qual algumas abordagens valorizam mais o indivíduo – concebendo-o como totalmente livre – e outras que, ao focarem na sociedade, não captam as possibilidades de ação dos indivíduos, isto é, a sua capacidade de transformar as estruturas sociais.

Na obra de Elias é notável a busca incessante por uma leitura dialética e processual que evidencie a natureza interdependente do par de conceitos indivíduo e sociedade (SETTON, 2018). Mais especificamente, em *A Sociedade dos Indivíduos*, o autor expressa o objetivo de “libertar o pensamento da compulsão de compreender” os termos indivíduo e sociedade como termos isolados e antagônicos e critica, repetidamente, a concepção de indivíduo como referida a um ser humano singular, atomizado, que existiria mesmo em completo isolamento, asseverando a impossibilidade da existência de um “eu” destituído de um “nós” (ELIAS, 1994b, p. 7).

A obra de Elias parte do pressuposto da interdependência fundamental entre os seres humanos. Para o autor, é impossível pensar em um indivíduo completamente independente, sendo que as interdependências humanas surgem desde necessidades biológicas, como as relações entre pais/mães e filhos, por exemplo, e vão se tornando mais complexas conforme as sociedades vão aumentando o seu nível de especialização e criando novas necessidades, tecnologias e profissões, formando redes de funções dependentes umas das outras:

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semi-selvagem. (ELIAS, 1994b, p. 27).

A ideia de interdependência se refere às relações estabelecidas entre os indivíduos com ocupações e papéis diferentes, mas que são sistematicamente dependentes, formando estruturas que se solidificam e se internalizam nos sujeitos:

Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona de casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos. Cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. Em

virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994b, p. 20).

Essas interdependências, relações de dependência que ligam os sujeitos entre si, não são sempre conscientes pelos indivíduos, bem como não são equilibradas e harmônicas, mas em geral, desiguais e marcadas pela dominação, pelo poder (BOURGUIGNON; MOREIRA, 2018). O poder, para Elias, é um elemento presente em todas as relações humanas (LANDINI; LEÃO, 2022).

A partir de Elias, podemos pensar o surgimento do *individualismo*, entendido aqui como uma concepção que atribui centralidade ao indivíduo em detrimento da sociedade ou do todo (LANDINI; LEÃO, 2022). Ora, se os indivíduos são extremamente dependentes uns dos outros, porque surge a ideia ou a percepção individualista? Porque nos imaginamos, percebemos ou somos levados a pensar que somos totalmente independentes?

Segundo Elias (1994b), por paradoxal que possa parecer, a moldagem e a diferenciação das funções mentais que denominamos individualidade só são possíveis para as pessoas que crescem no interior de um grupo. Para o autor, a não percepção da interdependência – ou mesmo as tentativas de negação da dependência – constituem uma forma de pensar e sentir o mundo situada historicamente. A percepção “do eu desprovido de um nós”, não se trata de uma questão isolada e individual, mas sim de um traço da estrutura da personalidade das pessoas da era moderna (ELIAS *apud* LANDINI; LEÃO, 2022, p. 13).

Elias nos lembra que a família de conceitos relacionados ao substantivo indivíduo, data da época do Renascimento, quando as pessoas puderam ascender de suas comunidades tradicionais para posições sociais mais elevadas e distintas: humanistas, comerciantes e artistas são exemplos do aumento das oportunidades sociais de progresso e diferenciação social que gradualmente emergiram (LANDINI; LEÃO, 2022).

É justamente na crescente complexificação do mundo social no ocidente, em sua modernização, industrialização e urbanização, e no conseqüente aumento

e diversidade das cadeias de interdependência onde se localiza a possibilidade da individualização ou da sensação de individualidade (LANDINI; LEÃO, 2022). Portanto, segundo Elias (1994b), essas relações de dependência que os indivíduos estabelecem entre si, que foram se complexificando, geram “constrangimentos exteriores que contribuem para moldar as estruturas interiores das personalidades individuais” (CORCUFF, *apud* BOURGUIGNON; MOREIRA, 2018, p. 77).

Dentro dessa perspectiva, o neoliberalismo, talvez a “ideologia” dominante no mundo ocidental contemporâneo, é alicerçado em uma crença e uma defesa intransigente da autonomia do indivíduo, centrada em sua racionalidade e liberdade. Assim, a “ideologia do eu puro”, isto é, a crença em um núcleo ou essência interior que definiria o sujeito, inclusive para si, como alguém único, inserido “pronto e acabado” em um determinado universo, parece ser a tônica de nossa sociedade, a tal ponto que:

Imaginar que sua individualidade especial, sua “essência”, não seja uma criação única da natureza, súbita e inexplicavelmente saída de seu ventre, tal como Atena brotou da cabeça de Zeus, atribuir seus próprios dons psíquicos ou até seus problemas a algo tão fortuito quanto as relações com outras pessoas, algo tão transitório quanto a sociedade humana, parece ao indivíduo uma desvalorização que priva de sentido sua existência. (ELIAS, 1994b, p. 53).

É importante destacar, finalizando esta seção, que embora enfatize as maneiras pelas quais o pensamento e a ação dos sujeitos são limitados e condicionados pela estrutura social que os envolvem, as contribuições teóricas de Norbert Elias não encerram uma perspectiva determinista.

Portanto, como vimos, Elias considera que os indivíduos são condicionados pelas estruturas sociais e psíquicas próprias da formação social em que vivem, mas aponta, igualmente, que nas relações em que esse sujeito estabelece com outros há uma margem de ação com potencial de transformação (BOURGUIGNON; MOREIRA, 2018), o que pode ser inferido a partir das mudanças de configurações das sociedades, as mudanças nos polos de poder e suas consequentes transformações históricas.

Nas palavras do autor, “a história não é um sistema de alavancas mecânicas inanimadas e automatismos de ferro e aço, e sim um sistema de pressões exercidas por pessoas vivas sobre pessoas vivas” (ELIAS, 1994b, p. 47). Portanto, segundo Elias (1994b, p. 51), a margem individual de ação é sempre limitada, porém, afirma de modo taxativo, “o indivíduo não é um veículo passivo da máquina social”.

Pierre Bourdieu: *habitus* e socialização

Pierre Bourdieu é, provavelmente, o mais influente sociólogo da segunda metade do século XX, sendo conhecido e reconhecido, dentro e fora da academia, inclusive, por seus oponentes intelectuais (BURAWOY, 2018). Sua vasta obra contém respostas práticas para o período contemporâneo, propondo reações à ascensão neoliberal e ao crescente populismo e autoritarismo reacionário.

É central no método e pensamento de Pierre Bourdieu a questão relativa à assimilação, por parte dos agentes, da estrutura social e de sua imanente hierarquia e valores. A tentativa de compreensão deste processo de assimilação e de suas consequências para os “indivíduos” toma forma e se materializa na obra do sociólogo francês especialmente por meio do conceito de *habitus*.

Segundo Bourdieu (2001, p. 191), o social “se institui nos indivíduos biológicos”, havendo muito de “coletivo em cada indivíduo socializado”. O *habitus* é, então, compreendido como o “corpo biológico socializado”, como o “social encarnado em um corpo”; as disposições pessoais resultantes do *habitus* são profundas e duradouras, mas não permanentes ou imutáveis. A noção de *habitus* foi sendo desenvolvida paulatinamente durante a obra de Bourdieu e seus primeiros contornos datam de finais dos anos 1950, quando o autor ainda em início de carreira fazia estudos etnográficos na Argélia, então colônia francesa (RILEY, 2019).

Naquele momento e local, Bourdieu observou uma discrepância muito evidente entre as estruturas objetivas, ou seja, instituições, sobretudo econômicas, importadas e impostas pela colonização francesa e as estruturas subjetivas, isto é, as disposições pessoais dos nativos daquela localidade – modos de pensar, sentir e agir –, provenientes e em relação com um mundo pré-capitalista; havendo, assim, um abismo entre as cobranças dessas instituições exógenas e as predisposições daqueles agentes.

A partir daquele momento, os escritos de Bourdieu passam a indicar que as condições de existência social dos agentes – as suas condições de participação no interior de dada sociedade (dominante/dominado, sucesso/fracasso) – baseiam-se substancialmente na herança material e simbólica adquirida em conformidade com a “categoria” social à qual se pertence, e que os agentes trazem profundamente inscrito nas estruturas mentais e, igualmente, no próprio corpo (in-corporado, corporificado) um “ser” condicionado por um *habitus* relativo a esta posição/condição social (BOURDIEU, 1979, 2001, 2006a, 2006b, 2012).

Desse modo, em consonância com nosso problema principal, referente à socialização, subjetivação ou individuação, Bourdieu, quando utiliza no decorrer de sua obra a expressão incorporação, refere-se a um processo no qual a introjeção de estruturas e posições sociais pelos agentes moldam, além da consciência, literalmente, os corpos destes.

Como vemos em *A Distinção* (BOURDIEU, 2006a, p. 179), “o corpo é a objetivação mais irrecusável” da classe social. É a “cultura tornada natureza [pessoal], ou seja, incorporada, classe feita corpo”. A partir do *habitus*, e de seu subjacente “gosto pessoal”, se escolhe o que o “corpo ingere, digere e assimila, do ponto de vista tanto fisiológico, quanto psicológico”, sendo a maneira de tratar, cuidar e alimentar o próprio corpo bastante reveladora das disposições mais profundas do *habitus* (BOURDIEU, 2006a, p. 179).

Nesse sentido, a classe social, para Bourdieu, não é definida unicamente por uma posição nas relações de produção, é também caracterizada pelo *habitus de classe* que está, com grande probabilidade, associado a uma determinada posição ou condição social. Dessa forma, o *habitus* de classe é resultante de condições semelhantes de existência, que colocadas a um conjunto relativamente homogêneo de agentes, impõem-lhes condicionamentos semelhantes, produzindo, assim, predisposições, práticas sociais e gostos (opções políticas ou consumo cultural, por exemplo) em comum nesta “classe” de indivíduos sujeitos às mesmas condições/posições sociais (BOURDIEU, 2006a).

Quanto aos gostos “pessoais” ou “individuais”, além de orientarem as escolhas dos agentes nas mais variadas esferas da vida, funcionam como marcadores sociais ou de pertencimento de classe, sendo que as diferentes preferências – em termos de música, cinema, teatro, literatura, lazer, práticas esportivas, alimentação, vestuário, etc. – podem trazer lucros simbólicos para seus agentes, bem como desclassificação ou estigmas quando não estão em homologia com a cultura dominante. Trazem, igualmente, aproximações ou distanciamentos de pessoas (amizades, redes de contatos, relacionamentos afetivos, sexuais, etc.) ou lugares (clubes, associações, partidos políticos, organizações, etc.), em suma, distância ou proximidade do *campo do poder* (BOURDIEU, 2006a).

Segundo Bourdieu (2006a, p. 225), há um “senso social”, atuante inconscientemente em todos nós, que está nas origens das simpatias ou antipatias por determinadas pessoas e relações, assim, em certa medida, buscamos no outro nosso próprio homólogo a partir “dos sinais de que cada corpo é portador”, ou seja, entre outros, do vestuário, da pronúncia (sotaque, domínio da norma), da postura, da profissão, da formação educacional, dos hobbies, etc.; condicionando, desse modo, as amizades e os relacionamentos profissionais e afetivos por meio de uma “decifração inconsciente de traços expressivos relacionados à classe social”:

[...] toda espécie de gosto une e separa: sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os

outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo que se é classificado. (BOURDIEU, 2006a, p. 56).

Portanto, no pensamento de Pierre Bourdieu, o *habitus* corresponderia ao produto da incorporação, na mente e no corpo, de uma estrutura social específica – e de uma posição nessa estrutura –, desde o nascimento, de forma tão sutil e subjetiva que apareceria aos agentes como inclinações, aptidões, gostos e talentos (ou a falta destes) “naturais”. Ademais, o fato de que tais disposições sejam tomadas como congênicas confere um caráter ainda mais contundente aos seus efeitos (BOURDIEU, 2001).

Nesse sentido, em princípios dos anos de 1960, no artigo “O Camponês e seu Corpo”, Bourdieu (2006b) demonstra empiricamente como a incorporação de uma estrutura/condição social pelos agentes pode acarretar uma desclassificação social quando não está em consonância com os valores tidos como legítimos em determinado local e tempo histórico.

No referido trabalho, Bourdieu (2006b) narra o “baile dos solteiros” na região do *Bearn* (zona rural francesa, bastante afastada de Paris, da qual Bourdieu é originário) e apresenta alguns dados estatísticos que demonstravam o exponencial aumento da taxa de celibato em uma sociedade baseada na primogenitura, onde os homens em idade para se casar, muitos dos quais até então considerados “bons partidos”, visto que possuíam propriedade (rural) e pertencentes a famílias tradicionais da região, não conseguiam “encontrar” ou “conquistar” uma esposa, sendo preteridos pelos jovens egressos do meio urbano.

Bourdieu (2006b) demonstrou que quando houve o choque cultural entre a cidade e o campo as categorias urbanas se inseriram no mundo rural gerando, entre outras consequências, a desvalorização do jovem camponês no campo social e, conseqüentemente, matrimonial.

Desse modo, na ocasião do baile local, uma das únicas oportunidades de encontro entre homens e mulheres em um momento e lugar de grande segregação entre os gêneros, os solteiros do *Bearn* se reuniam à parte, excluídos, observando à distância os jovens e as jovens que possuíam maior intimidade com as novas músicas e danças, geralmente influenciadas pelas canções estadunidenses da época, e que vinham em substituição às tradicionais cantigas camponesas entoadas outrora nos bailes.

O que Bourdieu evidencia é a nova métrica de apreciação social, especialmente por parte das mulheres, muitas das quais começavam a se mudar e trabalhar como costureiras, vendedoras ou empregadas domésticas nas cidades e passavam a assimilar os padrões culturais de aparência, vestimenta, porte e comportamento lá vigentes.

O camponês passa a ser percebido – e se percebe – como “rude”, “rústico”, com o corpo “encamponizado” [“*empaysanit*”], isto é, carregado dos traços e atividades ligados à vida no campo (BOURDIEU, 2006b, p. 87):

A observação crítica dos moradores da cidade, hábeis para perceber o *habitus* do camponês como uma verdadeira unidade sintética, dá ênfase à lentidão e ao peso do andar; o homem da *brane* [região das montanhas] é, para o habitante do *bourg* [cidade], aquele que sempre caminha em um solo irregular, acidentado e lamacento, mesmo quando anda no asfalto da *carrère* [rua principal]; é aquele que arrasta galochas enormes ou botas pesadas, mesmo calçando seus sapatos de domingo; é quem sempre avança com passos lentos e largos, como quando anda com uma vara no ombro, virando-se às vezes para chamar o gado que o segue. (BOURDIEU, 2006b, p. 85).

Em sua observação, Bourdieu utiliza a dança da moda daquela época – com seu *swing* e movimentos do quadril, vistos como efeminados pelos camponeses – como metáfora do desajustamento social pelo qual passavam os jovens crescidos sob a vida e os valores do meio rural. As moças, mais abertas aos ideais da cidade, julgavam os homens segundo critérios que lhes eram alheios. Avaliados segundo esse padrão, eles eram desvalorizados e, muitas vezes, descartados como possíveis cônjuges; um fato em primeira análise inexpressivo, mas que reflete todo um rearranjo social e econômico:

Esse pequeno baile do interior, dá ocasião a um verdadeiro choque de civilizações. Nele é todo o mundo da cidade, com seus modelos culturais, sua música, suas danças, suas técnicas corporais, que irrompe na vida camponesa. Os modelos tradicionais dos comportamentos em festas se perderam ou deram lugar a modelos urbanos. Nesse domínio, como em outros, a iniciativa é das pessoas do *bourg*. (BOURDIEU, 2006b, p. 85).

Retomando, o *habitus* tem relação direta com a origem e trajetória social e, por conseguinte, com os capitais – econômico, social e cultural – herdados e adquiridos ao longo do processo de socialização. O conceito representa aquilo que encobre ou abarca os sujeitos, condicionando – mas não determinando – suas ações e visões de mundo (crenças) e atuando em sua maneira de portar-se, ver e sentir, em suas escolhas e identificação (ou não identificação) com pessoas, atividades, lugares, partidos políticos, estilos musicais, etc. (BOURDIEU, 2006a).

Assim, além da “história tornada coisa”, isto é, objetivada nas coisas, sob a forma de estruturas e instituições, temos a “história tornada corpo”, a “história encarnada nos corpos, sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 2001, p. 184). Portanto,

no pensamento de Pierre Bourdieu, os ininterruptos processos de socialização, em diálogo com as imposições dóxicas das classes dominantes (dominação simbólica), instituem categorias que estruturam a vida social e tornam-se inconscientemente e naturalmente aceitas, formatando *classes* de agentes em estrita conformação com sua *categoria* social.

Um exemplo paradigmático desta socialização calcada em uma dominação simbólica pode ser observado naquilo que Bourdieu (2012) chamou de *dominação masculina*:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou do mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Nesse sentido, têm-se que, desde tenra infância, as mulheres são levadas a incorporar atributos vistos como universais femininos e que na realidade são produtos da lógica de uma relação de dominação, sendo o próprio processo elementar de educação tendente a inculcar nas meninas modos mais rígidos de comportamento e compostura, expresso, por exemplo, nas maneiras de postar e cuidar do corpo – o andar, o olhar (para baixo), sentar com as pernas fechadas, falar baixo, dar risadas contidas, cuidados mais rigorosos com a estética e saúde corporal: como maquiarse, depilar-se, arrumar-se, manter-se magra, etc. (BOURDIEU, 2012).

Além disso, a própria ideia de qualidades exclusivas e intrínsecas das mulheres, como a ideia de um “sexto sentido” ou de uma “intuição feminina”, são, em si mesmas, “inseparável[eis] da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga [as mulheres], à atenção e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos”, constituindo, em última instância, uma identificação com uma posição defensiva, passiva (BOURDIEU, 2012, p. 42).

Nesse sentido, Bourdieu (2012) sublinha a dificuldade de se abandonar as “paixões do *habitus* dominado”, isto é, de livrar-se das limitações objetivas e subjetivas impostas por meio da socialização e de sua imanente *dominação simbólica*, seja do ponto de vista da etnia, da cultura ou do gênero dominado:

As paixões do *habitus* dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada,

não são das que se pode sustar com um simples esforço da vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações). (BOURDIEU, 2012, p. 51).

Sabendo que os processos de constituição da subjetividade ocorrem na relação com outras pessoas, em um universo ou *campo* social específico, que se apresenta aos agentes com suas possibilidades (campo dos possíveis), coerções, gratificações ou violências, de acordo com a posição ou classificação que estes ocupam em dada hierarquia societária, veremos, agora, da perspectiva das frações ou posições dominantes da sociedade, alguns condicionamentos identitários que podem se manifestar nos agentes tendo em vista este pertencimento.

Assim, com grande probabilidade, no seu modo de ser (para os outros e para si), os indivíduos pertencentes à classe dominante possuem a segurança de estarem ajustados aos padrões demandados na maioria dos espaços sociais e carregam o conjunto dos traços identificados com a “distinção burguesa”: postura ativa, naturalidade, autoconfiança, carisma, dicção, vocabulário, etc. que são incorporados durante a socialização primária no interior da família; características pessoais não ensinadas na escola, mas reconhecidas e recompensadas sutilmente no interior desta (BOURDIEU, 2006a).

A frequente naturalidade, nos diferentes espaços, encontrada nos integrantes da classe dominante denotam a indiferença “aos olhares objetivantes dos outros”, sendo estes capazes de impor a representação – “plenamente justificada da sua existência” – que possuem de si mesmos, aos demais. Segundo Bourdieu (2006a, p. 196), isso contrasta com as classes dominadas da luta simbólica, que tem a “representação de si a partir do olhar do outro”.

Desse modo, o encanto, charme, atitude e segurança que podem repousar nesses indivíduos *distintos*, decorreriam de uma “liberdade com relação às obrigações que dominam as pessoas comuns”, constituindo-se em uma “indiscutível confirmação do capital como capacidade para satisfazer as exigências sociais ou a autoridade que autoriza a ignorá-las” (BOURDIEU, 2006a, p. 238). Portanto, a “disposição distante, desligada ou desenvolta em relação ao mundo ou aos outros, só podem subsistir em condições relativamente distantes da urgência ou necessidade econômica” (BOURDIEU, 2006a, p. 353).

É importante, dessa forma, atentar-nos a essas características tomadas como pessoais ou individuais e que, no entanto, associam-se, probabilisticamente, à dada posição social. Assim, de modo bastante geral e esquemático, os membros das classes privilegiadas “seguros do seu ser, podem desinteressar-se do parecer”

(BOURDIEU, 2006a, p. 236); por sua vez, as classes inferiores na hierarquia socioeconômica, distinguem-se, na sua experiência do mundo social, pela timidez, pelo “constrangimento de quem não se sente bem em seu corpo e em sua linguagem”. Ademais, observam-se com os “olhos dos outros”, a todo momento vigiando-se, retratando-se e corrigindo-se, caracterizando-se, sobretudo as classes médias, pela “hipercorreção” (BOURDIEU, 2006a, p. 196).

Vê-se, dessa forma, que a uma determinada classe ou fração de classe social, com seu respectivo volume de capitais, corresponderá um *habitus* específico, que lhe trará uma visão sobre o mundo e sobre si, além do pertencimento ou exclusão de grupos e espaços, desdobrando-se em “um feixe de trajetórias praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes”, tratando-se de um *campo dos possíveis*, oferecido aos diferentes agentes no interior de um espaço social (BOURDIEU, 2006a, p. 104).

Finalizando esta seção, sublinhamos que ao longo de sua obra, Bourdieu buscou superar a oposição entre concepções teóricas que compreendem a prática social como exclusivamente subjetiva, conforme expresso no individualismo metodológico – o qual, segundo o autor, concede mais liberdade ao agente social do que este de fato tem – e teorias que entendem a prática como exclusivamente estruturada, retirando quase que por completo a autonomia dos agentes (JARDIM, 2022).

Nesse sentido, a noção de *habitus* busca fazer a mediação entre esses dois polos teóricos opostos: o subjetivismo e o objetivismo. De um lado, a visão segundo a qual a ação dos sujeitos é o efeito mecânico da coerção de causas externas, e de outro, a perspectiva de que o agente atua de maneira livre, consciente, sendo seus posicionamentos e atitudes resultado de uma avaliação racional autônoma.

A noção de *habitus*, portanto, visa restituir ao *agente* um poder gerador, construtor e classificador na sociedade, ressaltando que “essa capacidade de construir a realidade social é ela mesma socialmente construída”, não sendo a de um “sujeito transcendental”, mas a de um “corpo socializado”, “investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOURDIEU, 2001, p. 167).

Assim sendo, contra os postulados dominantes em certos ramos da economia e da psicologia, Bourdieu (2001, p. 78) destaca que “nossas ações possuem mais frequentemente por princípio o *senso prático* [ações em conformidade com um sistema adquirido de valores e preferências – o *habitus*] do que o cálculo racional”.

Considerações finais

No presente artigo, buscamos apresentar algumas das importantes contribuições da teoria social clássica e contemporânea para o entendimento da construção

social da subjetividade individual dos sujeitos, estando estes imersos em processos e modos coletivos de existência. Em que pese as noções de subjetivação, socialização ou individuação não terem sido necessariamente formuladas ou explicitadas por alguns dos autores aqui citados, a sua problematização e os seus efeitos se fazem sentir em suas obras e argumentos, estando essas perspectivas vinculadas ao debate onipresente nas ciências sociais da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Primeiramente, nosso intento foi o de demonstrar como ao longo do século XIX e XX, de forma direta ou indireta, esse tema se mostrou presente nos clássicos da ciência social, e seguiu presente nas obras de diversos e distintos autores e escolas de pensamento contemporâneos.

Buscamos apresentar, igualmente, a crítica do conjunto das ciências sociais ao indivíduo unificado, atomizado, plenamente livre e racional idealizado pelo liberalismo clássico – e, atualmente, exacerbado e radicalizado na ideologia neoliberal –, evidenciando as alterações psicossociais pelas quais passaram os sujeitos nos últimos séculos, resultantes de transformações econômicas, políticas e sociais, além de condicionamentos impostos por suas relações e pertencimentos.

Nas últimas seções, dedicamos especial atenção às contribuições de dois dos maiores sociólogos da segunda metade do século XX – Norbert Elias e Pierre Bourdieu – cujas análises processuais e relacionais – em muito contendo uma síntese crítica dos clássicos supra citados – contemplam o indivíduo como, ao mesmo tempo, construtor e constructo social, buscando captar a margem de ação individual possibilitada pela estrutura social, à qual varia de acordo com a posição que ocupam nessa estrutura os agentes e/ou os capitais por eles detidos, tendo em vista que esses pertencimentos e posses influem no modo como veem e são vistos pelo mundo social, portanto, influem em sua subjetividade, em seus sentimentos e emoções mais íntimas, pessoais ou individuais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 38, 2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006a.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6xd95mYYwF7h8XG39cfhfcG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **O Desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURGUIGNON, A. M.; MOREIRA, D. Das dicotomias às interdependências: aspectos teórico-metodológicos do pensamento de Norbert Elias. **Em Tese**, v. 15, n. 2, p. 69-84, 2018. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2018v15n2p69>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n2p69>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BURAWOY, M. Entendendo Bourdieu: destruição, recuperação e crítica. **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre, 2018.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

JARDIM, M. C. Dossiê: A sociologia engajada, reflexiva e praxiológica de Pierre Bourdieu: Atualidades e potencialidades nos estudos brasileiros. **Revista Sem Aspas**. 2022. <https://doi.org/10.29373/sas.v11iesp.1.17630>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/17630>. Acesso em: 18 jun. 2024.

LANDINI, T. S.; LEÃO, A. B. Indivíduo e individualismo em Norbert Elias. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 891-91, 2022. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v1137>.

MARQUES, P. E. M. Reconhecimento de excelência nas Ciências Sociais: a trajetória de Norbert Elias em foco. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 19, n. 36, 2014.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 1, p. 100-111, 2002.

RILEY, D. A teoria das classes de Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 24, n. 46, 2019.

SETTON, M. Socialização de habitus: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

SETTON, M. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010.

SIQUEIRA, D. Religião e religiosidade: indivíduo e sociedade. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 34, 2013.

*Individualidade e Sociedade: a construção social da subjetividade
na teoria social clássica e contemporânea*

SOUZA, T.; VASQUES, L. A telenovela brasileira em foco: uma análise sobre intimidade, emoção e processos de subjetivação em Pantanal. **Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 111–130, 2023.

VASQUES, L.; JARDIM, M. C. Emoções e Sociologia Econômica. **Revista Ensaios**, v. 18, p. 142–164, 2021.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, G. **Max Weber**. Sociologia. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira. 1997.

Submetido em: 01/11/2023

Aprovado em: 15/03/2024

*FAKE NEWS, POLÍTICA E RACISMO
RELIGIOSO NO BRASIL (2020-2022)*

*FAKE NEWS, POLÍTICA Y RACISMO
RELIGIOSO EN BRASIL (2020-2022)*

*FAKE NEWS, POLITICS RELIGIOUS
RACISM IN BRAZIL (2020-2022)*

*Jorge Amilcar de Castro SANTANA**
*Camilla FOGAÇA***

RESUMO: Este artigo evidencia três casos de Fake News produzidas durante o contexto das disputas eleitorais de 2020 até 2022, onde personagens políticos concorrentes dos candidatos bolsonaristas foram associados às religiões de matrizes africanas, e expostos em diversos canais de divulgação, como “o mal que assola o povo brasileiro”. Temos o objetivo de provocar uma breve reflexão acerca das divulgações dessas falsas notícias que transpassavam para o campo espiritual as disputas políticas partidárias. Destacamos como a ótica discriminatória presente no imaginário da população brasileira serviu para dispersar votos, ao mesmo tempo que contribuía na ampliação do racismo destinado historicamente as vertentes afro-religiosas com mais popularidade no Brasil, o candomblé e a umbanda.

PALAVRAS-CHAVE: *Fake News*; Política; Racismo Religioso.

RESUMEN: *Este artículo destaca tres casos de Fake News producidas durante el contexto de las disputas electorales de 2020 a 2022, donde personajes políticos que competían con los candidatos de Bolsonaro fueron asociados con religiones*

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), RJ, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0020-8173>. Contato: jorgesantana_sg@yahoo.com.br.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ), RJ, Brasil. Pesquisadora pela FAPERJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5128-8428>. Contato: camillafogaca.pesq@gmail.com.

de origen africano y expuestos en diversos canales publicitarios, como “el mal que azota al pueblo brasileño”. Pretendemos provocar una breve reflexión sobre la difusión de estas noticias falsas que trasladaron las disputas partidistas al campo espiritual. Destacamos cómo la perspectiva discriminatoria presente en el imaginario de la población brasileña sirvió para dispersar votos, al mismo tiempo que contribuyó en la expansión del racismo históricamente dirigido a las vertientes afroreligiosas más populares en Brasil, el Candomblé y la Umbanda.

PALABRAS CLAVE: *Fake News; Política; Racismo Religioso.*

ABSTRACT: *This article highlights three cases of Fake News produced during the context of the electoral disputes from 2020 to 2022, where political characters competing with the Bolsonaro candidates were associated with African-based religions, and exposed in various publicity channels, such as “the evil that plagues the Brazilian people”. We aim to provoke a brief reflection on the dissemination of these false news that transferred party political disputes to the spiritual field. We highlight how the discriminatory perspective present in the imagination of the Brazilian population served to disperse votes, at the same time that it contributed in the expansion of racism historically aimed at the most popular Afro-religious aspects in Brazil, Candomblé and Umbanda.*

KEYWORDS: *Fake News; Politics; Religious Racism.*

Introdução

Este artigo evidencia três casos de Fake News produzidas durante o contexto das disputas eleitorais de 2020 até 2022, onde personagens políticos concorrentes dos candidatos bolsonaristas foram associados às religiões de matrizes africanas, e expostos em diversos canais de divulgação, como “o mal que assola o povo brasileiro”. Temos o objetivo de provocar uma breve reflexão acerca das divulgações dessas falsas notícias que transpassavam para o campo espiritual as disputas políticas partidárias. Destacamos como a ótica discriminatória presente no imaginário da população brasileira serviu para dispersar votos, ao mesmo tempo que contribuía na ampliação do racismo destinado historicamente as vertentes afro-religiosas com mais popularidade no Brasil, o candomblé e a umbanda¹.

¹ Adotaremos nesta apresentação o termo “religiões afro-brasileiras” para designar as manifestações religiosas dos candomblés e das umbandas. Porém, destacamos que as denominações usadas são expressões desprezíveis que não explicam bem a realidade de todas as religiões envolvidas.

Podemos identificar os ataques a essas religiões tidas como de cosmogonia negra-africana tanto nas disputas políticas quanto nos dados coletados pelos órgãos públicos nacionais. Segundo as informações divulgadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), publicado em 2020, pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) de 2021, e o Disque 100, reunidos entre janeiro e agosto do mesmo ano, o candomblé e a umbanda são apontados como aqueles que lideram as estatísticas de violações dos direitos humanos no Brasil como vítimas. Já o perfil do suspeito é cristão, sexo masculino e líder religioso (BAHIA, AGUIAR, NOGUEIRA, 2022).

A perseguição ao candomblé e a umbanda não é recente no país, está presente desde o início da formação dessas religiosidades. Com o advento da República, a separação entre Estado e Igreja não pôs fim à relevante influência dos privilégios católicos tampouco à discriminação do Estado frente às demais crenças, sobretudo as afro-religiosas. Já no período de redemocratização política, em fins dos anos 1970 e a primeira metade de 1980, o pluralismo religioso intensificou a competição religiosa graças ao acelerado crescimento pentecostal e seu ingresso tanto midiático quanto na política partidária (BAHIA, AGUIAR e NOGUEIRA, 2022).

Assim destacamos o debate público presente na década de 1980 sobre um conjunto de igrejas pentecostais que incentivaram seus adeptos a praticarem ataques às religiões afro-brasileiras. Para tais análises, utilizamos as noções de “racismo religioso” (NASCIMENTO, 2017; ORO, 1997; SANGENIS, COSTA, 2021; SIQUEIRA, 1997) com objetivo de designar os diversos ataques contra os povos de axé, uma vez que, essas ações “se circunscrevem dentro da mentalidade escravocrata/racista que quer manter padrões de moralidade e costumes restritos à cultura dominante branca e cristã que exclui tudo o que não estiver de acordo com ela” (CAMURÇA; RODRIGUES, 2022, p. 10).

No Brasil, inúmeras notícias fraudulentas que continham ataques as religiões afro foram publicadas em período eleitoral e ganharam notoriedade nas eleições de 2018². Neste pleito circularam em larga escala notícias falsas principalmente sobre candidatos de esquerda ou críticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Frequentemente essas notícias eram produzidas por páginas, site e perfis de apoiadores de Bolsonaro e, em grande parte, tinham como principal temática questões de âmbito moral e religioso, direcionada para o eleitorado evangélico e católico mais sensível as essas pautas. (GOMES; DOURADO, 2019).

² Um caso notório do pleito eleitoral de 2018 foi o caso do “Kit Gay” amplamente disseminado pelos apoiadores e pelo próprio candidato Jair Bolsonaro (GOMES; DOURADO, 2019).

Fake News e o segundo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro

Identificamos a distribuição de materiais com falsas notícias a fim de confundir eleitores e alterar o resultado de eleições anteriores a 2018. Reconhecemos a existência de divulgações associando pejorativamente os principais candidatos às religiões de matrizes africanas, como fez Aparecida Panisset³, ex-prefeita do município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2004 e na sua reeleição, em 2008 (FOGAÇA, 2022).

Apesar de não ser um dos focos de análise desse estudo, é importante destacar o caso de São Gonçalo por ser o segundo maior colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro, onde crescem de forma significativa as ações do poder público local associadas aos interesses religiosos evangélicos cristãos (FOGAÇA, 2022). O município é considerado por alguns religiosos o berço da umbanda no país⁴ e enfrenta um claro aumento da intolerância religiosa ao mesmo tempo que identificamos o vertiginoso crescimento pentecostal, e suas influências no espaço público, a partir de 2000.

Nas campanhas eleitorais para a prefeitura de São Gonçalo, em 2004, Aparecida Panisset foi acusada de distribuir contra sua principal adversária ao pleito, Graça Matos (PMDB), jornais com fotos da candidata em rituais de umbanda, numa tentativa de confundir os eleitores evangélicos no município.

Figura 1 – Imagem de Graça Matos no jornal *O Povo*, outubro de 2004.



Fonte: *Jornal Daki* (ALBANO, 2020)

³ Aparecida Panisset, aos 12 anos, ingressou na Igreja Nova Vida. Ainda adolescente, mudou-se com a família para o município de São Gonçalo. É professora de história. Foi condenada por improbidade administrativa, em janeiro daquele ano, pela 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (CAMURÇA; BAHIA; AGUIAR., 2021)

⁴ O mito de origem refere-se à primeira incorporação, por Zélio de Moraes, em 1908, do espírito Caboclo das Setes Encruzilhadas. O caboclo o teria orientado a fundar sete tendas (terreiros), com a finalidade de propagar a umbanda. Tais tendas foram instaladas no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1937.

Apesar de a sua autoria não ser comprovada, a página on-line do Jornal Extra se refere à Panisset como “a prefeita que adora uma Guerra Santa”. As obras sociais implementadas em seu centro social e o reforço da divulgação de notícias que configuram intolerância religiosa garantiram à Panisset 51,95% dos votos no primeiro turno das eleições de 2004. (MACHADO, 2006, p. 142).

Em 2008, Panisset foi reeleita com 56% dos votos, o correspondente a 170 mil a mais que sua concorrente direta e segunda colocada, Graça Matos. O discurso de vitória de Aparecida Panisset destacava o quanto o povo evangélico a ajudou na “guerra” contra os demais candidatos e a importante participação dos pastores ao mobilizar e cativar eleitores.

Aparecida Panisset fazia alusão a uma “guerra religiosa” dando a possibilidade de comparação com conteúdo do livro escrito pelo fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Edir Macedo (1993), *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios*. Esta obra é um importante exemplo de incitação de seus fiéis contra um inimigo declarado, onde Edir Macedo explica aos seus leitores o dever de vestir a armadura, lutar “em nome do Senhor” e garantir o lugar no céu, antes que seja arruinado por exu, caboclo ou demônios semelhantes (MACEDO, 1993, p. 18).

Observamos que nos regimes democráticos presidencialistas ou parlamentaristas as notícias fraudulentas configuram-se como um perigo enorme para o exercício da livre escolha de representantes do Legislativo, como presidente ou primeiro-ministro e do Executivo. A vasta utilização de notícias falsas pode adulterar a livre escolha de leitores que acabam sendo influenciados por falsas narrativas, votando em um candidato ou deixando de votar em outro. Alterando o cenário eleitoral e oferecendo graves riscos à democracia (ESTEVES; SAMPAIO, 2019).

Fake News e Racismo Religioso nas disputas políticas: Breve apresentação de três casos

Neste artigo, analisaremos três casos de notícias falsas contra políticos e candidatos a fim de investigar o racismo religioso no contexto político brasileiro nos anos de 2020, 2021 e 2022. As notícias em questão foram divulgadas e compartilhadas em especial por militantes e páginas de extrema-direita ou bolsonaristas contra figuras públicas de esquerda (GOMES; DOURADO, 2019). Os vitimados foram: a governadora Fátima Bezerra (PT), a vereadora Benny Briolly (PSOL) e o então candidato a presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), eleito em 2022.

O primeiro caso de *Fake News* e racismo religioso ocorreu no estado do Rio Grande do Norte, em março de 2020. A vítima foi a governadora potiguar, Fátima Bezerra (PT), eleita em 2018 e reeleita em 2022. Ela é militante histórica do Partido dos Trabalhadores e possui extensa carreira na vida pública, com cargos de deputada estadual, deputada federal, senadora e a primeira mulher eleita governadora do seu estado. Bezerra também é considerada a primeira mandatária brasileira chefe do Executivo estadual assumidamente lésbica.

Apesar de seu governo ter boas avaliações, ela tem enfrentado oposição enérgica de setores de direita e extrema-direita, em especial por parte do bolsonarismo. Há *Fake News* relacionadas à governadora potiguar em diversas áreas, como a vinculação de notícia fraudulenta acerca de sua participação em suposto ritual associado a religiões de matrizes africanas (DUARTE, 2020).

Em março de 2020, em meio ao início da pandemia da Covid-19 e preparação para as eleições municipais no Brasil, correu nas redes sociais a disseminação de uma foto em que a governadora estaria supostamente praticando “macumba”⁵ e “vodu”⁶, contra Jair Bolsonaro (PL) que naquele período era o presidente do Brasil. Na imagem estavam presentes a governadora Fátima Bezerra (PT), o vice-governador do Rio Grande do Norte, Antenor Roberto (PCdoB) e o prefeito de Natal, Álvaro Dias (PSDB), sentados na varanda de uma residência (DUARTE, 2020).

Na imagem, a governadora estava posicionada no centro, vestida de branco, com uma tiara da mesma cor no cabelo. Os demais políticos apareciam sentados ao lado da mandatária. Na mesa à sua frente, coberta por uma toalha branca, velas pretas, uma garrafa de cachaça, um boneco de vodu do presidente brasileiro e uma estatueta de Iemanjá⁷.

Abaixo a foto adulterada e veiculada que teve mais de 40 mil compartilhamentos no Facebook (MENEZES, 2020):

⁵ Segundo Nei Lopes (2004) macumba é um nome genérico, popularesco de cunho às vezes pejorativo usado para designar as religiões afro-brasileiras.

⁶ Vodun ou Voduns prática de culto de origem africana Jeje, também identificado na diáspora da América Central, referência comum ao Haiti, e associado a estigmas como canibalismo, orgias e exotismo após a Revolução Haitiana. O boneco de Vodun, é popularmente conhecido como uma atividade maléfica contra adversários e inimigos. (GAIA; VITÓRIA, p.56, 2021).

⁷ Divindades feminina do panteão afro-brasileiro cujo domínio natural é as águas (CACCIATORE, 1988).

Figura 2 – Foto adulterada contra Fátima Bezerra.



Fonte: UOL Confere (MARÉS, 2020)

Segundo a Agência de Reportagem “Saiba Mais” a notícia falsa teria sido inicialmente disseminada pela professora de Direito, moradora de Natal e militante bolsonarista, Lenice Moreira de Moura (DUARTE, 2020). Na postagem realizada por Lenice, em sua página pessoal no Facebook, a foto em questão estava acompanhada do seguinte texto:

Vejam como a DESGOVERNADORA do PT no RN “TRABALHA” ... Vejam o BAIXÍSSIMO NÍVEL! Eis o “FEITIÇO PREPARADO contra BOLSONARO e seus principais MINISTROS”. É na base da MACUMBA que essa GENTE busca REALIZAR seus PLANOS MALIGNOS! Você que é uma “pessoa do bem” ou um “cristão” considera CORRETO tal atitude da GOVERNADORA? É com ESSAS ARMAS que uma PESSOA do BEM pretende vencer? #AcordaPovoCristão! #OrarPeloPresidente! (DUARTE, 2020).

Lenice associava a chefe do Executivo potiguar a um ritual de feitiçaria, ancorada nas religiões de matrizes africanas. A postagem contém Fátima Bezerra como principal figura na coordenação do suposto ritual maléfico, enquanto o texto afirmava que o ritual tinha o objetivo de promover energias negativas contra o presidente Jair Bolsonaro. Lenice também faz uso da palavra “macumba”, para reforçar os estigmas negativos historicamente imputados contra as religiões afro-brasileiras. Nesse cenário, Bolsonaro era concebido pela autora como “uma pessoa de bem”, vítima de “políticos maus”, referindo-se aos três personagens

presentes na foto⁸. Seguindo para o final, a advogada convoca os cristãos a lutar e orar pelo mandatário.

Na postagem analisada pela Agência Lupa, a foto original, publicada pela conta oficial da governadora, diferente da divulgada por Lenice, correspondia a uma imagem de reunião realizada no dia 27 de março do mesmo ano, entre alguns representantes estaduais que discutiam medidas conjuntas de combate à pandemia da Covid-19, no Rio Grande do Norte.

A foto original publicada no Twitter e no Facebook de Fátima Bezerra revela que os objetos na mesa eram apenas óculos, álcool em gel e celulares. Abaixo a foto da governadora Fátima Bezerra publicada nas suas redes sociais:

Figura 3 – Foto original de Fátima Bezerra.



Fonte: Agência de Reportagem Saiba Mais (DUARTE, 2020)

Os autores da falsificação aproveitaram que Fátima Bezerra usava vestimentas brancas, a mesma cor utilizada comumente nos ritos de Umbanda e Candomblé, para conceder a imagem distorcida, mas verossímil. Os textos que acompanham a *Fake News* reforçam uma narrativa que vocifera o senso comum compartilhado por parte significativa da população brasileira que acredita que esses segmentos religiosos são concebidos como representação do “mal” entre outros estigmas desabonadores.

Em maio de 2020, o médico bolsonarista Geraldo Freire Neto foi condenado por publicar notícias fraudulentas contra a governadora do Rio Grande do Norte. Entre elas, a acusação de que Fátima Bezerra era “macumbeira e que fazia vodu contra o presidente” (ÉBOLI, 2020, n.p.). Um trecho da decisão do magistrado Giordano Resende Costa da 4ª Vara Cível de Brasília:

A situação exposta na inicial é surreal, pois temos um cidadão que sobe num carro de som e brada para o público que lá estava, ser a Governadora uma traficante

⁸ Na foto adulterada pela *Fake News*, o secretário estadual de Saúde foi cortado, tendo apenas a governadora, o vice-governador e o prefeito de Natal.

(1 tonelada de droga), uma macumbeira e ser uma pessoa que faz vodu para o Presidente. Se não bastasse dizer em voz alta, o requerido ainda conseguiu registrar e divulgar as informações por meio das redes sociais (ÉBOLI, 2020, n.p.).

O réu foi condenado a uma ação indenizatória no valor de R\$ 60 mil e a apagar as postagens consideradas *Fake News* de suas redes sociais (ÉBOLI, 2020).

O segundo caso de *Fake News* e racismo religioso aconteceu em 2021, na cidade de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A vereadora transexual e praticante da Umbanda, Benny Briolly⁹ (PSOL), foi vítima de ataques após a visita de estudantes da rede municipal ao Quilombo Urbano Xica Manicongo¹⁰, onde ela atua como uma das lideranças (BORGES, 2021).

No registro do evento publicado em sua rede social, a vereadora aparecia de mãos dadas com os estudantes devidamente uniformizados, formando uma roda, indicando que estavam dançando ciranda ou alguma dança similar. A imagem ressaltava os estudantes e a parlamentar devidamente de máscaras na frente de paredes desnudas, decoradas com flores e bonecas negras. A partir desta foto foram produzidos ataques e ameaças, contra a vereadora, por parte dos grupos conservadores da cidade.

Em dezembro de 2021, o vereador Douglas Gomes (PTC), também da câmara municipal de Niterói, fez uma postagem em suas redes sociais com os seguintes dizeres:

“Axel Grael (prefeito de Niterói) faz parceria com parlamentar travesti para levar crianças em terreiro”. Ele também questionou: “Será que os pais estavam cientes? Lembre-se que são esses que tentam retirar a imagem de Cristo das escolas” ... (BORGES, 2021, n.p.).

A publicação era acompanhada da foto publicada pela própria vereadora niteroiense de mãos dadas com os estudantes, no Quilombo. Os seguidores de Douglas Gomes (PTC) comentaram com mensagens ofensivas, tais como: “Cara, isso tinha que acontecer com um filho meu, meu irmão, a Cinderela ia virar abóbora rapidinho!!!! (sic)” e “Que inutilidade. Por que não levar as crianças a museus ou pontos turísticos da cidade?” (BORGES, 2021).

⁹ Benny Briolly é jornalista de formação e foi a primeira assessora transexual na Câmara Municipal de Niterói. Militante da luta do movimento trans e do movimento LGBTQI+. Em 2020, ela foi candidata a vereadora pelo PSOL, sendo eleita com mais de 4 mil votos e a vereadora mais votada da cidade de Niterói.

¹⁰ O nome do Quilombo é em homenagem a Xica Manicongo, considerada a primeira travesti brasileira, condenada pela Inquisição no século XVI. O Quilombo cultural foi fundado em 2020, para ser um espaço de palestras, cursos, oficinas, local de acolhimento, e um lugar de resgate da história e cultura da população negra e LGBTQIA+ (MOTT, 1999).

A notícia fraudulenta produzido pelo vereador rapidamente se espalhou pelas redes sociais, gerando uma série de ataques transfóbicos contra a parlamentar, as religiões afro-brasileiras e a prefeitura de Niterói. O Quilombo foi caracterizado pelo vereador como supostamente um terreiro, um templo religioso, o que configurava um atentado contra os valores cristãos.

Após a divulgação da falsa notícia a parlamentar Benny Briolly afirmou que a *Fake News* tinha por trás um viés transfóbico e de racismo religioso. Segundo a vereadora, o local não era um terreiro de Umbanda ou Candomblé, mas sim, o Quilombo Urbano Xica Manicongo, sede do “Festival das Encruzilhadas” (LOPES, 2021). O evento oferecia diversas apresentações e exposições com artistas negros, periféricos e favelados, como o da artista Lia de Itamaracá¹¹ e o escritor negro Rodrigo França (2020), autor da obra infanto-juvenil *O Pequeno Príncipe Preto*, além de celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos¹² (BORGES, 2021). Contudo, a parlamentar niteroiense optou por retirar de suas redes sociais a foto utilizada pelo vereador na notícia fraudulenta.

O Núcleo Avançado de Educação Infantil Angela Fernandes, de Niterói, responsável por levar esses estudantes ao Quilombo, explicou o propósito da atividade após a divulgação da *Fake News*. A nota enviada aos meios de comunicação como *O Globo* afirmou que se tratava de um trabalho pedagógico na busca por valorização da construção de “narrativas decoloniais, antirracistas e ancestrais”, ancorada na lei nº 10639/2003¹³, que determina como obrigatório o ensino de história e cultura da África e afro-brasileira na Educação Básica e Superior (LOPES, 2021, n.p.).

Já o Babalawô¹⁴ Ivanir dos Santos¹⁵, em entrevista ao portal *UOL*, considerou a postagem de Douglas Gomes um ato racista:

A atitude do vereador mistura alho com bugalhos. Inegavelmente foi um ato de racismo. Acredito que ele deverá responder sobre isso. Outra coisa é o vereador entender que vivemos num espaço laico, que os espaços públicos têm que ser de todos. Quando ele afirma um único grupo religioso, exclui os outros (BORGES, 2021, n.p.).

¹¹ Lia de Itamaracá é uma compositora, dançarina e cantora de ciranda de Pernambuco. Ela é reconhecida como a maior artista de ciranda brasileira em atividade e foi agraciada com título de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco.

¹² Essa data é comemorada, pois foi nesse dia em que a Organizações das Nações Unidas (ONU) publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

¹³ A lei nº 10 639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas que já fazem parte das grades curriculares do Ensino Básico e Superior.

¹⁴ Babalorixá é o chefe masculino de terreiro, sacerdote que dirige um candomblé, popularmente denominado pai de santo (CACCIATORE, 1988, p. 59).

¹⁵ Ivanir dos Santos é líder religioso atuante na Comissão de Combate a Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/babalawoivanirdossantos/>. Acesso em: 28 out. 2022.

O parlamentar Douglas Gomes, de extrema-direita, eleito para o cargo pela primeira vez em 2020, tem sua trajetória calcada em sucessivos ataques contra as religiões de matrizes africanas e pessoas LGBTQI+. Em março de 2022, ele foi um dos mais aguerridos contra a aprovação do projeto de lei nº 09/2022 (NITERÓI, 2022), também proposto por Benny Briolly que instituía o dia 12 de novembro como “Dia de Maria Mulambo protetora de Niterói”. Em reportagem acerca do projeto de lei o parlamentar afirmou ser terrivelmente cristão e conservador e por isso radicalmente contra este projeto e qualquer outro que vá contra sua fé e valores. (SALLES, 2022).

Ao ser questionado pela reportagem o vereador recuou da acusação inicial de que o local era um terreiro e que os estudantes participavam de um ritual. Porém buscou ilegalidade na autorização dos pais para o trabalho escolar externo. Mesmo ensaiando uma tentativa de recuo, o vereador, de maneira pejorativa, acusou o local de ser frequentado por “pais de santos” e por pessoas LGBTQIA+. A seu ver, o que tornaria o local impróprio é ser frequentado por afro-religiosos e pessoas de orientações sexuais diversas (LOPES, 2021).

Diferente do primeiro caso apresentado, neste não há manipulação ou alteração de imagens, fotos ou áudio. A foto utilizada é verdadeira, mas com distorção no texto que a acompanha. A falsa notícia foi construída acionando tanto a discriminação contra as pessoas LGBTQI+ como também o racismo religioso, partindo de associações com temáticas morais que produzem potente mobilização entre os setores conservadores, como a defesa dos valores cristãos e contrários aos debates sobre sexualidade (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

O terceiro caso de *Fake News* e racismo religioso ocorreu em janeiro de 2022 contra o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva¹⁶ (PT), candidato à presidência do Brasil, para o pleito eleitoral de outubro de 2022. Portanto, as notícias falsas contra a sua pessoa estão diretamente ligadas aos efeitos para retirar votos ou aumentar a rejeição ao candidato.

Diversos posts passaram a circular nas redes sociais com um vídeo em que Lula estava na cidade de Salvador-BA acompanhado de yalorixás¹⁷ e praticantes do Candomblé, onde supostamente fazia a seguinte declaração:

Eu, ontem, quando cheguei, as mulheres jogaram pipoca em mim e me entregaram um santo. Como é que chama? Me entregaram um Xangô. Tenho relação com o demônio. Eu estou falando com o demônio e o demônio está tomando conta de mim (ALBURQUEQUE, 2022, n.p.).

¹⁶ Luis Inácio Lula da Silva, atual presidente da República (2022-2025), também ocupou este cargo máximo do executivo por dois mandatos seguidos (2003-2012),

¹⁷ Cargo de zeladora dos axés, cuida do terreiro e dos filhos de santo da casa, providenciando limpeza, colocação de comidas etc. É de grande importância, por isso deve ser exercido por uma filha de santo de inteira confiança de todos do terreiro (CACCIATORE, 1988, p. 143).

As postagens com o vídeo foram amplamente compartilhadas em páginas e perfis de figuras públicas e políticos bolsonaristas e apontavam associação entre Lula e o demônio, caracterizado pelo orixá Xangô¹⁸. O próprio senador pelo estado do Rio de Janeiro e filho do ex-presidente Bolsonaro, Flávio Bolsonaro (PL), compartilhou o vídeo em suas redes sociais com a seguinte imperativo: “Envie este vídeo a sua liderança religiosa e pergunte o que ela pensa disso. A guerra é também espiritual” (SANTIAGO, 2022, n.p.).

Figura 4 – Print do vídeo falso sobre Lula, no facebook.



Fonte: UOL Confere (SANTIAGO, 2022).

Segundo a plataforma de monitoramento *Crowdtangle*, após a publicação foi identificado pelo menos 99 *posts* e 3 mil compartilhamentos na rede social Facebook, e 25 *posts* no Instagram (ALBURQUEQUE, 2022). O “UOL Confere” revelou que no Twitter o vídeo teve mais de 23 mil visualizações. O que revela a amplitude que essa postagem ganhou nas redes sociais, chegando a milhares ou até mesmo milhões de pessoas. O vespertino *Estadão*, na seção *Fake News* Estadão Verifica indica que o vídeo foi veiculado com a seguinte mensagem: “Deus tenha misericórdia dessa nação em nome de Jesus Cristo” (PACHECO, 2022, n.p.).

No segundo trecho do vídeo, o ex-presidente supostamente diz: “As religiões de matriz africana serão tratadas com a maior decência, com o maior respeito, é a nossa fé, a nossa crença”. O “Fato ou *Fake*”¹⁹, do portal de notícias do G1 revelou que essa declaração também foi adulterada, a frase original dita pelo ex-presidente foi:

¹⁸ Xangô é um orixá iorubano masculino, senhor do raio e do trovão e que tem um machado de duas lâminas como símbolo. No Brasil Xangô é identificado como orixá da justiça.

¹⁹ Fato ou *Fake* é uma seção do portal de notícia G1 que verifica *Fake News*, um *fact-checking*.

Eu, como cidadão brasileiro, tenho a minha religião. Todo mundo sabe que sou católico. Mas, enquanto candidato, ou enquanto presidente da República, todas as religiões desse país, inclusive as religiões de matriz africana, serão tratadas com a maior decência, com o maior respeito. E eu jamais enquanto governo irei permitir o autoritarismo de uma religião sobre a outra. Se tem uma coisa que a gente tem que respeitar é a profissão de fé das pessoas, é o comportamento da espiritualidade de cada um de nós, é a nossa fé e a nossa crença. (DOMINGOS, 2022, n.p.).

No dia 30 de agosto, a Agência Lupa checkou o vídeo para investigar se correspondia a *Fake News* ou não (LOPES, 2022). A Agência apontou adulteração e que a declaração do ex-presidente era resultado de uma montagem que pretendia associar o então candidato Lula a práticas demoníacas. Segundo a checagem, o evento original ocorreu em 27 de agosto de 2021, na capital baiana, durante o “Movimento social negro da Bahia na luta com Lula”, quando o líder do Partido dos Trabalhadores se reuniu com os movimentos negros e lideranças religiosas de matrizes africanas. No encontro, o presidente recebeu um banho de pipocas²⁰ pelas yalorixás, vestia boné, uma túnica do bloco carnavalesco Ilê Aiyê e recebeu de presente uma estatueta do orixá Xangô. As vestimentas contribuem para dar veracidade a *Fake News* divulgada.

Observamos nesta terceira notícia que a adulteração foi mais sofisticada, pois contou com a utilização de *software* para modificar a voz do candidato e organizar as palavras na sequência em que o autor deseja, ou seja, literalmente “colocando palavras na boca” da pessoa retratada, criando um cenário hiper-realista (ALBUQUERQUE, 2022, n.p.).

O vídeo do candidato Lula continuou a ser utilizado por perfis e páginas bolsonaristas como instrumento de acusação. No dia 8 de agosto de 2022, a vereadora Sonaira Fernandes (Republicanos) de São Paulo, publicou em suas redes sociais o mesmo vídeo em que Lula recebe um banho de pipoca da bailarina e candomblecista Jairã Andrade do Santos (G1 BAHIA, 2022), com o seguinte texto:

Lula já entregou sua alma para vencer essa eleição. Não lutamos contra a carne nem o sangue, mas contra os principados e potestades das trevas. O cristão tem que ter a coragem de falar de política hoje, para não ser proibido de falar de Jesus amanhã (G1 BAHIA, 2022).

A postagem do vídeo com a mensagem discriminatória foi compartilhada em suas redes sociais pela primeira-dama do Brasil, Michele Bolsonaro, com a legenda: “Isso pode, neh! Eu falar de Deus, não!” (G1 BAHIA, 2022, n.p.). Uma clara alusão

²⁰ O banho de pipoca é um ritual das religiões afro-brasileiras associado com o orixá Omolu, conhecido como divindade responsável pela cura de doenças e enfermidades.

às críticas da imprensa por Michelle Bolsonaro ter realizado um culto religioso com pastores e fiéis no Palácio do Planalto, configurando uma ilegalidade por usar um prédio público para atividades religiosas.

Tanto a publicação da vereadora paulistana, como a de Michelle Bolsonaro, destacam e alteram as imagens de Luis Inácio Lula da Silva com religiosos de matrizes africanas, como o acusam de adesão às religiões satanistas e maléficas. O uso da proximidade e da relação do candidato com as religiões afro-brasileiras produz a materialidade a partir do senso comum arraigado no Brasil, que concebe tais religiões como ligadas ao mal e à feitiçaria, o que torna o candidato um inimigo dos cristãos.

Considerações finais

O imaginário social é construído ao longo do tempo e assenta-se no senso comum. No que tange às religiões de matrizes africanas, esse imaginário está calcado no racismo religioso. A comunicação de notícias fraudulentas utiliza os elementos de fácil identificação pelo senso comum, que estereotipados, catalisam a comunicação e produzem rápida identificação nos receptores.

Nos três casos analisados ao longo do artigo esses elementos estão presentes e destacados para produzir uma comunicação de êxito com o público-alvo. As notícias fraudulentas foram construídas a partir de elementos e objetos ritualísticos das religiões de afro-brasileiras de amplo conhecimento do senso comum, mas que compõem um imaginário social preconceituoso, como boneco de vodu, cachaça, pais de santo, banho de pipoca e orixás. Caso fosse escolhido objeto ritualístico como o abebé²¹, por exemplo, talvez as *Fake News* não alcançassem o mesmo efeito de comunicação no receptor já que sua identificação não compõe o senso comum acerca dessas religiosidades.

Assim, a cachaça foi adicionada propositalmente na foto adulterada no primeiro caso. A bebida alcoólica brasileira está relacionada aos escravizados, aos estereótipos racistas da população negra e às religiões afro-brasileiras (LOPES, 2004). A cachaça nos cultos africanos e afro-brasileiros tem a função de libação em honra dos antepassados. Entretanto, no universo pentecostal, a bebida alcoólica tem uma caracterização negativa, ligada aos prazeres do corpo, ao pecado, “dos espíritos das trevas” e, portanto, condizente com as religiões de matrizes africanas, associadas ao mal. (SILVA, 2007).

²¹ Segundo Nei Lopes (2004) o abebé, um nome de origem iourubá, é um leque metálico de Oxum e de Iemanjá utilizado nos rituais de candomblé.

No segundo caso analisado, a alegação do vereador bolsonarista de que os estudantes teriam visitado um terreiro, tem como elemento central o Quilombo como lugar maléfico e impróprio para estudantes. A mensagem opera com locais e nomes de origem afro-brasileira que são classificados como lugares de “macumba”. O que gera um paralelo com a “capoeira de Jesus” e o “acarajé do senhor”, uma vez que descende de uma herança africana no Brasil, com significados que não são restritos às práticas ritualísticas das religiosidades afro-brasileiras, mas acabam igualmente estigmatizados e associados ao mal (SILVA, 2007).

No último caso é a partir do banho de pipoca que o imaginário social é operado. O banho de pipoca é caracteristicamente conhecido como um ritual das religiões afro-brasileiras, porém poucos conhecem a sua real função religiosa, que não tem a ver com demônio ou pacto com demônio, mas que, para um público-alvo que compartilha do senso comum racista e preconceituoso, facilita as distorções. A imagem do então candidato Lula recebendo as pipocas e a fala fraudulenta atribuída a ele dão densidade a *Fake News*.

Os três casos analisados evidenciam como a construção de um imaginário social baseado em um estereótipo negativo da umbanda e do candomblé passou a ganhar mais força com as igrejas pentecostais, “igrejas eletrônicas” a partir da década de 1980, devido a utilização da mídia para trabalho de proselitismo em massa, com base em programas de televisão que pregavam deliberadamente a batalha espiritual contra as religiões afro-brasileiras, elevando a potência da construção do imaginário social negativo dessas religiosidades (SILVA, 2007).

Com o advento da internet, um número maior de pessoas pode divulgar conteúdos no meio digital ou mesmo criar pequenos veículos de notícias, o que não é um problema em si. O problema é quando o veículo produtor de conteúdo tem como objetivo produzir notícias falsas e produzir desinformação, como apontam Tatiana Dourado e Wilson Gomes (2019) referindo-se aos sites jornalísticos do Brasil que disseminaram notícias fraudulentas no pleito eleitoral de 2018.

Os novos meios de comunicação oferecem rápida velocidade para a disseminação de conteúdos, dessa forma uma notícia falsa pode alcançar milhões de pessoas em poucas horas.

As agências de checagem de notícias, fatos e boatos, também conhecidas pelo nome de *Fact-Checking*²², não conseguem o mesmo alcance que as notícias fraudulentas mais populares e de grande circulação na internet, inclusive as *Fake News* ancoradas no religioso, amplamente divulgadas, em especial em um país como o Brasil, com maioria do eleitorado cristão.

²² *Fake checking* são agências ou portais que checam notícias, vídeos e áudios que circulam pela internet, em especial nas redes sociais mais populares como Facebook, Instagram, Whatsapp, Twitter, entre outros.

Portanto, grupos de extrema-direita, direita e conservadores que se afirmam defensores dos valores cristãos, disseminam notícias falsas contra candidatos adversários, principalmente de esquerda. Para produzir uma imagem negativa dos adversários políticos esses grupos utilizam de forma recorrente o racismo religioso, associando os adversários com religiões de matrizes africanas historicamente vítimas de estigma, preconceito e intolerância religiosa.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Helcio. ‘Capitão Mentira’ em busca da ‘fake’ perfeita. **Jornal Daki**, São Gonçalo, 27 nov. de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldaki.com.br/post/capit%C3%A3o-mentira-em-busca-da-fake-perfeita>. Acesso em: 28 out. 2022.

ALBUQUERQUE, Rayanne. É falso que Lula disse ter ‘relação com demônio’ vídeo manipulado. **UOL Confere**, São Paulo, 25 jan. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/01/25/video-falso-lula-possuido-demonio.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla; NOGUEIRA, Farlen. Marco Zero: Intolerância Religiosa, Resistências e Controvérsias no Campo Étnico-Religioso em São Gonçalo, Rio de Janeiro. **Revista OQ**, Ano 5, Número 6, Janeiro, 2022.

BORGES, Waleska. RJ: Escola sofre ataques de intolerância religiosa após post de vereador. **UOL**, Rio de Janeiro, 20 dez. de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/20/rj-escola-sofre-ataques-de-intolerancia-religiosa-apos-post-de-vereador.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de Cultos Afro-brasileiros**. Forense Universitária, 1988

CAMURÇA, Marcelo; RODRIGUES, Ozaías da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. **Revista OQ**, n.6, jan. 2022.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2021. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, Vol.41(3), 2021, p. 75-97.

DOMINGOS, Roney. É fake declaração atribuída a Lula em reunião com líderes de religiões de matriz africana. **G1**, Brasil, 25 jan. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/01/25/e-fake-declaracao-atribuida-a-lula-em-reuniao-com-lideres-de-religoes-de-matriz-africana.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política? Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 8., 2019, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2019. p. 25

DUARTE, Rafael. Advogada bolsonarista divulga foto adulterada de Fátima Bezerra e sugere que governadora do RN faz “macumba” contra Bolsonaro. **Saiba Mais Agência de Reportagem**, Natal, 30 mar. de 2020. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2020/03/advogada-bolsonarista-divulga-foto-adulterada-de-fatima-bezerra-e-sugere-que-governadora-do-rn-faz-macumba-contra-bolsonaro/>. Acesso em: 28 out. 2022.

ÉBOLI, Evandro. Justiça pune médico que acusa governadora do PT de fazer vodu de Bolsonaro. **Veja**, Brasil, 19 mai. de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/justica-pune-medico-que-acusa-governadora-do-pt-de-fazer-vodu-de-bolsonaro/>. Acesso em: 28 out. 2022.

ESTEVES, F.; SAMPAIO, G. **Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação**. Porto Salvo: Desassossego, 2019.

FOGAÇA, Camilla. **“Minha cabeça me salva ou me perde”**: povos de terreiro na guerra religiosa. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 165 p.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; VITÓRIA, Alice da Silva. Orixás, Inquices e Voduns: as nomenclaturas e etnias dos sagrados nos candomblés Ketu, Bantu e Jeje. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2021. DOI: 10.26512/revistacalundu.v5i1.29679.

G1 BAHIA. Mulher que aparece em vídeo dando banho de pipoca em Lula vai à Justiça contra Michelle Bolsonaro e vereadora de SP por intolerância religiosa. **G1**, Bahia, 16 ago. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/08/16/mulher-apresenta-queixa-crime-por-injuria-apos-vereadora-de-sp-e-michelle-bolsonaro-compartilharem-video-na-internet.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

GOMES, Sheila Freitas; PENNA, Juliana Coelho Braga de Oliveira; ARROIO, Agnaldo. Fake News Científicas: Percepção, Persuasão e Letramento. **Ciência & Educação**. Bauru, 2020, v. 26. ISSN 1980-850X.

GOMES, Wilson ; DOURADO, T. M. S. G. . Fake News, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v.16, 2019, p. 33-45.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Plínio. É montagem vídeo em que Lula diz que ‘demônio está tomando conta’ de seu corpo. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 24 jan. de 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/01/24/verificamos-lula-demonio>. Acesso em: 28 out. 2022.

LOPES, Rafael. Vereadora de Niterói acusa colega bolsonarista de racismo religioso. **O Globo**, Niterói, 17 dez. de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vereadora-de-niteroi-acusa-colega-bolsonarista-de-racismo-religioso-25323832>. Acesso em: 28 out. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religiões**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 180p.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia e Antropologia**, vol. 9, nº 3, 2019, p. 945-970.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias Deuses ou Demônios**. 16 ed. Rio de Janeiro: Universal, 1993.

MARÉS, Chico. É montagem foto de Fátima Bezerra como boneco de vodu de Bolsonaro. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 31 mar. de 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/31/verificamos-fatima-vodu-bolsonaro>. Acesso em: 28 out. 2022.

MENEZES, Luiz Fernando. Foto de Fátima Bezerra em ‘ritual vodu’ contra Bolsonaro é montagem. **Aos Fatos**, Brasil, 31 mar. de 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/foto-de-fatima-bezerra-com-boneco-de-vodu-de-bolsonaro-e-montagem/>. Acesso em: 28 out. 2022.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia**: Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX). Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Fenômeno do Racismo Religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africana. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2, p. 51-56, 2017.

NITERÓI. Câmara Municipal. Projeto de Lei Nº 00009/2022. Disponível em: <http://consultaniteroi.siscam.com.br/DetalhesDocumentos.aspx?IdDocumento=138059>. Acesso em: 29 out. 2022.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-Brasileiros: quem vencerá esta guerra? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, novembro de 1997.

PACHECO, Clarissa. Vídeo distorce falas de Lula em evento na Bahia para atacar religiões de matriz africana. **Estadão**, Brasil, 25 jan. de 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/video-lula-xango-banho-pipoca-demonio/>. Acesso em: 28 out. 2022.

SALLES, Stéfano. Vereadora trans denuncia racismo religioso em sessão da Câmara Municipal de Niterói. **CNN**, Rio de Janeiro, 11 mar. de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/vereadora-trans-denuncia-racismo-religioso-em-sessao-da-camara-municipal-de-niteroi/>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANGENIS, Luís Fernando Conde; COSTA, Graziane Angélica. Neo Pentecostalismo, Racismo religioso e Intolerância Religiosa: as religiões afrobrasileiras nas páginas dos jornais. In: SANTOS, Ivanir dos; GINO, Marian (orgs.). **História Social da Intolerância Religiosa no Brasil: desafios na contemporaneidade**. Kline Editora, 2021, p. 1240- 1518. E-book.

SANTIAGO, Abinoan. *Post* distorce fala de Lula e diz que político tem ‘relação com demônio’. **UOL Confere**, Florianópolis, 22 de ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/08/22/lula-video-relacao-com-demonio.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Prefácio ou Notícias de uma guerra nada particular: Os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil**. Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1ed.São Paulo: EDUSP, 2007, p. 9-27.

SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968)**, Rio de Janeiro: Pallas, 1997.

Submetido em: 31/10/2022

Aprovado em: 24/03/2023

RAÍZES DA VIOLÊNCIA URBANA: CAUSAS DE
CURTO E DE LONGO PRAZO DAS TAXAS DE
HOMICÍDIOS INTENCIONAIS NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS ENTRE 1992 E 2018

*RAÍCES DE LA VIOLENCIA URBANA: CAUSAS
DE CORTO Y LARGO PLAZO DE LAS TASAS DE
HOMICIDIO INTENCIONAL EN LAS METRÓPOLIS
BRASILEÑAS ENTRE 1992 Y 2018*

*ROOTS OF URBAN VIOLENCE: SHORT AND
LONG TERM CAUSES OF INTENTIONAL
HOMICIDE RATES IN BRAZILIAN
METROPOLIS BETWEEN 1992 AND 2018*

*Matheus Boni BITTENCOURT**

*Alex Niche TEIXEIRA***

RESUMO: A ideia de uma causalidade social estrutural sobre os homicídios intencionais nos remete à noção de que a violência pode responder a mecanismos persistentes, que atuam no longo prazo, e cujos efeitos podem demorar para aparecer, sendo muitas vezes mediados ou condicionantes de causalidades mais conjunturais. Neste artigo, desenvolvemos esta ideia por meio de uma análise multivariada das taxas de homicídios intencionais nas principais metrópoles brasileiras com dados de 1992 a 2018, distinguindo variáveis de curto prazo, ligados a oportunidades diferenciais, e de longo prazo, ligados à formação de disposições, comunidades

* Pós-Doutorando em Ciências Sociais Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES), ES, Brasil. Doutor em Sociologia (UFRGS), graduado e mestre em Ciências Sociais (UFES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2486-3981>. Contato: matheusbonibittencourt@gmail.com.

** Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Segurança Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS, Brasil. Doutor e mestre em Sociologia (UFRGS), graduado em Ciências Sociais (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2621-2517>. Contato: alex.teixeira@ufrgs.br.

e instituições. Os resultados permitem vislumbrar a complexidade temporal da causalidade social da criminalidade violenta.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídios intencionais; Violência urbana; Estrutura social; Determinantes sociais da violência; Metrôpoles.

RESUMEN: *La idea de una causalidad social estructural sobre los homicidios dolosos nos lleva a la noción de que la violencia puede responder a mecanismos persistentes, que actúan en el largo plazo, y cuyos efectos pueden tardar en aparecer, siendo muchas veces mediados o condicionados por causalidades más conjunturales. En este artículo, desarrollamos esta idea a través de un análisis multivariado de las tasas de homicidio doloso en las principales metrópolis brasileñas con datos de 1992 a 2018, distinguiendo variables de corto plazo, vinculadas a oportunidades diferenciales, y de largo plazo, vinculadas a la formación de disposiciones, comunidades e instituciones. Los resultados permiten vislumbrar la complejidad temporal de la causalidad social del crimen violento.*

PALABRAS CLAVE: *Homicidios intencionales; Violencia urbana; Estructura social; Determinantes sociales de la violencia; Metrópolis.*

ABSTRACT: *The idea of a structural social causality on intentional homicides leads us to the notion that violence can respond to persistent mechanisms, which act in the long term, and whose effects may take time to appear, often being mediated or conditioning of short-term causalities. In this article, we develop this idea through a multivariate analysis of intentional homicide rates in the main Brazilian metropolises with data from 1992 to 2018, distinguishing short-term variables, linked to differential opportunities, and long-term, linked to the formation of dispositions, communities and institutions. The results allow us to glimpse the temporal complexity of the social causality of violent crime.*

KEYWORDS: *Intentional homicides; Urban violence; Social structure; Social determinants of violence; Metropolises.*

Introdução

A teoria sociológica da violência muitas vezes aborda mecanismos causais não imediatos, com efeitos que se prolongam no tempo ou que demoram para se

manifestar. Correlações conjunturais entre variáveis diversas e taxas de crimes violentos não seriam de todo adequadas para captar as causas de longo prazo, que influiriam de maneira duradoura na formação, aprendizado e difusão de práticas violentas, no contexto comunitário e institucional.

Nosso objetivo é analisar os determinantes estruturais dos crimes letais intencionais nas principais metrópoles brasileiras, combinando variáveis explicativas contemporâneas (no mesmo ano) e passadas (10 anos antes) das taxas de homicídios intencionais. Testamos a hipótese por meio do aplicativo *Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library* (GRET). Os resultados sugerem que as causas estruturais de longo prazo adicionam grande poder explicativo à análise, e são muitas vezes mediadas por variáveis de curto prazo.

Causas da violência no presente e no passado

A explicação da criminalidade violenta por processos socioculturais foi sugerida de maneiras diferentes por Merton (1938) e por Sutherland (1955), em oposição às teses individualistas e biológicas. Na visão dos sociólogos norte-americanos, o contexto institucional e cultural teria efeitos duradouros na formação de disposições subjetivas à criminalidade. Merton (1938) enfatizou que o comportamento desviante é uma resposta à disjunção estrutural entre os fins culturalmente legítimos da ação e as oportunidades institucionais legítimas para buscá-los. Da tensão social entre os objetivos hegemônicos e os meios legítimos disponíveis poderiam resultar quatro tipos desviantes: a inovação, quando os fins são aceitos, mas o ator é indiferente à legitimidade dos meios para o sucesso; o ritualismo, no qual fins são rejeitados, mas os meios legítimos são praticados ritualmente; a desistência, em que os fins e os meios legítimos são ambos rejeitados; e a rebelião, pela qual o ator procura transformar a própria ordem social que dá origem à tensão estrutural. Assim, o predomínio do *American Dream* de mobilidade ascendente introjeta aspirações não factíveis por meios legítimos, dada a restrição e desigualdade de oportunidades de ascensão social, levando à busca por meios ilegais, inclusive violentos, para o enriquecimento individual.

Já Sutherland (1955) explicava a criminalidade como difusão de técnicas e valores delinquentes, que são aprendidos e transmitidos mediante interações em grupos de pares informais. A divergência entre valores convencionais e desviantes permearia todos os estratos sociais, embora em estilos criminais diferentes (como o crime de colarinho branco das elites econômicas). Chamava este mecanismo de associação diferencial.

Parece claro que ambas as perspectivas são complementares em suas limitações e virtudes. Em busca desta síntese, Cloward e Olinh (2011) dizem que as ações

ilícitas, embora sejam motivadas pela disjunção entre as metas e as oportunidades legítimas, precisam também ser viabilizadas por oportunidades ilegítimas. Em parte, isso está implícito em Merton (1938) quando ele define três tipos ideais de anomia em relação às finalidades e oportunidades legítimas, sendo apenas um deles, a inovação, atribuível ao crime instrumental. Mas o próprio termo inovação define o crime como ação original, e negligencia o acesso aos meios ilegítimos. Também Sutherland (1955) parecia mostrar consciência do problema, ao definir que a associação diferencial que promove o aprendizado e apoios práticos para a performance criminosa, embora não explicasse a fonte dos valores desviantes. No entanto, nenhum dos dois considerou explicitamente que há estruturas de oportunidades tanto legítimas quanto ilegítimas, sendo as segundas necessárias para a consecução da conduta desviante. Do contrário, seria difícil responder à pergunta: por que o indivíduo cometeu um roubo, em vez de um suicídio ou adesão a um movimento radical? Os meios ilegítimos estão ligados às subculturas criminais, resultantes de processos de acomodação, especialização e transmissão de práticas criminosas entre delinquentes de diferentes idades, como resposta cultural à situação objetiva. Retomando a conexão entre criminalidade e classes subalternizadas, estabelecida teoricamente por Merton (1938), Cloward e Olinh (2011) consideram que as oportunidades ilegítimas dependem da estrutura social da favela (*slum*) para relacionar os valores delinquentes aos valores convencionais, criando laços entre diferentes gerações de ofensores, e dando origem às subculturas criminal, do conflito e desistente.

No Brasil, foi constatada a conexão entre concentração territorial dos homicídios intencionais e das desvantagens socioeconômicas por meio da atuação de grupos armados privados (gângues, facções, milícias etc). A organização em questão não é só uma associação que visa o lucro por meios ilegais, mas também contribui para a constituição da identidade e estilo de vida dos seus integrantes (Chagas, 2014, 2015; Beato Filho, 1998; Freitas *et al*, 2000). Os mercados ilícitos são objeto de disputa violenta entre estes grupos armados, mas estes jovens pobres ocupam apenas as posições mais vulneráveis, menos lucrativas e mais visíveis do mundo do crime, diferentes dos que atuam nos pontos mais lucrativos, protegidos e discretos dos negócios ilícitos (Paiva, 2014; Zaluar, 1985, 1996; Couto, 2018a e 2018b; Zilli, 2015; Nunes, Paim, 2005; Lourenço, Almeida, 2013; Daudelin, Ratton, 2017; Machado, Noronha, 2002; Cano, Duarte, 2012; Schabbach, 2008, 2016).

Outros se perguntaram o que impediria o jovem de praticar crimes, mesmo diante de uma ocasião propícia para obter o que deseja por meios ilícitos. Segundo Hirschi (2004, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006), a criminalidade é uma conduta egoísta, imediatista e muitas vezes violenta, ligada à busca por satisfação imediata e à incapacidade de adiar a gratificação, mesmo quando implica riscos, dificuldades e sofrimentos para o indivíduo. Os freios morais e racionais do indivíduo, socialmente internalizados, são denominados de laços sociais. Compõem-se do compromisso,

envolvimento, afetividade e crença relativos à família, educação, trabalho, comunidade etc. A família é o laço social primário no sentido temporal e de importância para o controle informal e comunitário da conduta individual. A negligência parental prejudica o autocontrole da prole, que não conseguirá adiar gratificações imediatas e investir tempo em satisfações futuras, que exigem maior prazo, como estudo e trabalho. Nem sempre o baixo autocontrole resulta em crimes violentos, embora esteja associado ao fracasso escolar e à instabilidade no trabalho e nas relações interpessoais. Há diferenciais de gênero, com a predominância masculina no crime violento sendo atribuível pelas diferenças de socialização, em razão da supervisão mais rigorosa e papéis de gênero mais delimitados para as meninas que os meninos. O nexo entre laços sociais e autocontrole fornece um microfundamento para a teoria do controle social. Porém, a explicação pela falha do autocontrole parece mais verossímil em relação aos crimes por impulso e ocasião, violentos ou não. Além disso, a ambição de generalidade é questionável, pois nem todos os crimes são impulsivos, e alguns exigem planejamento e perícia técnica. Um exemplo são os crimes de colarinho branco, que exigem conhecimento técnico, planejamento e uma posição estratégica em organizações públicas ou privadas. Até roubos a bancos, por exemplo, exigem planejamento cuidadoso que não se enquadra numa conduta impulsiva (Hirschi, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006).

Noutra perspectiva, Cullen (1994) considera que o principal freio contra os crimes violentos é o apoio social. Comparada à noção de laços sociais, a categoria de apoio social é mais abrangente, e consegue apreender as transformações ocorridas nas diversas instituições sociais. O apoio social reduz o crime tanto por mitigar a motivação criminal quanto por reforçar o controle social. É definido como “as disposições instrumentais e expressivas percebidas ou reais fornecidas pela comunidade, redes sociais e parceiros de confiança.” (Linn, 1986, p. 18 *apud* Cullen; Agnew, 2006, p. 582). Do conceito desdobram-se três elementos: a sua pertinência em níveis contextuais diversos, a distinção entre apoio instrumental (acesso a renda e serviços) e apoio expressivo (simbólico e afetivo), e a provisão tanto por agências organizadas formais, públicas ou privadas, quanto por laços informais. Assim, a maior provisão de apoio social tem como efeito prevenir a entrada na delinquência e estimular o abandono de carreiras criminais. O apoio social pelo Estado e redes associativas contrapõe-se às causas de crimes violentos, como a experiência social de crescer numa vizinhança violenta ou do encarceramento precoce. A percepção da ausência de apoio pode precipitar o desenvolvimento de carreiras delitivas e favorecer a reincidência, enquanto a percepção de uma rede de apoio social inibe as práticas criminais violentas. Trata-se de um conceito estrutural: não é apenas a atitude individual expressa, por exemplo, na filantropia que amplia o apoio social, mas principalmente uma ampla rede organizacional e associativa, do Estado às famílias (Cullen, 1994). O nível de apoio social explica, segundo Cullen (1994),

porque os Estados Unidos possuem um maior nível de criminalidade violenta que outros países de desenvolvimento econômico similar, como o Japão e a Europa Ocidental: a sociedade estadunidense seria menos estruturalmente voltada para o apoio social, principalmente aos menos favorecidos, e mais comprometida com o individualismo econômico. Dessa maneira, a ação estatal tem um efeito importante sobre a criminalidade violenta, não só como monopólio estatal da violência legítima, exercendo pressão vertical contra a violência interpessoal e pelo autocontrole no sentido de Elias (2021), como também pelo apoio social às crianças, famílias e jovens.

Segundo Pratt e Gotsay (2003) os mecanismos de apoio social, anomia institucional e tensão geral convergem para explicar o nexo entre gasto social, desigualdade econômica e violência criminal. Usam o homicídio intencional como *proxy* para a criminalidade violenta, a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao gasto público em saúde pública como *proxy* do apoio social, a razão de renda entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população como indicador de privação relativa, e a razão de homens/mulheres, a urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como covariatas instrumentais para controlar a confusão de efeitos. Constatam que os indicadores de apoio social e desigualdade econômica têm efeitos significativos, no sentido esperado, sobre a taxa de homicídios intencionais. Apontam a necessidade de buscar uma integração entre as teorias da anomia institucional, apoio social e tensão geral.

Segundo Cerqueira e Moura (2019), a conexão entre oportunidades escolares e de emprego e os homicídios intencionais liga a percepção de baixas oportunidades para o próprio grupo à motivação econômica para cometer crimes. O assassinato pode ser um crime passional, como também o desfecho de um roubo ou um instrumento de controle dos mercados ilícitos (tráfico de drogas). Além disso, o trabalho e a educação implicam em laços sociais que fortalecem as convicções normativas e oferecem recompensas atuais ou futuras. A análise sobre os municípios brasileiros mostrou que a renda possui efeitos ambivalentes que se anulam, pois de um lado representa melhoria da remuneração do trabalho, por outro aumenta a expectativa de ganhos com os crimes. Mas a inclusão escolar possui efeitos consistentes de redução dos homicídios intencionais, pois diminui a pressão sobre o mercado de trabalho ocupando jovens nos estudos, envolve os jovens em interações com os professores e com outros jovens que buscam melhorar de vida pelo estudo, desenvolvendo valores de esforço e respeito, e melhora as perspectivas futuras de oportunidades econômicas. Da mesma forma, a desocupação possui efeitos significativos de aumento dos homicídios intencionais, e, inversamente, “a melhoria das oportunidades no mercado de trabalho afasta os homens da criminalidade e reduz a taxa de homicídios em toda a população” independentemente da remuneração (Cerqueira; Moura, 2019, p. 24).

No mesmo sentido, Rolim (2016) analisou a formação de disposições violentas em jovens presos por crimes letais intencionais, evidenciando os efeitos da exclusão escolar, da violência intrafamiliar e da associação com pares delinquentes. Diversas análises constataram que, ao nível individual ou intramunicipal (bairros), quanto menor a renda, escolaridade e o acesso a serviços e equipamentos públicos, maior a taxa de homicídios intencionais, revelando uma associação entre a concentração de pobreza e analfabetismo e a concentração de crimes contra a pessoa (Souza *et al.*, 2014; Schabbach, 2016; Portella *et al.*, 2019; Silva, Costa, Laudermir, 2009; Andrade *et al.*, 2011; Mansano *et al.*, 2013). As análises longitudinais sobre a conexão entre desigualdade econômica e crimes violentos contra a pessoa ou contra a propriedade mostram os efeitos da privação relativa sobre taxas de roubos, furtos e homicídios intencionais, embora também constatem limites e inconsistências nas associações estatísticas (Rufrancos *et al.*, 2013).

No entanto, a nível municipal a taxa de homicídios intencionais não parece relacionada à pobreza, mas sim, paradoxalmente, à riqueza e à concentração da população e atividade econômica, mesmo que, em nível micro (individual ou intramunicipal), a associação vá no sentido contrário, com a ligação da pobreza com a autoria, vitimização e local dos crimes violentos (Beato Filho, 1998; Zaluar, Conceição, 2007). A ligação do crime com a riqueza e a urbanização sugere que teorias da oportunidade criminal tem valor heurístico (Beato Filho, 1998; Cerqueira, Moura, 2019), embora Almeida e Guanziroli (2013) sugiram que tais teorias são bastante limitadas em relação aos crimes intencionais contra a vida.

O mecanismo da privação relativa é necessário, porém, insuficiente para dar conta das condições estruturais que favorecem ou inibem as agressões letais (Souza; Silva; Souza, 2018). Diversos estudos no Brasil apontam para a ligação entre homicídios intencionais com os mercados ilícitos, disputados por grupos armados mais ou menos organizados, e que recrutam jovens pobres como mão de obra descartável (Zaluar, 1996, 1985; Zilli, 2015; Cano, Duarte, 2012; Daudelin, Ratton, 2017). O mecanismo da associação diferencial também se relaciona ao processo de aprendizado, apoio e justificação das práticas de violências ilegais contra pobres acusados de cometer crimes, como ocorre nos casos de linchamentos cometidos por multidões (Martins, 2015) e na violência policial seletiva (Nunes, Paim, 2005; Machado, Noronha, 2002), praticados em contextos sociais específicos, sobretudo favelas e bairros periféricos urbanos, nos quais é possível identificar a difusão de definições culturais que favorecem a justiça privada, as punições sumárias e a vingança individual e coletiva, levadas a cabo por meios extremos (extermínio ou tortura), mas sempre em nome de valores da preservação da ordem local e das posses dos particulares.

Definição das variáveis e do método

As variáveis explicativas de curto prazo, no mesmo ano da variável dependente, ligam-se à oferta de armas, ao uso compulsivo de drogas ilícitas e álcool, à densidade demográfica e ao desemprego. São condições que motivam ou facilitam o crime violento, seja instrumental ou expressivo.

As variáveis explicativas defasadas em 10 anos representam fatores que podem inibir ou favorecer a formação de disposições violentas, em especial entre jovens de classes subalternas. Ligam-se à família, à desigualdade econômica, aos serviços urbanos e à escolaridade, que podem ser relacionados à institucionalização de valores e normas sociais. A família e a educação contribuem para a construção de laços e apoios sociais, enquanto a desigualdade econômica, além da frustração causada pela percepção prolongada de injustiça, pode ser correlacionada, junto com o acesso aos serviços urbanos, à segregação socioeconômica, que contribui para enfraquecer a coesão social, o valor da vida e a efetividade das instituições nos locais desfavorecidos. As variáveis incluem o crescimento demográfico, a prevalência de famílias chefiadas por mulheres, de adultos com 12 ou mais anos de escolaridade, de acesso à rede geral de água e da desigualdade de renda.

A hipótese é que, diferente do desemprego, que é percebido de maneira mais imediata pelos grupos desfavorecidos, a desigualdade econômica é sentida mais por suas consequências desintegradoras no longo prazo, enquanto os laços familiares e a educação levariam à formação de disposições contrárias à violência. O efeito defasado ao longo do tempo se dá, por isso, mediante a formação de comunidades e instituições fortes ou de subculturas violentas. Apesar do fundamento nas disposições dos jovens que virão a se envolver ou não na criminalidade violenta, o escopo da análise é a causalidade macrossocial.

Para ajustar a taxa de crimes letais intencionais, utilizamos o seguinte método: consideramos homicídios intencionais as mortes por agressão, as mortes por intervenção legal e operações de guerra, uma fração das mortes violentas por intenção indeterminada igual à proporção entre mortes por agressão e intervenção, suicídios e acidentes, e uma fração das mortes por causas mal definidas igual a proporção entre as mortes por agressão e intervenção e o conjunto das mortes por causas conhecidas (naturais e violentas). A fórmula usada foi a seguinte:

$$TxAjHomici = ((Hi + ((\frac{Hi}{Mvid}) * Mvii) + ((\frac{Hi}{Mcc}) * Mcid)) * 100000) / Pop$$

Na qual: Hi são Homicídios Intencionais (agressões e intervenções legais ou operações de guerra), $Mvid$ são Mortes Violentas com Intenção Conhecida (agressões, suicídios, acidentes e intervenções legais ou operações de guerra), $Mvii$

Raízes da violência urbana: causas de curto e de longo prazo das taxas de homicídios intencionais nas metrópoles brasileiras entre 1992 e 2018

são Mortes Violentas por Intenção Indeterminada, *Mcc* são Mortes por Causas Conhecidas, e *Mcid* são Mortes por Causas Desconhecidas.

A seguir, um quadro resumindo as variáveis:

Quadro 1: Descrição e fonte das variáveis – metrópoles 1992-2009, 2001-2018

Variável	Descrição	Fonte
TxAjHomicidios_1992_2018	Soma das mortes por agressão, por intervenção legal e operações de guerra e de uma proporção de mortes violentas indeterminadas e das mortes por causas mal	SIM-DATASUS e estimativas populacionais do IBGE
Txabusodrogas_1992_2018	mortes por consumo de álcool, cocaína, maconha, alucinógenos e drogas sintéticas por milhão de habitantes	SIM-DATASUS e estimativas populacionais do IBGE
Armas_de_fogo_1992_2018	Média entre as proporções de suicídios e de homicídios com armas de fogo ((suicídios PAF/suicídios)+(homicídios paf/homicídios))/2	SIM-DATASUS
Desemprego_1992_2018	Proporção da população economicamente ativa que não tem ocupação remunerada e procura por uma	IBGE e IPEADATA
Densidade_populacional_1992_2018	Razão entre população e área em km ²	estimativas populacionais e área das microrregiões do IBGE e IPEADATA
cresc_pop_10anos_1992_2018	Razão percentual entre a população no ano e no décimo ano anterior	estimativas populacionais do IBGE
monoparent_feminina_1992_2008	percentual de domicílios cuja pessoa de referência é do gênero feminino	IBGE (PNAD)
alta_escolaridade_1992_2008	percentual de pessoas adultas que com anos de estudo iguais ou maiores que 12 anos	IBGE (PNAD)
Desig_Gini_1992_2008	Razão percentual entre a renda média dos brancos e dos negros	IBGE (PNAD)
Acessoagua_estatal_1992_2008	Percentual de pessoas sem acesso à rede geral de distribuição de água na residência	IBGE (PNAD)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Realizamos, primeiro, uma análise descritiva, com os parâmetros básicos de todas as variáveis de interesse e as séries temporais das taxas ajustadas de homicídios intencionais. Em seguida, testamos cada variável, com as respectivas temporalidades pré-definidas, com o método de regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) bivariada. Por fim, construímos um modelo com as variáveis contemporâneas entre si, entre 1992 e 2018, depois adicionamos sequencialmente um conjunto de variáveis defasadas em 10 anos.

Resultados empíricos

O ajuste do número de vítimas letais aumentou em 6 por 100 mil habitantes o número médio e mediano de homicídios intencionais. Além da taxa de homicídios, cuja média foi 43,6, chegando a até 95 por 100 mil habitantes, e nunca abaixo de 8,5, são dignos de nota: a estabilidade de um alto nível de desigualdade de renda; o baixo percentual médio de pessoas que completaram o ensino básico e iniciaram ou concluíram o ensino técnico ou superior; e o percentual expressivo de pessoas sem acesso à água encanada na residência, isso entre os principais centros econômicos e administrativos do país. As medidas descritivas das variáveis estão descritas no Quadro 2:

Quadro 2: Estatísticas Descritivas

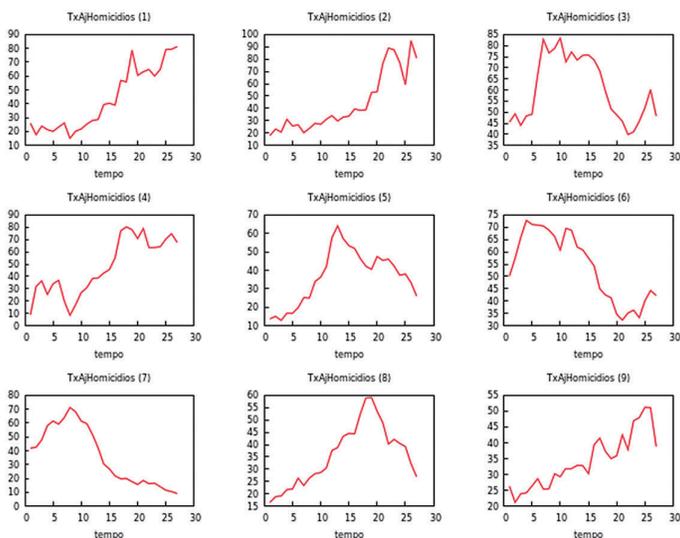
Variável	Média	Mediana	D.P.	Mín	Máx
TxAjHomicidios (1992-2018)	43,6	40,5	19,7	8,53	95,1
armas_de_fogo (1992-2018)	45,0	45,6	7,11	22,1	63,1
Txabusodrogas (1992-2018)	28,6	26,5	14,5	4,72	90,2
Desemprego (1992-2018)	10,8	10,6	3,42	3,80	19,5
densid_populacional (1992-2018)	759,	582,	494,	128,	1,88e+003
cresc_pop_10anos (1992-2018)	18,0	15,4	9,55	1,85	41,9
desig_gini (1992-2015)	0,560	0,559	0,0400	0,454	0,661
Altaescolaridade (1992-2014)	13,7	13,1	4,30	6,50	25,8
monoparent_feminina (1992-2014)	34,0	33,7	7,31	18,1	50,9
Acessoagua (1992-2014)	89,8	90,5	8,43	63,6	98,8

Fonte: elaboração dos autores com dados do IBGE, IPEADATA e DATASUS

As séries temporais, na Figura 1 mostram tendências díspares entre as metrópoles. Enquanto Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE e São Paulo-SP tiveram uma queda gradual, mas expressiva, dos crimes letais intencionais, Belém-PA, Fortaleza-CE, Salvador-BA e Porto Alegre-RS tiveram um aumento rápido das taxas de homicídios

intencional, às vezes seguidos de estabilização. Belo Horizonte-MG e Curitiba-PR, por sua vez, começaram o período com aumentos consideráveis, que foram seguidos por quedas contínuas, que fizeram Curitiba-PR voltar ao mesmo patamar, e Belo Horizonte-MG, chegar a um nível de violência menor do que em 2001.

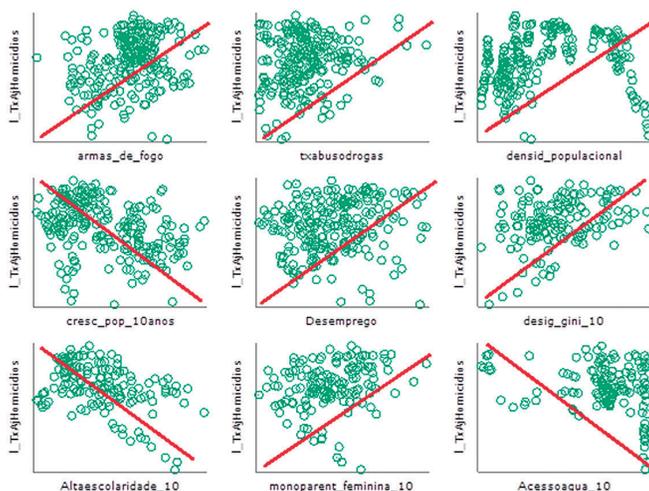
Figura 1: Resumo das séries temporais das taxas ajustadas de homicídios intencionais nas metrópoles brasileiras de Belém-PA (1), Fortaleza-CE (2), Recife-PE (3), Salvador-BA (4), Belo Horizonte-MG (5), Rio de Janeiro-RJ (6), São Paulo-SP (7), Curitiba-PR (8) e Porto Alegre-RS (9), entre 1992 e 2018.



Fonte: elaborada pelos autores com dados do IBGE e DATASUS

A favor das hipóteses, nas regressões simples o acesso a armas de fogo (índice *Cook*) se mostrou positivo e significativo. O consumo mórbido de drogas e álcool teve efeito positivo e significativo sobre a taxa de homicídios intencionais no curto prazo. O nível de desemprego tem sinal positivo e significativo sobre a taxa de homicídios no mesmo ano. E a densidade populacional exibiu sinal positivo e significativo. O índice Gini da desigualdade de renda domiciliar defasado em 10 anos, como esperado, aumenta a taxa de homicídios intencionais. No mesmo sentido, a proporção de domicílios chefiados por mulheres exige associação positiva e significativa com a taxa de homicídios intencionais no décimo ano seguinte. O acesso a água encanada, mais básico serviço coletivo urbano, e o percentual de pessoas com 12 ou mais anos de escolaridade formal, por sua vez, mostraram sinal negativo e significativo. Contra as nossas hipóteses, o crescimento demográfico decenal teve sinal negativo e significativo. A Figura 2 resume os modelos de regressão bivariada:

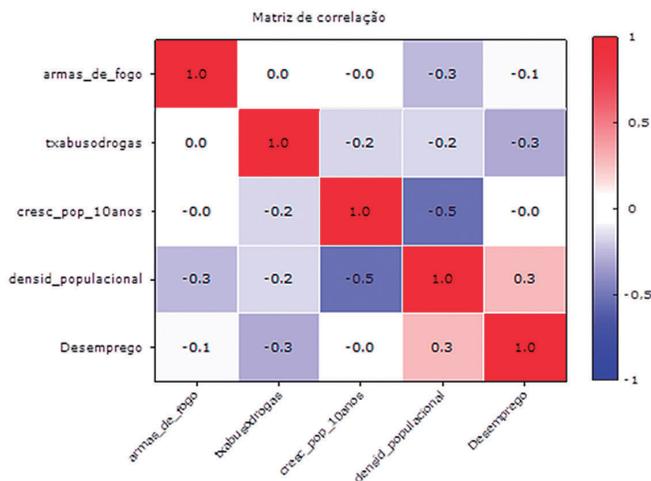
Figura 2: Resumo das regressões bivariadas metrópoles brasileiras 1992-2018 e 1992/2001-2009/2018



Fonte: elaborada pelos autores com dados do IBGE e DATASUS.

As correlações entre as variáveis independentes foram fracas ou moderadas, em sua maioria. Uma exceção foi o crescimento e densidade populacionais, que tiveram associação negativa de 50%, como se vê na Figura 3:

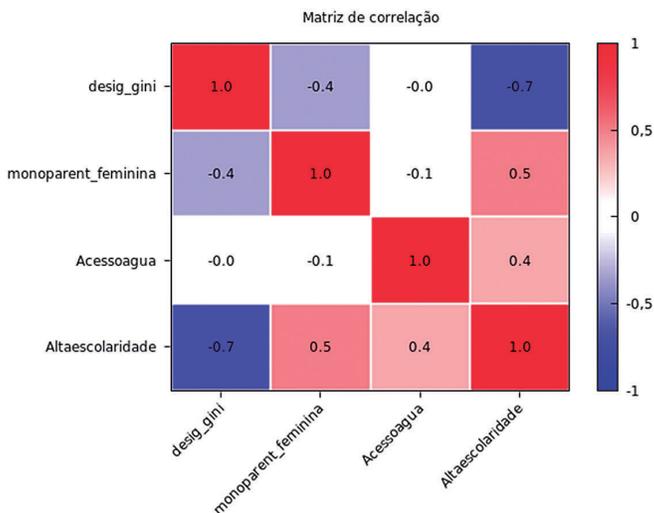
Figura 3: Matriz de correlação variáveis contemporâneas



Fonte: elaborada pelos autores com dados do IBGE e DATASUS.

Para as variáveis defasadas em 10 anos (Figura 4), há correlação negativa de 70% entre desigualdade de renda e percentual de pessoas com escolaridade acima do ensino básico, como também entre escolaridade e monoparentalidade, positiva a 50%. Mais uma vez, utilizamos o teste FIV para verificar problemas de multicolinearidade, que não se mostraram sérios.

Figura 4: Matriz de correlação variáveis defasadas



Fonte: elaborada pelos autores com dados do IBGE e DATASUS.

Na análise multivariada (Quadro 3), o índice *Cook* de acesso a armas de fogo manteve significância e sinal positivo em todos os 5 modelos. Desemprego, consumo de psicoativos e crescimento populacional mantiveram o sinal e significância da análise bivariada, mas a densidade a perdeu. O acréscimo da desigualdade econômica mostrou sinal positivo e significativo, e tirou a significância do consumo de psicoativos, mas tornou a densidade significativa, com sinal contrário ao esperado e à análise bivariada. Mas o próprio índice Gini perdeu a significância ao adicionarmos o percentual de pessoas com 12 ou mais anos de estudo, que teve sinal negativo e significativo, como esperado. Depois foi a vez do desemprego perder significância com a inclusão da monoparentalidade feminina, que também tornou insignificante a densidade populacional. Por fim, o acréscimo do acesso à água tornou insignificante o crescimento populacional. Mantiveram-se relevantes o acesso a armas de fogo, a maior escolaridade, a monoparentalidade feminina e o acesso à rede de água, todos com o sinal esperado.

Quadro 3: MQO agrupado. Variável dependente: l_TxAjHomicidios (1992-2018). Erros padrão de Beck-Katz

	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)
Const	2,668***	0,7278	3,002***	2,768***	2,777***
	(0,2549)	(0,4121)	(0,7189)	(0,6677)	(0,6812)
armas_de_fogo	0,01813***	0,02976***	0,02814***	0,03195***	0,03781***
	(0,003475)	(0,007582)	(0,005828)	(0,005662)	(0,005735)
txabusodrogas	0,005350**	-0,001952	-0,001665	-0,0006352	0,001529
	(0,001989)	(0,001855)	(0,001601)	(0,001481)	(0,001878)
densid_populacional	-2,550e-05	-0,0002930**	-0,0002415**	-0,0001309	-4,113e-05
	(0,0001144)	(0,0001051)	(8,623e-05)	(8,342e-05)	(9,233e-05)
Desemprego	0,03469***	0,02522***	0,01570**	0,003477	0,005740
	(0,008804)	(0,005426)	(0,004891)	(0,005763)	(0,006096)
cresc_pop_10anos	-0,01838***	-0,01110**	-0,01746***	-0,008993**	-0,005627
	(0,004655)	(0,003385)	(0,003734)	(0,003795)	(0,004571)
desig_gini_10		3,332**	0,9504	-0,05248	0,2602
		(1,029)	(1,184)	(1,095)	(1,141)
Altaescolaridade_10			-0,05686***	-0,06654***	-0,05040***
			(0,01078)	(0,01093)	(0,01411)
monoparent_feminina_10				0,02054***	0,01993***
				(0,004373)	(0,004387)
Acessoagua_10					-0,009381**
					(0,003758)
N	243	153	153	153	153
Adj. R ²	0,2431	0,3612	0,4284	0,4696	0,4826
lnL	-140,8	-52,48	-43,45	-37,19	-34,76

Fonte: Elaborado pelos autores.

Erros padrão entre parênteses

* significativo ao nível de 10 por cento

** significativo ao nível de 5 por cento

*** significativo ao nível de 1 por cento

Discussão das evidências

Os modelos testaram os efeitos de variáveis no mesmo ano (2001-2018) e no décimo ano anterior (1992-2009) sobre a taxa de homicídios intencionais. Em geral, as regressões simples tiveram resultados mais favoráveis às hipóteses, exceto o crescimento populacional, enquanto as regressões multivariadas mostraram apoio misto em relação ao esperado. A adição sequencial das variáveis defasadas em 10 anos ajudou a identificar a diferença dos sinais quando são acrescentadas passo a passo, tanto em relação às variáveis contemporâneas da taxa de homicídios, quanto em relação às demais variáveis independentes defasadas.

O acesso a armas de fogo e munições aumentaria a violência e a sua letalidade tanto por facilitar a extração de renda e bens, mediante roubos e extorsão, baratear o armamento de gangues e levar muitas brigas, rixas e disputas entre indivíduos a desfechos fatais (Cook, 1979; Hepburn, Hemenway, 2004). O índice *Cook* (média entre os percentuais de suicídios e de homicídios por armas de fogo) teve sinal positivo e significativo em todos os modelos, o que apoia a hipótese de a difusão de armas de fogo e munições ser um dos importantes vetores da criminalidade violenta nas metrópoles brasileiras no curto prazo (Hepburn, Hemenway, 2004).

Verificamos que, na regressão bivariada e múltipla, onexo entre violência e drogas se confirma, perdendo os efeitos quando controlamos pela desigualdade econômica 10 anos antes. A demanda mórbida por drogas responde a vários fatores, mas nossos modelos sugerem que pode ser mediadora do efeito de longo prazo da desigualdade econômica (Merton, 1938; Agnew, 1992).

Os mercados de psicoativos são favoráveis à violência criminal, seja por efeitos psicofísicos do uso, seja pela prática de crimes instrumentais para aquisição de substâncias por consumidores compulsivos, seja, enfim, pelos conflitos armados entre os grupos criminosos que disputam o controle territorial e hierárquico dos mercados ilícitos. A alta lucratividade do narcotráfico também pode atrair a cobiça de atores com poder de extorquir e proteger traficantes, contribuindo para incentivar a violência policial por meio da corrupção.

A conexão de longo prazo entre o consumo mórbido de álcool e de drogas ilícitas e a desigualdade econômica nos lembra que, além da delinquência, uma consequência tipificada por Merton (1938) para as tensões sociais é a desistência, pela qual os atores sociais rejeitam tanto os meios institucionais quanto os fins culturais legítimos, um percurso desviante que pode muito bem ser ligado ao uso mórbido de psicoativos.

No mesmo sentido, Agnew (1992) considera que o uso de psicoativos pode ser uma resposta a estressores sociais, como os sentimentos de injustiça e de frustração, que podem ser atribuídos à vivência das desvantagens socioeconômicas numa sociedade desigual. É possível, ainda, que as desigualdades de fato, como também

a sua legitimação político-ideológica, promovam uma lógica social-darwinista que é contrária à formação de laços comunitários mais amplos, favorecendo o cinismo moral e legal dos atores quanto à justiça dos meios para atingir um fim. A perda de significância diante do acesso ao ensino técnico ou superior, por outro lado, sugere que a formação de laços sociais e o acesso a oportunidades legítimas por meio da educação, no longo prazo, contribuem para controlar a vulnerabilidade social à violência.

A ligação entre desemprego e violência pode ser interpretada tanto diretamente pela exclusão que implica, tanto econômica quanto simbólica, tanto individual quanto para a família do desempregado, e tanto pela frustração social que gera, quanto por aumentar a o número de jovens desempregados e desalentados nas vizinhanças, podendo levar à formação ou recrutamento de grupos de pares delinquentes, enquanto jovens empregados terão renda, estima e interações associadas ao próprio trabalho (Merton, 1938; Sutherland, 1955; Agnew, 1992, Cloward, Ohlin, 2011).

Porém, estes efeitos desaparecem na regressão múltipla, quando acrescentamos a desigualdade econômica, a escolaridade e a monoparentalidade feminina defasadas em 10 anos. É provável, conforme Cullen (1994) e Pratt e Godsay (2003), que as formas familiares e institucionais de apoio social sejam capazes de moderar os efeitos do desemprego sobre os homicídios intencionais, de modo que o crescimento do desemprego, mantendo constantes a desigualdade, a escolaridade e a monoparentalidade feminina, não leve a aumento significativo dos homicídios intencionais. Isso ocorre, é claro, pela cláusula *ceteris paribus*, já que o próprio desemprego tem ligação com outros fatores, como escolaridade e desigualdade, além de corroer a viabilidade de muitas famílias.

O percentual de famílias cuja pessoa de referência é mulher é um indicador insatisfatório para a coesão familiar, pois inclui também as mulheres que moram sozinhas sem filhos, e famílias chefiadas por mulheres que são de fato estáveis e coesas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dispõe apenas do sexo biológico da pessoa de referência, sem desagregar se são mulheres com ou sem filhos, ainda menos se são mães solteiras ou viúvas. Ainda assim, o impacto da monoparentalidade feminina na violência no longo prazo é positivo e significativo em todos os modelos testados. Uma mãe que cria sozinha os seus filhos, geralmente dispõe de menos tempo e recursos para investir em cada um dos filhos, reduzindo a capacidade familiar de apoio e controle.

Casais biparentais podem dividir as responsabilidades e somar as rendas, beneficiando os filhos com maior atenção e recursos, o que pode ter efeitos individuais e coletivos de proteção contra a violência. O percentual de famílias chefiadas por mulheres pode ser ainda um *proxy* da prevalência das separações ou da gravidez precoce, bem como da ausência paterna em função do abandono paterno ou da

mortalidade ou encarceramento do pai, sendo as últimas hipóteses uma possibilidade de perpetuação intergeracional da criminalidade violenta e transmissão de efeitos da criminalização.

A ênfase na educação familiar e escolar como inibidora da violência é consistente com a associação significativa da prevalência de acesso ao ensino técnico ou superior e da monoparentalidade feminina com as taxas de homicídios intencionais no longo prazo. Os arranjos familiares monoparentais podem impactar a criminalidade violenta por meio da sobrecarga da figura materna, que acaba tendo a sua capacidade de apoio e controle dos filhos reduzida, aumentando a vulnerabilidade das crianças e jovens ao envolvimento precoce com a criminalidade. Não se trata da figura feminina como chefe de família em si, como na retórica da família tradicional, mas do contexto e processos que geram a monoparentalidade, muitas vezes resultante da gravidez precoce, abandono paterno, prisão ou morte dos pais e cônjuges, fazendo da mulher a única responsável pelos filhos, além do sofrimento, privações e estigmatização resultantes.

Em resumo, o mecanismo causal entre a monoparentalidade feminina e a violência criminal é o enfraquecimento das capacidades familiares de apoio e controle social (Cullen, Agnew, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006). Cumpre observar que a monoparentalidade é um dos fatores considerados, sendo ainda necessário observar que pode ser compensada pelo aumento da escolaridade, redução das desigualdades e acesso a serviços públicos, no longo prazo, assim como pela redução do desemprego e do acesso a armas de fogo, no curto prazo.

A associação negativa entre a escolarização e a violência no longo prazo tem o mesmo sentido dos resultados para a monoparentalidade feminina. Familiares mais escolarizados possuem melhor acesso à informação para instruir, supervisionar e apoiar os filhos, e provavelmente melhores oportunidades de trabalho, transmitindo aos filhos valores favoráveis à educação como um meio de ascensão social, melhoria da coexistência e desenvolvimento pessoal.

Trajetórias mais longas de escolarização exigem mais autocontrole, constroem laços sociais dentro das instituições de ensino (entre colegas e com professores), e melhoram as chances no mercado de trabalho e de resolução dialogada ou juridicamente mediada de conflitos interpessoais. Finalmente, considera-se que a maior prevalência de médios e altos graus de escolarização, em uma comunidade, aumenta a capacidade de associação e mobilização coletivas. Ou seja, a proporção de adultos (25 ou mais anos) com 12 ou mais anos de estudo (ensino médio completo) pode ter efeitos preventivos de longo prazo contra a violência pela difusão de disposições para o autocontrole, que são via de regra exigidas para percorrer um ciclo escolar mais longo, bem como do capital cultural incorporado, que é transmitido na convivência familiar, sendo ainda digno de nota a convivência mais duradoura no âmbito da própria comunidade escolar, o que poderia ainda afastar o jovem do

contato com subculturas violentas. Novamente, observamos uma convergência entre as categorias de laços sociais, associação diferencial e tensão social no longo prazo, o que reforça a necessidade de construção de abordagens multidimensionais na sociologia da violência criminal (Elias, 2021; Merton, 1938; Hirschi, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006; Cerqueira, Moura, 2019; Cloward, Ohlin, 2011; Sutherland, 1955; Cullen, 1994).

Das variáveis demográficas, só a densidade populacional, na análise bivariada, teve sinal positivo e significativo, corroborando a hipótese. Porém, quando testada junto ao desemprego, consumo de psicoativos, acesso a armas de fogo e crescimento demográfico, a densidade perdeu a significância, tendo até mesmo o sinal invertido para o negativo, quando controlado por variáveis defasadas em 10 anos, relativas à desigualdade, escolaridade, serviços urbanos e famílias monoparentais. O efeito da aglomeração populacional é, assim, mediado pela estrutura social metropolitana. O crescimento populacional decenal, quando significativo, teve sinais negativos, contrários ao esperado, assim como a densidade populacional nas análises multivariadas.

Pode-se inferir que a atração de imigrantes seja uma característica de metrópoles mais dinâmicas e com governos mais efetivos. Indo além, aquilo que é atribuído ao adensamento e à heterogeneidade populacionais talvez seja apenas um efeito do processo sóciohistórico da urbanização no Brasil. A vulnerabilidade à violência não é tanto uma característica da aglomeração e crescimento populacional, mas sobretudo uma consequência de longo prazo das desigualdades econômicas, segregação urbana e exclusão educacional nas grandes cidades (Merton, 1938; Hirschi, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006; Cerqueira, Moura, 2019; Cloward, Ohlin, 2011; Crutchfield, 2006).

O acesso à rede geral de água é um indicador negativo da exclusão e precariedade de serviços urbanos, e, por conseguinte, de privação absoluta de um bem coletivo, o que pode sinalizar um baixo desempenho social do Estado e a concentração de desvantagens socioeconômicas no espaço urbano, o que nos remete, mais uma vez, aos mecanismos da tensão, desorganização e apoio sociais. O estado da infraestrutura urbana do bairro onde o indivíduo nasce e os de outros, mais privilegiados, também pode implicar na privação relativa, pois seria uma comparação desfavorável para si em relação à situação alheia, ainda que tal desigualdade seja discursivamente atribuída ao mérito pessoal.

Finalmente, a incapacidade de universalizar um serviço coletivo tão básico pode indicar o comprometimento da capacidade administrativa ou a negligência política do Estado para este propósito, o que poderia ser a causa direta de falhas de controle e apoio social estatal quanto, indiretamente, de perda na confiança nas instituições políticas e públicas pelos cidadãos. Isso também ocorre com a questão educacional e, em parte, com as desigualdades sociais, embora tudo isso também

dependa das prioridades políticas em vários níveis de governo, que nem sempre tem na redução das desigualdades e integração educacional e urbana a sua prioridade.

Como os grupos criminosos florescem nos nichos de maior precariedade social, espera-se que níveis mais altos de acesso à educação e a serviços urbanos, e níveis mais baixos de desigualdade econômica e desagregação familiar, contribuam para a redução da criminalidade violenta no longo prazo. Isso porque produzem um contexto no qual o fortalecimento de capacidades coletivas, de laços comunitários, é favorecido, enquanto que a formação de disposições violentas e envolvimento criminal teria menor chance de prosperar, ao menos no longo prazo. Os resultados empíricos apoiam amplamente estas hipóteses (Hirschi, 2006; Hirschi, Gottfredson, 2006; Sutherland, 1955; Cloward, Ohlin, 2011; Schabbach, 2016; Chagas, 2014; Almeida, Guanzioli, 2013; Beato Filho, 1998; Crutchfield, 2006; Cullen, Agnew, 2006).

A análise indicou, pois, que alguns preditores no curto prazo talvez seriam melhor explicados como impactos indiretos dos determinantes no longo prazo, como a prevalência de arranjos familiares monoparentais, desigualdades econômicas, serviços coletivos e escolaridade dos adultos. Como analisamos a conexão entre macrodeterminantes no curto e longo prazo e níveis agregados de violência criminal, a formação de atitudes e associações conducentes aos homicídios intencionais foi inferida interpretativamente.

A formação de atitudes e grupos expressa uma trajetória incorporada, uma resposta ao próprio contexto metropolitano, no qual mecanismos de tensão social, aprendizado e apoio e controle sociais operam de maneira combinada e desigual, com efeitos duradouros na formação de laços e capacidades legítimas, difundindo as disposições contrárias à resolução violenta de conflitos entre particulares ou ao uso instrumental da violência para objetivos privados, ou prestando apoio e exercendo controle. Nesta perspectiva, a violência criminal tem raízes mais profundas que as flutuações conjunturais da eficiência policial e dos mercados de trabalho e de ilícitos, exigindo uma explicação institucional e comunitária de longo prazo (Crutchfield, 2006; Bourdieu, 2011).

Considerações finais

Neste artigo, analisamos os mecanismos explicativos dos homicídios intencionais, no curto e no longo prazo, nas metrópoles brasileiras. Especial atenção foi dispensada às temporalidades diversas pelas quais estes mecanismos produzem a violência. No curto prazo e na análise bivariada, o desemprego e o consumo de psicoativos explicaram alterações significativas na taxa de homicídios intencionais

no sentido das hipóteses postuladas. Os resultados também corroboram a hipótese do acesso a armas de fogo como um facilitador de crimes violentos.

A densidade populacional teve efeitos inconsistentes, mas ficou claro que o sinal positivo é condicionado por outras variáveis, no curto e longo prazos, enquanto o crescimento populacional teve efeitos contrários às expectativas. Já a ligação entre desemprego e violência pode ser interpretada pela exclusão que implica, tanto econômica quanto simbólica, tanto individual quanto para a família do desempregado, e tanto pela frustração social que gera quanto por aumentar a interação entre jovens desempregados e desalentados das mesmas vizinhanças, podendo levar à adesão a grupos de pares delinquentes, enquanto jovens empregados terão renda, estima e interações associadas ao próprio trabalho (Merton, 1938; Sutherland, 1955; Agnew, 1992, Cloward & Ohlin, 2011). A perda de significância do desemprego diante da monoparentalidade feminina sugere uma interação entre mecanismos de tensão e de laço social.

O consumo de drogas e álcool mostrou-se significativo na análise bivariada e na multivariada sem os regressores defasados, perdendo a significância assim que a desigualdade de renda foi inserida no modelo. No curto prazo podemos apontar uma mistura de efeitos psicossociais, com o uso como fator precipitador de agressões, e a compulsão como motivador de roubos, furtos etc, e o próprio tráfico de drogas ilícitas como motivador de violências instrumentais. A alta margem de lucro dos traficantes fornece meios e motivação para uma competição armada pelo domínio territorial do narcotráfico: quanto mais dinheiro uma gangue obtém, mais armas pode adquirir dos contrabandistas, e maior será a recompensa de quem dominar cada ponto de vendas. E mais renda policiais corruptos podem extrair dos grupos criminosos, usando a violência policial como ameaça, que muitas vezes se consuma. No longo prazo, porém, a ligação entre violência e drogas perde espaço para a desigualdade econômica, a educação, a família e os serviços coletivos.

As oportunidades diferenciais de curto prazo, representadas pelo tráfico de drogas, acesso a armas de fogo e pelo mercado de trabalho fornecem a ocasião para expressão das disposições violentas, que são construídas, internalizadas e difundidas anteriormente, nas condições impostas, no longo prazo, pelas desigualdades econômicas, baixo acesso à educação e a serviços urbanos e famílias desagregadas. Estes fatores podem ser relacionados aos mecanismos sociais de tensão, desorganização e aprendizado sociais.

Em conjunto, os resultados nos levam à questão da formação de comunidades, ou seja, de apoios e controles sociais exercidos nas relações interpessoais e associativas. Na família, estes mecanismos se fortalecem devido a dois fatores: a biparentalidade, que permite que os responsáveis pelo domicílio somem as suas rendas e tempo para a supervisão e apoio das crianças e jovens da família, e a instrução, que aumenta o acesso tanto a mais e melhores informações para o

desempenho parental e associativo quanto a mais e melhores oportunidades de trabalho.

Já a desigualdade econômica indica, provavelmente, circunstâncias que enfraquecem a coesão social, especialmente entre grupos localizados mais abaixo da pirâmide social, além de promover a tensão e anomia sociais que são lenha na fogueira das subculturas da violência. Em conjunto com o não acesso a serviços urbanos, a desigualdade pode indicar ainda a prevalência de segregação social. Porém, o resultado mostra que o efeito da desigualdade econômica é condicionado pelo acesso à educação, ambas no longo prazo.

AGRADECIMENTOS: CAPES.

REFERÊNCIAS

AGNEW, Robert. (1992), “Foundation for a general strain theory of crime and delinquency”. *Criminology*, vol. 30, no. 1, p. 47-88, 1992. Disponível <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x>. Acesso 27/10/2021

ALMEIDA, M. A. S. de; GUANZIROLI, C. E. Criminalidade na região metropolitana de Belo Horizonte: o que a teoria econômica é capaz de explicar? **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 171-196, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/download/17709/13198>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; SOUZA, R. R. T.; MATSUO, T.; SOUZA, H. D. Homicídios de homens de quinze a 29 anos no Estado do Paraná, de 2002 a 2004, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl.1, pp. 1281-1288, 2011. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v16s1/a61v16s1.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p.74-87, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/C7B6xjffzkDBVbYkKnKgPYQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2021.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Trad. Maria Ferreira. 2a. Ed. Petrópoles: Vozes, 2011.

CANO, I.; DUARTE, T. **No Sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: LAV-UERJ y Fundação Heinrich Böll, 2012.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, R. L. Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil. IPEA - **Texto para Discussão no. 2514, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/211463>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CHAGAS, C. A. N. A cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém: território, produção do espaço urbano e violência. In: SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N. **Geografia da Amazônia Paraense: territórios e paisagens**. Belém: GAPTA/UFPA, 2015, p. 89-114.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, v. 1, p 186-204, 2014. Disponível em: <https://ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%202015/TEXTO%202.pdf> . Acesso em: 27 out. 2021.

CLOWARD, R. A.; OHLIN, L. E. **Delinquency and Opportunity: a theory of delinquent gangs**. Nova York: Taylor & Francis, 2011.

COOK, Philip J. The effect of gun availability on robbery and robbery murder. **Policy studies review annual**, vol. 3, p. 743-81, 1979.

COUTO, A. C. Territórios-rede e territórios-zona do narcotráfico na metrópole de Belém. **Geotextos**, v. 14, n. 1, p. 61-82, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26315> . Acesso em: 27 out. 2021.

COUTO, A. C. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico de uma perspectiva miliciana. **Geografares (UFES)**, v. 1, n. 27, p. 85-102, 2018b. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21542> . Acesso em: 27 out. 2021.

CRUTCHFIELD, R. D. “They bring you to do like your daddy done”: stratification theory, employment, and crime. IN: DUFLEM, Mathieu (org). **Sociological Theory and Criminological Research: Views from Europe and the United States**, v. 7, p.203-222, 2006.

CULLEN, F. T. Social support as an organizing concept for criminology: Presidential address to the Academy of Criminal Justice Sciences. **Justice Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 527-559, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07418829400092421> . Acesso em: 17 ago. 2021.

CULLEN, F. T.; AGNEW, R. **Criminological Theory: Past to Present (Essential Readings)**. Third Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 2006.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115-134, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200115&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 22 abr. 2021.

ELIAS, Norbert. **El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas**. Trad. Ramon García Cotarelo. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, 2021.

FREITAS, E. D.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da; COSTA, M. da C. N. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (online), v. 16, n. 4, p. 1059-1070, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000400024>. Acesso em: 03 jun. 2024.

HEPBURN, L. M.; HEMENWAY, D. Firearm availability and homicide: A review of the literature. *Aggression and Violent behavior*, v. 9, n. 4, p. 417-440, 2004. Disponível <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178903000442>. acesso 27/10/2021.

HIRSCHI, T. Social Bond Theory. In: CULLEN, F. T.; AGNEW, R. **Criminological Theory: Past to Present (Essential Readings)**. Third Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 2006. p. 219-227.

HIRSCHI, T. Self-control and crime. In: BAUMEISTER, R.; VOHS, K. D. **Handbook of self-regulation**. Research, theory, and applications. New York: Guilford, 2004., p. 537-552.

HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. R. A general theory of crime. In: CULLEN, F. T.; AGNEW, R. **Criminological Theory: Past to Present (Essential Readings)**. Third Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 2006. p. 228-240.

LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. “Quem mantém a ordem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 37-59, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/m3GVK3HqQVvtvQ6zwd577xz/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 27 out. 2021.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, p. 188-221, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100009&lng=en&nrm=iso .Acesso em: 22 abr. 2021.

MANSANO, N. H.; GUTIERREZ, M. M. U.; RAMALHO, W.; DUARTE E. C. Homicídios em homens jovens de 10 a 24 anos e condições sociais em municípios do Paraná e Santa Catarina, Brasil, 2001 - 2010. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 203-214, 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2024.

MARTINS, J. S. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, v. 3, n. 5, p. 672-682, 1938. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/2084686>. Acesso em: 27 out. 2021.

NUNES, M.; PAIM, J. S. Um estudo etno-epidemiológico da violência urbana na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: os atos de extermínio como objeto de análise. **Cadernos de Saúde Coletiva** (online), v. 21, n. 2, p. 459-468, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200012>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

PORTELLA, D. D. A.; ARAÚJO, E. M de; OLIVEIRA, N. F. de; CHAVES, J. M.; ROCHA, W. de J. S. da F.; OLIVEIRA, D. D. Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 24, n. 2, p. 631-639, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.32412016>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PRATT, T.C.; GODSEY, T. W. Social support, inequality, and homicide: A cross national test of an integrated theoretical model. **Criminology**, v. 41, n. 3, p. 611-644, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00999.x>. Acesso em: 27 out. 2021.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema. Curitiba: Appris, 2016

RUFANCOS, H.; POWER, M.; PICKETT, K. E.; WILKINSON, R. Income Inequality and Crime: A Review and Explanation of the Time-series evidence. **Sociology and Criminology – Open Access**, v.1, n.1, e103, 2013. Disponível em: doi: 10.4172/2375-4435.1000103. Acesso em: 03 jun. 2024.

SCHABBACH, L. M. Desigualdade, pobreza e violência metropolitana. In: HEIDRICH, A.L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (orgs.). **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul**: transformações em tempos de globalização (1991-2010). Porto Alegre: Letra1, 2016, p. 177-211.

SCHABBACH, L. M. Exclusão, ilegalidades e organizações criminosas no Brasil. **Sociologias** [online]., v. 10, n. 20, p. 48-71, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000200004>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, I. A.; COSTA, I. E. R.; LAUDERMIR, A. B. Diferenciais de mortalidade por violência contra adolescentes segundo estrato de condição de vida e raça/cor na cidade de Recife. **Ciência & Saúde Coletiva** (online), v.14, n.5, p. 1781-1788, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000500019>. Acesso em: 12 out. 2019.

SOUZA, C. A. M.; SILVA, C. M. F. P.; SOUZA, E. R. O efeito do contexto sobre a incidência de homicídios: existem evidências suficientes? **Interface (Botucatu)**, v. 22, n. 66, p. 915-927, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2018.nahead/10.1590/1807-57622016.0721/>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOUZA, C. A. M.; MEIRA, K. C.; RIBEIRO, A. P.; SANTOS, J. dos; GUIMARÃES, R. M.; BORGES, L. F.; OLIVEIRA, L. V. e; SIMÕES, T. C. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte

Raízes da violência urbana: causas de curto e de longo prazo das taxas de homicídios intencionais nas metrópoles brasileiras entre 1992 e 2018

de nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2949-2962, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3g3mb9HZWpjjTLbQXvjDKsF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SUTHERLAND, Edwin. **Principles of Criminology**. Chicago/ Philadelphia/New York: J. B. Lippincott Company, 1955.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S. A.** São Paulo: Moderna, 1996.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: Braziliense, 1985.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89- 101, 2007. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

ZILLI, L. F. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/4074>. Acesso em: 27 out. 2021.

Submetido em: 16/05/2022

Aprovado em: 20/11/2023

BRUNO LATOUR E A ECOLOGIA DECOLONIAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

*BRUNO LATOUR Y LA ECOLOGÍA
DECOLONIAL: ¿UN DIÁLOGO POSIBLE?*

*BRUNO LATOUR AND DECOLONIAL
ECOLOGY: A POSSIBLE DIALOGUE?*

*Gabriel Barth da SILVA**

*Nicolas Paes COELHO***

RESUMO: Considerando os debates emergentes envolvendo a ecologia, que ressalta a necessidade de trazer o debate ecológico enquanto elemento que atravessa as análises das realidades contemporâneas, o presente trabalho pretende analisar como diferentes epistemologias abordam essa questão, reinventando as formas de perceber o conhecimento, sua função na realidade, suas condições de constituição e os atores envolvidos na realidade cotidiana. Partindo da obra de Bruno Latour e de diversos autores que podem ser pensados enquanto compartilhando uma epistemologia ecológica decolonial, é refletido se a proposta ecológica nas Ciências Humanas e Sociais pode ser pensada a partir de uma epistemologia comum, ou se as diferenças em decorrência da tradição de pensamento local impossibilitam poder pensar uma proposta comum para a produção de conhecimento. Percebe-se que, ao passo que a descentralização dos agentes humanos é um ponto comum relevante, há limites nos debates sobre política e elementos que devem agregar na crítica ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia; Decolonialidade; Epistemologia; Pensamento contemporâneo.

* Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6893-211X>. Contato: gabrielbarths@gmail.com.

** Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2879-6741>. Contato: nicolaspaes94@gmail.com.

RESUMEN: Considerando los debates emergentes en torno a la ecología, lo que enfatiza la necesidad de traer el debate ecológico como un elemento que atraviesa el análisis de las realidades contemporáneas, el presente trabajo se propone analizar cómo diferentes epistemologías abordan esta cuestión, reinventando las formas de percibir el conocimiento, su su función en la realidad, las condiciones de su constitución y los actores que intervienen en la realidad cotidiana. Partiendo del trabajo de Bruno Latour y de varios autores que pueden pensarse compartiendo una epistemología ecológica decolonial, se reflexiona sobre si la propuesta ecológica en las Ciencias Humanas y Sociales puede pensarse desde una epistemología común, o si las diferencias por tradición del pensamiento local hacen imposible la elaboración de una propuesta común para la producción de conocimiento. Se advierte que, si bien la descentralización de los agentes humanos es un punto común relevante, existen límites en los debates sobre política y elementos que deben sumar a la crítica ecológica.

PALABRAS CLAVE: Ecología; Decolonialidad; Epistemología; Pensamiento contemporáneo.

ABSTRACT: Considering the emerging debates involving ecology, which emphasizes the need to bring the ecological debate as an element that crosses the analysis of contemporary realities, the present work intends to analyze how different epistemologies address this issue, reinventing the ways of perceiving knowledge, its function in reality, its constitution conditions and the actors involved in everyday reality. Starting from the work of Bruno Latour and several authors who can be thought of as sharing a decolonial ecological epistemology, it reflects on whether the ecological proposal in the Human and Social Sciences can be thought of from a common epistemology, or if the differences due to tradition of local thinking make it impossible to come up with a common proposal for the production of knowledge. It is noticed that, while the decentralization of human agents is a relevant common point, there are limits in the debates about politics and elements that should add to the ecological critique.

KEYWORDS: Ecology; Decoloniality; Epistemology; Contemporary thinking.

Introdução

O presente trabalho busca, a partir da emergência sobre o debate da ecologia e das novas reconfigurações da relação entre pessoas e natureza, tentar pensar como novas epistemologias emergentes dessa perspectiva podem ser dialogadas a partir de

análises sobre os diversos modos de existência contemporâneos. Busca-se, portanto, contribuir para o debate da formulação de novas formas de produção de conhecimentos que permitam contemplar e responder sobre demandas de transformação do cotidiano a partir do prisma da ecologia.

Contemplando este cenário, o trabalho busca refletir sobre como é pensada a demanda ecológica a partir do pensamento latouriano e dos autores selecionados enquanto produções relevantes sobre a perspectiva ecológica decolonial, com suas respectivas tradições de pensamentos e respostas sobre os problemas dispostos no debate da relação pessoa, cultura e natureza. As aproximações e as distinções de cada matriz de pensamento tornam-se importantes para perceber como são pensadas as relações a partir de cada realidade territorial. Nesse sentido, buscamos responder: Como novas epistemologias ecológicas emergentes, da perspectiva ecológica decolonial e latouriana, podem estabelecer um diálogo acerca dos diversos modos de existência contemporâneos? Há um fio condutor comum nessas leituras ou existem diferenças que impossibilitam o diálogo?

A epistemologia proposta por Bruno Latour (2020a, 2020b, 2012, 1994), considerando sua repercussão na comunidade europeia e mundial, torna-se interessante para perceber os potenciais contatos com a produção decolonial sobre a ecologia, que busca responder e complexificar o debate a partir das demandas que emergem de seus territórios. Para pensar esse debate pelo prisma latino-americano, são explorados os trabalhos de Acosta (2016), Costa (2020), Escobar (2015), Leff (2015) e Quijano (1992, 2005). Partindo de formações diferentes, mas pensando a demanda da ecologia a partir da América Latina, os teóricos citados permitem compreender alguns fios condutores que abarcam o debate local, podendo perceber se em um diálogo com a teoria latouriana há um eco dessas demandas ou não, observando se há uma possibilidade de criar uma matriz epistemológica coerente pelo contato.

O presente trabalho começa pela apresentação da teoria de Bruno Latour a partir de sua obra *Jamais fomos modernos* (1994) e algumas considerações relativas às crises ecológicas contemporâneas desenvolvidas pelo autor (LATOURE, 2020a, 2020b, 2012), para então, em seguida, abordar algumas das proposições presentes nos autores da América Latina. Após a apresentação dos trabalhos, são pensados pontos centrais em suas propostas teóricas e epistemológicas que nos permitam convergências ou divergências entre estas distintas matrizes de pensamento. Busca-se, por fim, apontar os potenciais desse contato, contribuindo para o debate sobre a construção de futuros conhecimentos que envolvem o debate ecológico contemporâneo.

Redes de humanos e não-humanos em Latour

Influente pensador nos campos da sociologia, da antropologia e da filosofia, Bruno Latour forneceu importantes contribuições teóricas para a discussão sobre a modernidade, algumas das quais sintetizadas na obra *Jamais fomos modernos* que, publicada originalmente em 1991, chegou ao público brasileiro em 1994. Nessa obra Latour critica as bases da noção de “modernidade” e propõe um novo entendimento sobre a dinâmica do “mundo moderno”. Para ele, a modernidade “é muito mais que uma ilusão, e muito menos que uma essência” (LATOURE, 1994, p. 45), sendo, desse modo, uma “força acrescentada a outras, as quais por muito tempo teve o poder de representar, de acelerar ou de resumir, mas a partir de agora não mais, não completamente” (LATOURE, 1994, p. 45).

O autor vai argumentar que rompemos com o passado e passamos a nos ver como “modernos” a partir do momento que aderimos à clara separação entre natureza e sociedade, aqui vistos como polos opostos que não se confundem: de um lado a objetividade das “coisas-em-si”, sob domínio da ciência, e, de outro, a subjetividade dos “homens-entre-si”, governada pela política. Essa separação sustenta o que o autor vai chamar de *Constituição* moderna, fornecedora, por sua vez, de algumas garantias: 1) A natureza é transcendente em relação aos seres humanos, ainda que possamos manipulá-la em laboratório; 2) A sociedade é imanente aos seres humanos, mesmo que tenha se tornado algo que os transcendeu; 3) Natureza e sociedade são distintas entre si e não se confundem; 4) Deus não governa as ações da natureza ou da sociedade – que agora são entendidas como possuindo suas próprias leis de funcionamento –, mas ainda é possível recorrer a este Deus no caso de conflitos entre um âmbito e outro.

Para Latour, ainda que seja com o kantismo que essa Constituição assume uma separação total, seus precursores foram o químico Robert Boyle e o filósofo Thomas Hobbes. Se a natureza era transcendente ao ser humano, a partir de Boyle e sua bomba de vácuo surge a possibilidade de seres humanos reproduzirem efeitos da natureza, tornando-a também imanente em relação a este. Do mesmo modo, se a sociedade era entendida como produto humano, com Hobbes e seu entendimento sobre o Leviatã a sociedade torna-se também transcendente a este, pois ultrapassa sua influência imediata e governa a sua existência através da organização política.

Os “pré-modernos” ou “não modernos” foram, dessa forma, subjugados por tratarem indistintamente os “homens” e as “coisas”, desacreditados enquanto produtores de “verdades” sobre o mundo, reduzidos a formuladores de crenças. Em razão dessa separação radical entre modernos e não modernos, coube aos primeiros, através principalmente da antropologia, a tarefa de estudar e explicar as condições de existência dos últimos, sem nunca, entretanto, tomar como objeto de pesquisa os

grandes centros de suas próprias sociedades, tidas como “modernas” e guiadas por outra lógica: a da racionalidade.

Para Latour, as garantias da Constituição moderna nos impedem de compreender o que realmente se passa em nosso mundo e, na prática, o que fizeram foi proliferar híbridos – tais como embriões congelados, máquinas digitais, bancos de dados, psicotrópicos, buraco na camada de ozônio, aquecimento global, entre tantos outros –, que o trabalho de purificação tratou de invisibilizar, classificando-os no âmbito da natureza ou da sociedade. Refere-se a esses híbridos como “quase-objetos” ou “quase-sujeitos”, afirmando que são “reais como a natureza, narrados como o discurso, coletivos como a sociedade, existenciais como o Ser” (LATOURE, 1994, p. 89) e não caberiam classificados nem ao lado dos sujeitos nem dos objetos, bem como não seriam equivalentes a um meio termo entre essas categorias.

Afirmando que não existe uma natureza universal e nem mesmo culturas universais e, portanto, não aderindo à divisão binária entre natureza e sociedade tal como assegurada pela Constituição moderna, Latour propõe o descentramento dos humanos na análise e vale-se da noção de “rede”, que afirma ser “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade [...]” (LATOURE, 1994, p. 9). Nesse sentido o que encontramos são “naturezas-culturas” – também por ele chamadas de “coletivos” – compostas por redes heterogêneas de associações entre humanos e não-humanos, bastante distintas entre si no que diz respeito à sua composição e tamanho.

Se existe uma coisa que todos fazemos da mesma forma é construir ao mesmo tempo nossos coletivos humanos e os não-humanos que os cercam. Alguns mobilizam, para construir seu coletivo, ancestrais, leões, estrelas fixas e o sangue coagulado dos sacrifícios; para construir os nossos, nós mobilizamos a genética, a zoologia, a cosmologia e a hematologia. (LATOURE, 1994, p. 104).

A noção de “mediação” em sua obra aparece como uma alternativa para compreensão mais acurada dos híbridos e das redes nas quais estão inseridos, pois não havendo elementos “puros” funcionando em âmbitos distintos, busca-se identificar as associações heterogêneas que operam através de um constante trabalho de mediação que permite estarem atados entre si, bem como associarem novos entes à rede: “Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, 2012, p. 65). É, portanto, esse trabalho de mediação que torna possível a agregação dos componentes humanos e não humanos, dos quase-sujeitos e dos quase-objetos, em um dado coletivo, compondo uma rede que sustenta o que antes era visto como elemento isolado.

Nesse sentido, por exemplo, por trás da fachada “objetiva” da ciência moderna encontramos relações sociais, políticas, econômicas, apostas, crenças etc., ou seja, as

produções científicas não estão alheias ao que convencionalmente se classificou no âmbito da política – o que também é válido no âmbito político, que está permeado por elementos anteriormente tidos como próprios da ciência. Essa perspectiva nos possibilita compreender que todo cientista ou político inovador, por brilhante que seja, está atado a uma rede de não humanos – actantes – e outros seres humanos nas suas práticas, e que suas inovações não obteriam o mesmo êxito caso a rede estivesse configurada de outra forma. Tão fundamental para a construção de um fato quanto o próprio cientista que o anuncia são os actantes atados a ele na rede, ou seja, toda ação será interpretada como uma ação conjunta da rede, nunca de um ente isolado.

Cabe ao pesquisador, portanto, rastrear empiricamente estas redes, sendo capaz de reestabelecer a simetria no tratamento dos humanos e não-humanos na análise. Como o trabalho de purificação classificava os elementos nos dois extremos da separação moderna entre natureza e sociedade/cultura, acabava por invisibilizar a mediação realizada nos espaços intermediários entre ambos e, necessariamente, é nesses espaços que o pesquisador deve estar localizado para acompanhar a atribuição de propriedades humanas e não humanas nos coletivos, pois “no meio, onde supostamente nada acontece, quase tudo está presente” (LATOURE, 1994, p. 121).

Para Latour (2020a), é possível perceber na contemporaneidade uma crise “moral, política, sanitária, ecológica e religiosa” (p. 9), com um enfrentamento dificultado frente aos negacionismos das condições modernas. Sendo uma crise que vai além da questão ambiental e que demanda uma nova relação com o mundo, o autor busca falar de Gaia para construir conceitualmente uma figura que expressa os dilemas gerados pela crise ecológica no Antropoceno, necessitando repensar modos de existência sem apelar para um conceito englobante e totalizante.

O autor tenta demonstrar como a relação com o mundo precisa se refazer junto de metafísicas que respondem de formas distintas aos dilemas da relação com a Natureza, podendo ser comparados e, portanto, sendo criadas novas relações que não se reduzem a um termo estável como a Natureza (LATOURE, 2020a). No processo de comparação de coletivos, busca-se liberar de um sistema em que todos se refletem a partir da divisão de natureza e culturas, uma singularidade para um plural, mas percebendo o plural em todas as suas instâncias. As metafísicas são tradutoras de modos de existência e suas preferências na composição do mundo. Não se pensa em uma Gaia enquanto figura mitológica, mas enquanto composta das invenções dos vivos que transformaram suas condições, em que cada elemento resulta de modificações e criações de organismos vivos, percebendo, portanto, no nome Gaia todos esses seres e suas transformações materiais, fenômeno que os humanos fazem parte. Ela não é um todo já composto, mas um processo.

Assim sendo, as crises enfrentadas contemporaneamente refletem um estilo de vida insustentável com efeitos irreparáveis. O planeta não mais apenas sustenta os golpes levantados contra sua entidade, mas também começa a revidar de forma

violenta, reivindicando seu papel de ator político e sua atuação sobre os humanos. Ressalta o caráter de crise existencial que emerge desse cenário, necessitando de “aterramento” no lugar do negacionismo, emancipando costumes e a economia, sem se caracterizar apenas entre liberalismos e localismos, entre inclinações de Direita e Esquerda. Há a necessidade de uma revisão total não apenas das respostas, mas das perguntas também. Supera-se a distinção de luta social e ecológica. O autor se distancia de uma luta de classes de caráter marxista para repensar o lugar do humano, de seus movimentos e de sua relação direta com os fenômenos que vão além de sua agência, de pensar outros actantes envolvidos na experiência da vida. Se você pensa em um sistema unicamente humano, apenas os humanos podem se revoltar, o que não ocorre em um sistema de geração baseado na interdependência dos seres.

Por uma ecologia decolonial

Buscando compreender algumas características que compõem o pensar a ecologia a partir de um olhar decolonial, busca-se pensar a decolonialidade e a modernidade partir de Aníbal Quijano (1992, 2005), sociólogo peruano, e os processos decoloniais com ênfase na ecologia a partir de Alberto Acosta (2016), político e economista equatoriano, Maria da Graça Costa (2020), psicóloga brasileira, Arturo Escobar (2015), cientista social colombiano e Henrique Leff (2015), economista e sociólogo mexicano, como o pensar a natureza se realiza no Sul Global, nomeadamente a partir da América Latina. É proposto, ao pensar a ecologia pela ótica decolonial, contemplar as nuances que são abordadas nesse processo a partir de epistemologias que não estão vinculadas necessariamente com as bases teóricas europeias, percebendo suas peculiaridades para então debater se é possível estabelecer uma ponte e uma matriz de conhecimento comum entre a teoria de Bruno Latour com a ecologia latinoamericana.

A crítica decolonial sobre os processos de formação histórica conceitual do termo modernidade pode ser localizada a partir dos estudos de Quijano (1992, 2005). Quijano (1992) defende como a conquista de sociedades e culturas no território latino-americano dão início a uma ordem mundial que é vigente até os dias atuais, com concentração de recursos e controle por parte de uma minoria planetária, que se beneficiam historicamente do processo colonial. A estrutura colonial do poder gera construções intersubjetivas de dominação que foram mascaradas de pretensões “objetivas” e “científicas”, como processos naturais e não processuais a partir de relações de poder. Portanto, durante a dominação colonial pode ser percebida a constituição do complexo cultural da racionalidade/modernidade europeia, que se estabelece enquanto paradigma de conhecimento universal para si e que é imposto

ao resto do mundo. Para isso, há uma fundação de uma lógica de separação de sujeito-objeto, da humanidade perante a natureza, o que não necessariamente é vigente em outras formas de produção de conhecimento e em outras cosmovisões. Nesse contexto, o sujeito é isolado, negando a necessidade de pensar sua relação com uma estrutura intersubjetiva que estabelece relações diversas, heterogêneas e históricas, com abertura ao “outro” que não se dá de forma hierárquica, permitindo pensar a diferença não apenas pela ótica da dominação.

É também defendido por Quijano (2005) como a América Latina se constitui junto da colonialidade e da globalidade, constituindo, junto dela, a Europa Ocidental como centro mundial de poder a partir dos modos de existência que definem a modernidade. A América Latina inaugura o mundo ainda vigente, como defende o autor:

Porque é com a experiência histórica que leva à produção da América que se assentam na Europa, de um lado, a ideia e a experiência da mudança como um modo normal, necessário e desejável da história. Do outro, o abandono do imaginário de uma idade dourada em um mítico passado, em favor do imaginário do futuro e do “progresso”. E sem a América, sem contato e sem conhecimento de formas de existência social fundadas na igualdade social, a reciprocidade, a comunidade, a solidariedade social, entre algumas sociedades indígenas pré-coloniais, em especial na área andina, não se poderiam explicar as utopias europeias dos séculos XVI, XVII e XVIII, as quais, re-imaginando, magnificando e idealizando aquelas experiências indígenas, em contraste com as desigualdades do feudalismo no centro-norte da Europa, fundaram o imaginário de uma sociedade constituída em torno da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social como projeto central da modernidade e como cifra e compêndio de sua específica racionalidade (QUIJANO, 2005, p. 22).

Para Quijano (2005), portanto, a produção da modernidade por parte da Europa Ocidental expressa a colonialidade do poder, não podendo dissociar esses processos. Portanto, a racialização, a exploração do trabalho e as formações identitárias não podem ser pensadas sem localizar esses processos com a formação da Europa Ocidental enquanto centro de controle de poder pelo desenvolvimento da modernidade/racionalidade, em que as realidades pré-coloniais se tornam pré-modernas, e, por consequência, “pré-rationais”, sendo reconhecidas enquanto primitivas.

Pensando pela ótica da ecologia, a partir do trabalho de Acosta (2016) é possível identificar o conceito de *buen vivir*, que advém da expressão andina *sumak kawsay* um grande potencial para pensar a ecologia pelo prisma da decolonialidade, pois é a partir do bem viver que se busca pensar outras formas de mundo e de

organizações de vida. Sendo crítico do consumismo e do produtivismo, que estão vinculados com um esgotamento da vitalidade, são pensadas formas antagônicas ao capitalismo e à racionalidade e modernidade europeia de pensar a vida. Buscando haver um futuro possível para o planeta, o autor ressalta a necessidade de mudanças sobre os bens econômicos e a vida coletiva a partir de novos modos de existência democráticos, partindo dos discursos de sujeitos marginalizados, nomeadamente os povos indígenas, para repensar a vida. Há a necessidade de pensar em um processo de descolonização e despatriarcalização em uma nova democracia que se contraponha aos modos de produção que objetivam a eficiência e o desenvolvimento econômico enquanto finalidade das atividades produtivas.

Para Acosta (2016), o bem viver é multidisciplinar e reconhece as experiências periféricas, situadas em países industrializados e capitalistas ou não, desde que atravessem práticas anti hegemônicas. Sendo o bem viver diferente de buscar um melhor viver, é buscada uma horizontalidade nas relações entre as próprias pessoas e seu vínculo com a Natureza, não distinguindo-se dela, o que necessariamente requer ir além de buscar novos termos que apenas tentem adaptar o “desenvolvimento” (como a ideia de desenvolvimento sustentável), mas questionar a matriz do paradigma que envolve esse tipo de pensamento. O bem viver traz um benefício mútuo para indivíduos e comunidades, com ganho para todos sem prejudicar o futuro ao respeitar os ciclos ecológicos e ao abandonar lógicas de exploração e acumulação de bens, recuperando possibilidades de modos alternativos de economia fora dos paradigmas hegemônicos.

Citando também o trabalho de Alberto Acosta, mas o complexificando, Costa (2020) busca no ecofeminismo e na produção científica feminista formas de pensar a agroecologia envolvendo também, necessariamente, o debate de gênero. A autora ressalta como a cisão entre natureza e cultura não faz sentido em cosmovisões em diversos povos indígenas na América, e de como essa cisão, de caráter binário e hierárquico, se dá a partir da lógica da colonialidade. Pensar o bem-viver não deve ser esvaziado de seu sentido e potência que surge a partir de determinados povos, e é ressaltado pela autora como as articulações comunitárias que defendem bens comuns, ao repensarem o lugar das esferas do cuidado e dos saberes tradicionais, mantém essa potencialidade ao promoverem estratégias políticas e epistemológicas, como ocorre no caso das mulheres camponesas.

Citando as lutas de resistência de mulheres na agroecologia urbana na cidade do Rio de Janeiro, Costa (2020) percebe que há o reconhecimento de haver a necessidade de um modelo de menor impacto na produção/distribuição de alimentos e sua decorrente apropriação da natureza, indo contra a lógica capitalista de reprodução das desigualdades, havendo uma ética de base ontológica de respeito à vida com uma epistemologia própria de mulheres camponesas. Há a necessidade de uma reconfiguração das relações de caráter racial, patriarcal, antropocêntrico e capita-

lista, articulando movimentações contra a massificação neoliberal e transformando a participação política, com novas relações de sensibilidade com soluções criativas apoiadas em uma epistemologia feminista. A articulação da agroecologia com os feminismos permite construir um novo bem-viver, retirando o Homem do centro e reconstruindo a humanidade junto de uma nova relação com o planeta.

Em seu trabalho, Escobar (2015) relata alguns eventos de disputas territoriais na Colômbia para dar um panorama sobre o tópico que irá analisar sobre as lutas das comunidades negras e suas organizações em defesa de seus territórios e cultura. Os territórios disputados na Colômbia eram alvos de ações coordenadas de militares e paramilitares com apoio de empresários interessados na exploração da área, gerando massacres e deslocamentos forçados. Portanto, a defesa dos territórios envolve a defesa das vidas de seus habitantes e suas culturas a partir de projetos alternativos, que buscam reivindicar outras formas de uso e manejo dos recursos naturais. O autor ressalta como pensar nesses eventos é afirmar a existência não apenas ecológica e social, mas de modelo civilizacional, apostando na dimensão da vida, ou dimensão ontológica, como mote central de reconstrução de modelos.

O trabalho de Escobar (2015) argumenta que a resistência, oposição, defesa e afirmação de territórios a partir das comunidades e dos movimentos de base etnoterritorial envolve, de forma mais radical, uma dimensão de disputa ontológica. Há uma oposição contra o projeto de modernidade que busca transformar todos os mundos existentes em apenas um, que seria caracterizado pelo indivíduo e pelo mercado, gerando a necessidade de interromper o neoliberalismo globalizante que busca criar apenas um mundo. As comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas avançam nessa luta ontológica desde o colonialismo, quebrando com a ontologia dualista de caráter dualista de separação do humano e não humano, cultura e natureza, mente e corpo, etc, que buscam eliminar outros mundos existentes e possíveis. Pensa-se, nessa defesa, em ontologias relacionais, com uma densa rede de interrelações e materialidades. Essas lutas são importantes contribuições ao serem pensadas na possibilidade de um pluriverso, se posicionando contra o desenvolvimentismo na busca por outros modelos de vida, de economia e de sociedade.

Para Escobar (2015), o aspecto-chave de muitas ontologias relacionais centra-se no território como o espaço-tempo de inter-relação, pensando no mundo natural e tudo o que o envolve e o constitui. O território é pensado além de uma base material para reprodução da vida humana, pois nesse contexto é revestido de uma vida própria com espaços animados, enquanto entidades vivas, não se resumindo a relações de caráter instrumental e de usuário.

Por fim, Leff (2014) ressalta como a crise ambiental está diretamente relacionada com a saturação da modernidade, além do fim da premissa do sujeito enquanto princípio que funda os destinos da humanidade e do planeta. A crise ambiental é percebida enquanto crise do conhecimento da modernidade, o que exige repensar o

sujeito pensado a partir da racionalidade moderna. É ressaltado pelo autor como essa crise não se refere apenas a pensar diferentes ontologias a partir da subjetividade, mas sim também a partir de seu sentido político, em sua constituição no mundo e a construção de identidades na relação com a natureza e a sustentabilidade da vida.

Pensando um sujeito do ecologismo, Leff (2014) resalta como ele não é um sujeito da autoconsciência, que se liberta de toda estrutura e condição, mas que se re-identifica e se contra-identifica a partir das estruturas que está inserido, reinventando suas identidades em seu processo de emancipação. É transcendida a racionalidade moderna que se foca na auto reflexão, sendo primordialmente pensado na responsabilidade pelas condições de vida de um mundo ecologizado com sua própria ética. Buscam-se novas identidades coletivas que permitam reconstruir as relações de cultura e natureza a partir de um território de vida. Nessa proposta política, são pensadas essas novas identidades no campo da ecologia política, e como são inscritas numa ontologia política da diferença, com suas qualidades de solidariedades e antagonismos pela apropriação da natureza. São construídos novos atores sociais em uma complexificação da ontologia e da epistemologia, ressignificando e se reapropriando do mundo.

Um olhar comum é possível? Pensando as aproximações e distinções epistemológicas

Para iniciar o debate sobre aproximações e distinções possíveis do pensamento de latouriano e latino-americano enquanto epistemologias de análise da realidade, é proposto, inicialmente, apontar distinção entre os modos de análise, para ressaltar como esses modos não podem simplesmente ser sobrepostos enquanto leitura do cotidiano. Como foi percebido em Latour (1994), na sua crítica à modernidade é ressaltado como deve haver um descentramento dos humanos na análise, lançando o conceito de rede por sua flexibilidade e historicidade para perceber coletivos, associações entre humanos e não-humanos, que por sua vez são distintas em composição e tamanhos. Partindo de sua missão em superar a divisão de natureza e sociedade, é possível perceber no teórico europeu um compromisso central em conceber o valor que advém dos actantes, e como sua presença é inestimável para compreender a rede.

Ao pensar a modernidade a partir da leitura realizada por Latour (1994) é possível observar como a Europa Ocidental cria sua Constituição moderna junto dos processos de subjugar os saberes “pré-modernos” como primitivos. Por não se estruturarem em torno do bastião da racionalidade, qualquer outra forma de produção de saber é tida como inválida e é desacreditada. Esses processos são percebidos na obra de Quijano (1992, 2005), podendo estabelecer uma ponte nessas propostas teóricas enquanto críticas da modernidade enquanto conceito que cria a realidade e

os modos de existência ocidentais contemporâneos. Apesar do sociólogo peruano estabelecer críticas mais contundentes e investigar com maior profundidade os processos e os efeitos dessa Constituição na realidade latino-americana, é possível estabelecer um diálogo entre as propostas na sua crítica sobre os saberes que foram silenciados na criação do paradigma da modernidade/racionalidade, e da necessidade de outras formas de pensar a realidade para conseguir compreender os fenômenos experienciados contemporaneamente.

Porém, na leitura da obra latouriana, é possível perceber uma distinção em relação à produção ecológica decolonial ao perceber como os autores debatem sobre as complexidades nos humanos e a teia de complexidade que envolve o colonialismo, a modernidade e as várias formas de opressão cotidianas. Considerando o trabalho de Costa (2020) como um exemplo feliz em demonstrar essa complexidade, é ressaltado como a agroecologia deve envolver, também, debates de gênero, percebendo a cisão cultura e natureza não um fim em si mesma, mas como ela se dá a partir da lógica da colonialidade com seu caráter binário e hierárquico. Pensar novas formas de vivência, portanto, não pode se encerrar apenas nos humanos e não humanos, mas em todo um sistema de pensamento e como as articulações comunitárias e de bens comuns promovem uma nova epistemologia que rompe com os saberes que advém dessa matriz colonial. É ressaltada a necessidade de uma transformação de relações de caráter antropocêntrico, sim, mas também suas correlações com o racismo, o patriarcalismo e os modos de existência capitalistas, se posicionando contra a massificação neoliberal para buscar participações políticas sensíveis e criativas a partir do feminismo. Pensar as relações agroecológicas não se encerram em uma ecologia nova dentro de um sistema que apenas deve transformar as relações entre pessoas e não-pessoas, mas sobre toda uma lógica de saber que se materializa na realidade em decorrência das reverberações dos modos de ser coloniais.

Quando Latour (2020a) resalta a existência de uma crise que envolve dinâmicas da moralidade e do campo político, com reverberações de caráter sanitário, ecológico e até religioso, demandando uma nova relação com o mundo, essa posição irá encontrar eco em Escobar (2015). Considerando sua posição de reivindicação por uma nova ontologia, que irá se dar em um caráter relacional e vai se posicionar contra a massificação do mundo a partir do princípio de mundo único ocidental, orientado a partir das práticas de desenvolvimento e de consumo, o autor latinoamericano irá também contra a separação de humanos e não humanos, apoiando a leitura latouriana de uma densa rede de interrelações e materialidades. Há um pluriverso que resiste ao desenvolvimentismo, com um território que possui uma vida própria com espaços animados e entidades vivas que demandam uma relação que não se encerre na instrumentalização e na relação de usuário.

Leff (2014), em sua análise da modernidade, irá ao encontro com a tese de Latour no que diz respeito à saturação de uma modernidade fundada na premissa

de um sujeito que funda os destinos planetários e humanitários. Há uma crise de conhecimento que exige repensar a racionalidade. Há a necessidade, nesse contexto, de novas identidades coletivas, que possam reconstruir as relações de cultura e natureza a partir de territórios de vida. Considerando que para Latour (2020b) as crises ambientais atuais refletem um estilo de vida insustentável, com resultados irreparáveis, há a radicalização da emergência de pensar um sistema que não se abra e se encerre apenas nas atitudes humanas enquanto único ator que age e reverbera no mundo, já sendo sentida cotidianamente essa interdependência de seres que, por sua vez, demandam haver um novo sistema de conhecimento que permita abarcar e pensar essa complexa rede e suas atuações a partir de novas formas de relação dos humanos com a vida.

Nos termos do próprio Latour, é possível afirmar que enquanto os elementos constitutivos dos coletivos subalternizados – humanos, plantas, animais, territórios – forem absorvidos por redes que reproduzem a lógica capitalista ocidental moderna, ocuparão ali uma posição subjugada e estarão alheios a um modo de vida equilibrado em seu próprio território. É, portanto, ao resistir às investidas do colonialismo que emerge a possibilidade constituir uma rede distinta, operando em outra lógica – como a do Bem Viver, por exemplo – e sem a pretensão de tornar-se hegemônica, mas que, ainda assim, parte do pressuposto que “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 27).

Por fim, uma diferença possível para ser pensada na discussão da proposta de Latour (2020b) junto dos teóricos que compartilham uma posição ecológica decolonial se dá a partir do papel do político nas discussões sobre os caminhos a partir de um conhecimento que descentraliza o ser humano enquanto único criador da realidade. É defendido pelo teórico francês como o projeto de futuro que se dava entre as esferas progressistas e reacionárias, identificadas pelo espectro de esquerda e direita, não é mais suficiente para debater e compreender um futuro possível. Para ele, há um abismo que gera uma identificação com comunidades muradas que impedem de se perceber enquanto uma posição terrestre, que não cabe a defesa de posições políticas nesses moldes, já que afastam as pessoas de seu local e fazem viver fora do mundo, gerando negacionismos. Para resolver esse dilema, o autor desloca seus esforços para perceber como a ciência e a racionalidade se dialogam com um universal relativo aterrado, direcionado para pensar uma terra vista diretamente a partir do território.

Essa posição não está de acordo com diversas posições do olhar decolonial. Seja a partir do trabalho de Costa (2020) que ressalta a importância de um posicionamento político que quebre com uma matriz de pensamento colonial, percebendo os dilemas entre as próprias posições políticas dos sujeitos para gerar emancipações de sistemas de modos de vida opressores, até propostas como de Acosta (2016) e

Escobar (2015) que buscam debater diretamente o papel do político e do Estado na reivindicação de outros modos de existência.

Escobar (2015) defende propostas como a Lei 70, promulgada em 27 de agosto de 1993 na Colômbia que reconhece diversos direitos para grupos étnicos enquanto reivindicação territorial e identidade cultural, percebendo um grande valor na disputa sobre outros modos de existência em decorrência de sua recusa em participar e se adaptar ao mundo único moderno, que recusa outras possibilidades de habitar e experienciar o território. Acosta (2016), por sua vez, ressalta como o centro do processo econômico deve ser o ser humano ligado com a Natureza, reconhecendo o trabalho enquanto direito e dever das populações, redistribuindo e diminuindo suas cargas visando a dignidade, rompendo com o extrativismo ao perceber o crescimento econômico enquanto meio e não fim em si da atividade. Nesse processo, o mercado é percebido em uma ótica histórica, não se reduzindo à matriz moderna e colonial, observando configurações entre povos indígenas para efetivar práticas de solidariedade e reciprocidade, percebendo um caminho para isso a partir de reajustes na redistribuição de renda e riqueza.

Portanto, enquanto há uma recusa dos modos de política estabelecidos a partir de Latour (2020b), há um reconhecimento da necessidade de sua reivindicação enquanto mecanismo de justiça social pelos autores decoloniais. Nestes últimos, não há um abandono das distinções de posições políticas que não centralizem o debate ecológico, mas um reconhecimento de como esse debate faz parte em um sistema de pensamento complexo que exige a justiça social em várias instâncias da vida.

Considerações Finais

Um diálogo coerente entre Latour e os autores da ecologia decolonial abordados não é impossível, mas esbarra em algumas limitações. Além da questão discutida sobre o papel do Estado na conservação dos costumes e dos ecossistemas nativos, outro ponto que impede maior convergência entre os autores é o tratamento de Latour à categoria “humanos”, que não contempla as intersecções possíveis na vida desses humanos, o que é um obstáculo para pensar os coletivos latino-americanos. Nesse sentido, uma postura tal como de Costa (2020) é mais sensível a diferenças de raça, classe e gênero, complexificando o entendimento sobre o “humano” ao abarcar as diversas experiências de violência colonial que lhes reservaram um lugar subjogado, percebendo esse processo histórico da modernidade não só como sustentado pela relação entre sujeito e natureza, mas considerando toda a matriz de conhecimento moderna e colonial que confere códigos binários na organização do social.

Contudo, ainda que existam esses distanciamentos, o descentramento dos humanos em favor de um tratamento simétrico destes com os não-humanos é uma

das principais convergências entre Latour e os autores que pensam a ecologia na América Latina. A natureza não é pensada separada das culturas, os humanos não são mais vistos como dominadores de um passivo mundo natural externo a eles, mas como integrantes de um mesmo coletivo que engloba diversos actantes, cujas relações de interdependência são cruciais para um modo de vida que não seja autodestrutivo.

O que consta em Latour (1994) como exigência de um tratamento simétrico de humanos e não-humanos, aparece em Acosta (2016) com a adoção de uma postura sociobiocêntrica, ou seja, ambos aceitam como indispensável o abandono de uma concepção antropocêntrica do mundo. Tal posição tem lugar junto ao pensamento de Escobar (2015), que em favor do abandono de uma ontologia dualista vai reivindicar a adoção de uma ontologia relacional, onde “o terreno da política é aberto aos não-humanos” (ESCOBAR, 2015, p. 96), pois não se trata de uma relação sujeito-objeto, mas uma relação social entre distintos entes.

É possível apontar ainda que os povos historicamente subalternizados, que tiveram seus modos de vida e seus conhecimentos reprimidos, são parte indispensável das novas redes de humanos e não-humanos que devem se constituir em resistência à modernidade capitalista ocidental. São esses agentes que, tendo outras relações com a natureza que não a lógica do acúmulo econômico, são capazes de interpretar e “fazer falar” os actantes a eles ligados, sendo sensíveis às suas manifestações.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, ecofeminismo e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020a.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** – Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020b.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFF, Henrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 9–31, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13 n.29, p. 11-20, 1992.

Submetido em: 23/07/2023

Aprovado em: 30/11/2023

CONCEPÇÕES DE CONTROLE E
TRANSFORMAÇÕES DE ESPAÇOS SOCIAIS:
OS EMBATES E CONFIGURAÇÕES
DE UMA SANTA CASA

CONCEPCIONES DE CONTROL Y
TRANSFORMACIONES DE ESPACIOS
SOCIALES: LAS LUCHAS Y CONFIGURACIONES
DE UNA SANTA CASA

CONCEPTIONS OF CONTROL AND SOCIAL
SPACES TRANSFORMATION: A SANTA CASA'S
STRUGGLES AND CONFIGURATIONS

*André Luiz Mendes OLIVEIRA**

*Júlio César DONADONE***

*Mário SACOMANO NETO****

*Bruna Angélica Casonato RIBEIRO*****

RESUMO: A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem sociológica relacional com base na teoria de Campo de Ação Estratégica (CAE) e investiga as concepções de controle de uma organização da área de saúde: a Santa Casa de Mogi Mirim-SP. O método adotado na pesquisa, de caráter qualitativo e histórico, apresenta um estudo

* Professor da área de Gestão. Doutor em Engenharia de Produção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus São Carlos (IFSP/SCL), SP, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9284-7529>. Contato: andre.mendes@ifsp.edu.br.

** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Sociologia Econômica e Finanças (NESEFI). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2129-0129>. Contato: donadojc@uol.com.br.

*** Professor do Departamento de Engenharia de Produção Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, Brasil. Doutor em Engenharia de Produção. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2561-1700>. Contato: msacomano@ufscar.br.

**** Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2561-1700>. Contato: brunacasonato2@gmail.com.

de caso envolvendo pesquisa documental aliada a uma pesquisa de campo através de entrevistas. Os dados obtidos foram analisados considerando quatro categorias: Agentes do campo, Origem dos recursos financeiros, Papel do Estado e Atuação do Setor. A partir desta análise identificaram-se quatro concepções de controle: Caritária, Nosocômica, Mercantil e Semipública, evidenciando a dinâmica da Santa Casa como um CAE, observando o reposicionamento de cada um dos agentes dentro dos campos envolvidos – em especial o papel do Estado – demonstrando sua atuação, influencia e transformações e contribuindo para um importante debate sobre a dinâmica e formas de controle das Santas Casas.

PALAVRAS-CHAVE: Santas casas. Teoria de campo. Concepções de controle. Campo de ação estratégica.

RESUMEN: *La investigación fue desarrollada en un enfoque sociológico relacional basado en La teoría del Campo de Acción Estratégico (CAE) e investiga las concepciones de control de una organización en el área de La salud: la Santa Casa de Mogi Mirim-SP. El método adoptado en la investigación, de carácter cualitativo e histórico, presenta un estudio de caso involucrando una investigación documental aliada a una investigación de campo por medio de entrevistas. Los datos obtenidos fueron analizados considerando cuatro categorías: Agentes de campo, Origen de los recursos financieros, Actuación del Estado y Desempeño del Sector. A partir de este análisis se identificaron cuatro concepciones de control: Caritativa, Nosocomio, Mercantil y Semi público, evidenciando La dinámica de la Santa Casa como CAE, observando se el posicionamiento de cada uno de los agentes dentro de los campos involucrados -en especial el rol del Estado – demostrando su desempeño, influencia y transformaciones y contribuyendo a un importante debate sobre las dinámicas y formas de control de las Santas Casas.*

PALABRAS CLAVE: Santas casas. Teoría de campos. Concepciones de control. Campo de acción estratégico.

ABSTRACT: *The research was developed under a relational sociological approach based on the Strategic Action Field (SAF) theory and investigates the conceptions of control of an organization in the health area: Santa Casa de Mogi Mirim-SP. The method adopted in the research, of qualitative and historical character, presents a case study involving documental research allied to a field research through interviews. The data obtained were analyzed considering four categories: Field agents, Origin of financial resources, Role of the State and Performance of the*

Sector. From this analysis, four conceptions of control were identified: Charitable, Nosocomic, Mercantile and Semi-Public, evidencing the dynamics of Santa Casa as a SAF, observing the (re)positioning of each of the agents with in the fields involved – especially the role of the State – demonstrating its performance, influence and transformations and contributing to an important debate on the dynamics and forms of control of the Santas Casas.

KEYWORDS: *Santa casa. Field Theory. Concepts of control. Strategic action field.*

Introdução

O conceito de ‘campo’ originalmente foi desenvolvido nos estudos das ciências exatas, mais precisamente na física eletromagnética, sendo inserido nas ciências sociais pelos teóricos da *Gestalt theory*, na área da psicologia social, Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka que defendiam que a análise da forma como um organismo percebe o ambiente, somente teria sucesso através do estudo do campo de percepção em que o organismo está inserido como um todo. Kurt Lewin ([1936] 1958) inseriu as bases teóricas da noção de campo no contexto psicológico apontando que o comportamento do indivíduo deriva da junção de sua personalidade com seu ambiente.

Já no campo da Sociologia, o conceito de campo buscou representar as amplas regularidades das sociedades já que estas poderiam ser estudadas como organismos, sistemas e até estruturas. Para Bourdieu e Wacquant (1992) o campo pode ser definido, em termos analíticos, como uma rede de relações objetivas entre posições ocupadas por agentes em função da estrutura de distribuição dos diversos tipos de capitais que tais agentes possuem. Para Bourdieu (2005), autor referência na construção do conceito, a estrutura do campo é definida pela ação dos agentes que se encontram no campo e que o conformam conferindo-lhe sua estrutura. A definição da estrutura do campo também é definida pela atuação dos espaços adjacentes ao campo de ação estratégica segundo Fligstein e McAdam (2011). Para estes autores um campo pertence a uma intrincada rede de campos que podem ou não se influenciar a partir de três variáveis: proximidade, dependência e o grau de influência do Estado.

Para Fligstein e McAdam (2011) um campo de ação estratégica envolve uma ordem social de nível *meso* em que atores (individuais ou coletivos) interagem com o conhecimento de outro sob um conjunto de entendimentos comuns sobre os propósitos do campo, as relações dentro do campo (inclusive quem detém o poder e o porquê) e as regras do campo. Para os dois autores, os *first movers* de um determinado campo tendem a dominar o campo e buscam uma inovação constante para garantir sua posição, sendo chamados pelo autor de dominantes. O outro grupo,

os desafiantes buscam se inserir nos nichos não atendidos pelos dominantes e assim acumular capital suficiente para tomar a posição de dominantes dentro do campo.

Fligstein e McAdam (2011), por sua vez, definem a existência de incumbentes, que possuem recursos em quantidade maior, influenciando os propósitos e a organização do campo, ou seja, determinando as regras do campo. Em contrapartida existem também atores classificados como desafiantes, que apesar de não deterem o poder do campo, se submetem à lógica imposta pelos incumbentes para sobreviverem, mas buscam formas de alterar as regras do campo em seu favor e assim passarem a desempenhar o papel de incumbentes. Esta relação de disputa por posições dentro do campo apontada nas duas teorias indica que o campo é uma arena, um campo de disputa constante, em que posições e regras se alteram com o passar do tempo. Isto garante ao campo uma dinâmica que permite a alteração de sua estrutura, ou seja, as regras que regem o campo hoje, bem como seus dominantes não têm garantias de que serão os mesmos daqui a alguns anos, meses ou dias.

A abordagem sociológica do conceito de campo pode ser utilizada também nos estudos organizacionais, já que a própria empresa pode ser vista como um campo, um espaço de disputas pelo poder interno (BORDIEU, 2005), assim como os campos de ação estratégica são formados por outros subcampos em uma estrutura semelhante às *matrioskas*, as bonecas russas (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011). Esta análise das organizações não se restringe apenas às empresas tradicionais, mas para Fligstein e McAdam (2011) o conceito de campo de ação estratégico poderia ser aplicado também às instituições sem fins lucrativos.

Toda e qualquer empresa, com ou sem fins lucrativos, busca sobreviver e se manter no mercado e geralmente seus executivos buscam garantir o crescimento da organização muitas vezes em detrimento da maximização dos lucros. Estes rumos de ação são tomados a partir da visão de mundo que esses agentes possuem, ou como define Fligstein (1990), de suas concepções de controle.

Concepção de controle refere-se a uma visão totalizante do mundo dos gerentes ou empreendedores que os levam a filtrar os problemas do mundo num certo sentido [...]. Uma estratégia organizacional refere-se aos objetivos atuais da organização e as políticas adotadas para alcançar aqueles objetivos. A concepção de controle refere-se a porque gerentes enxergam aquelas estratégias como apropriadas para o que a empresa deve fazer. (FLIGSTEIN, 1990, p. 10-11, tradução nossa).

As concepções de controle não são as estratégias, mas o conjunto de ações que os atores, com determinada concepção de controle, selecionam em um determinado contexto organizacional.

Fligstein (1990) determina que a compreensão da concepção de controle das organizações em determinado momento baseia-se no estudo de cinco componentes:

(i) Estratégias; (ii) Estruturas; (iii) Unidades bases de poder; (iv) o papel do Estado; e (v) a formação/comportamento dos campos organizacionais.

Com base nestes cinco componentes, Fligstein (1990) realizou uma análise das 100 maiores empresas americanas de 1880 a 1980 e concluiu que quatro concepções de controle predominaram em momentos distintos. A primeira delas, a concepção de controle direto, adotou estratégias de ataque direto aos principais concorrentes. Caso esta estratégia não funcionasse ou houvesse dificuldade em ser aplicada, ocorria a união de empreendedores. As estratégias mais utilizadas no período eram baseadas em competição por preços e constituição de cartéis.

A segunda concepção de controle – controle baseado na manufatura – tinha por objetivo “produzir um produto sem a interferência dos competidores controlando as entradas e as saídas por meio de integração vertical e horizontal de produção.” (FLIGSTEIN, 1990, p. 14, tradução nossa). A integração vertical das atividades produtivas, as operações de aquisições e fusões visando ampliar a participação de mercado e os oligopólios baseados em determinados produtos figuravam como as principais estratégias das empresas.

A concepção de controle de vendas e marketing voltou o foco para a manutenção e ampliação das fatias de mercado. Suas estratégias abordavam a “diferenciação dos competidores em termos de qualidade do produto e preço; mais propaganda para aumentar a participação de mercado; novos produtos para estimular o crescimento; e expandir os mercados para produtos existentes, particularmente para além do oceano”. (FLIGSTEIN, 1990, p. 15, tradução nossa).

Enfim, a concepção financeira de controle,

[...] enfatiza controle por meio do uso de ferramentas que medem o desempenho de acordo com taxas de retorno[...]. As estratégias chaves são: diversificação através de fusões e desinvestimentos (em oposição à expansão interna); táticas financeiras para aumentar o preço das ações, dívidas e habilidade para absorver outras empresas; e o uso de controles financeiros para tomar decisões sobre a alocação interna de capital. (FLIGSTEIN, 1990, p. 15, tradução nossa).

A concepção financeira estava voltada principalmente às empresas de capital aberto cuja preocupação é a gestão do valor das suas ações, como exemplificado nos estudos por Carmo *et al* (2019 e Saltorato *et al* (2014).

Assim como Fligstein (1990) destaca o papel do Estado tanto nas concepções de controle quanto nos campos de ação estratégica, Bourdieu também enfocou em seus estudos a influência do Estado sobre campos. Entre 1989 e 1992, ele direcionou seus cursos no *Collège de France* para realizar uma análise sociológica do Estado. Diante desta lógica, entende-se a postura de Bourdieu ao tratar o Estado não como um novo tema, mas como uma evolução de seus estudos, já que o Estado francês

ao definir as leis que regem seu sistema de ensino cria a distinção tão criticada por Bourdieu em sua obra, criando o *habitus* e permitindo a delimitação de um campo de estudo a partir dos capitais envolvidos.

Bourdieu (2014) considera que a acumulação de capital simbólico é uma das principais atividades do Estado, pois através deste tipo de capital é possível garantir a existência e manutenção do Estado constituído. Infelizmente para que tal situação ocorra geralmente se faz uso da violência simbólica que garante a submissão dos cidadãos ao Estado em vigor. E é a partir desta submissão que Bourdieu (2014) também aborda a questão da filantropia através de um Estado-Providência: o Estado busca oferecer aquilo que é importante para o cidadão a fim de garantir a domesticação dos dominados. Isto se dá uma vez que o cidadão se conscientiza de que sem o Estado não pode sobreviver, já que ele é o provedor de suas necessidades básicas, tais como educação, cultura, saúde, habitação, etc.

A partir de tais referências teóricas, neste estudo o setor filantrópico será estudado como um campo de ação estratégica, tal como uma organização com fins lucrativos de forma isolada. Além disso, o setor filantrópico, como qualquer outro setor, está sujeito às influências por parte do Estado.

O SUS e as Santas Casas: amálgama, transformações e embates

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe consigo uma revolução para o sistema de saúde público brasileiro: a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Considera-se como revolucionário este sistema, pois ele atua com dois eixos norteadores: a integralidade (todos os serviços) e a universalidade (a todos os cidadãos), características estas que não existiam no funcionamento dos sistemas de saúde anteriores.

Entretanto como a esfera pública na época da criação do SUS não tinha estrutura suficiente – e até os dias atuais ainda não possui tal estrutura – a mesma Constituição previu a possibilidade de contratação de serviços de saúde da esfera privada para garantir o atendimento à população brasileira, dando prioridade à contratação de serviços de entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, categoria que enquadra as Santas Casas.

A partir de então as Santas Casas, que tinham como principal foco as atividades filantrópicas e de caridade, foram inseridas dentro do SUS passando a desempenhar o papel de prestadores de serviço ao Estado e sendo remunerados pela prestação de tais serviços.

De acordo como banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), os hospitais beneficentes, categoria em que se enquadram as Santas Casas, representam 44% das unidades hospitalares do SUS, fato que

qualifica o segmento como parceiro estratégico do governo federal na prestação de serviços de saúde (BRASIL, 2018a), uma vez que, a partir da inexistência desta retaguarda hospitalar e do desinteresse da rede privada em atender os usuários do SUS, o Estado brasileiro teria que praticamente dobrar sua estrutura hospitalar pública instalada para ter capacidade de atendimento.

Outros dados demonstram a importância dos hospitais beneficentes para o funcionamento do SUS: os hospitais beneficentes são responsáveis por mais de 2,76 milhões de internações do SUS (BRASIL, 2018a) e 54,3% destes hospitais são o único estabelecimento hospitalar existente no município em que estão instalados. Portanto, não é exagero afirmar que garantir a existência e o pleno funcionamento destas organizações é fundamental não apenas para o funcionamento do SUS, mas também para a sobrevivência da própria comunidade na quais estas estão inseridas.

Em julho de 2014, a sociedade civil foi surpreendida com a interrupção do atendimento de urgência e emergência da Santa Casa de São Paulo, considerada o maior centro médico filantrópico da América Latina, por um período de 28 horas. Na época a instituição justificou a interrupção do atendimento por falta de materiais básicos como gaze e esparadrapo, por exemplo, decorrente de uma dívida com fornecedores estimada em R\$ 400 milhões (quatrocentos milhões de reais).

Na sequência, a imprensa relatou problemas financeiros em outras Santas Casas tidas como referência em excelência de gestão como, por exemplo, em Porto Alegre-RS, Maceió-AL e Belo Horizonte-MG. A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), estimava que a dívida acumulada no segmento girava em torno de R\$ 15 bilhões (quinze bilhões de reais).

Para este estudo, uma análise preliminar indicou a existência de diversos trabalhos que têm a Santa Casa como objeto de estudo e que abordam a gestão hospitalar, a preocupação com custos e a busca por resultados. Além disso, o Brasil possui 241 cursos na área de administração hospitalar (BRASIL, 2018b) distribuídos entre bacharelados e cursos de tecnologia. Mesmo assim as Santas Casas vêm enfrentando uma crise, classificada por elas mesmas como financeira, que periodicamente toma conta dos noticiários.

Ora, se existem profissionais capacitados para gerir especificamente organizações de saúde, se existem trabalhos acadêmicos abordando práticas operacionais que dão resultados em outras organizações, por que as Santas Casas permanecem nesta situação a tanto tempo?

Outro comportamento contemporâneo que aguçava o desenvolvimento deste estudo envolve a forma como as pessoas veem as Santas Casas nos dias de hoje: apesar de ser uma organização de origem filantrópica, religiosa e privada, na maioria das notícias em que há reclamações a respeito do atendimento recebido, ou em muitos casos não recebido, em uma Santa Casa, os relatos indicam que, para o reclamante, a instituição pertenceria ao setor público – uma vez que, na maioria

dos casos a reclamação é encaminhada inicialmente ao agente público e não à Santa Casa.

Enfim, a Santa Casa é uma organização complexa, pois além de características comuns a qualquer organização – gestão de pessoas, gestão de materiais e gestão financeira, por exemplo – apresenta características de outras organizações específicas: (i) hoteleira, em função da gestão da ocupação dos leitos de internação bem como da gestão de enxoval e limpeza dos quartos; (ii) alimentícia, em função da elaboração de cardápios específicos de acordo com a prescrição médica ao paciente, bem como a preparação e distribuição das refeições; (iii) farmacêutica, em função da armazenagem e controle de medicamentos, sejam eles controlados ou não.

Além de ser uma organização complexa em virtude da diversidade de funções que exerce, a complexidade de uma Santa Casa também pode ser vislumbrada a partir da diversidade de agentes que ali atuam: os irmãos que compõem a diretoria; os médicos que compõem o corpo clínico; os convênios médicos a que está credenciada; o poder público como gestor do SUS; os gerentes contratados para gerir o hospital; o grupo de enfermagem nas diversas unidades de atendimento; entre outros. A convivência de tantos agentes com interesses tão diversos não poderia resultar em outra situação: a Santa Casa se torna uma arena complexa em que estes agentes disputam os recursos disponíveis.

Considerando o papel que as Santas Casas têm para o desenvolvimento de políticas de saúde, o objetivo deste trabalho foi analisar a transformação histórica nas formas de controle da Santa Casa de Mogi Mirim, sendo esta considerada como um campo. Buscou-se então:

- Situar a Santa Casa estudada em relação a seus espaços adjacentes;
- Identificar os agentes e a dinâmica de tomada de posições no campo;
- Analisar os incumbentes e desafiantes presentes no campo;
- Analisar as possíveis concepções de controle que possam se configurar.

Para isto, foram selecionadas duas abordagens complementares: as concepções de controle tratadas por Fligstein (1990), e a teoria de campo em nível *meso* elaborada por Fligstein e McAdam (2012).

Metodologia

O desenho da pesquisa ao longo do tempo adotado foi longitudinal, isto é, a pesquisa analisou diversos momentos no decorrer do tempo de vida da instituição e a coleta de dados adotou uma combinação de técnicas envolvendo análise documental e pesquisa de campo, considerando a conveniência para o levantamento de dados

que seriam utilizados definiu-se como objeto de pesquisa a Santa Casa localizada no município de Mogi Mirim-SP.

Como as Santas Casas são organizações centenárias, muitos dos agentes que estiveram em contato com elas já faleceram, ou no caso de ainda puderem ser entrevistados, não se lembrariam de todos os detalhes de fatos ocorridos a décadas atrás. Por isso foi desenvolvida uma análise documental não apenas em registros históricos de posse da Santa Casa, mas também os existentes no Centro de Documentação Histórica de Mogi Mirim (CEDOCH). O CEDOCH possui um acervo com os exemplares dos principais jornais de Mogi Mirim-SP:

- A Comarca, publicada desde 1900;
- O Impacto, publicado entre 1981 e 2017;
- O Popular, publicado desde 2005.

A coleta de dados consistiu em buscar reportagens nos jornais do acervo do CEDOCH, convênios públicos e legislação nas bases de dados da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim. A análise destes documentos com o auxílio das ferramentas teóricas possibilitou construir tanto a história da Santa Casa quanto do próprio atendimento médico-hospitalar no Brasil, além de identificar os agentes e seus discursos.

Uma pesquisa de campo também foi realizada, sendo que nesta etapa foi conduzido um Estudo de Caso Único da referida Santa Casa. A amostra única foi selecionada por conveniência em função da possibilidade de contatos existentes junto ou próximos à instituição.

A coleta de dados foi conduzida através da leitura dos documentos disponibilizados e de entrevistas semi-estruturadas com abordagem pessoal e/ou eletrônica, conforme a conveniência do entrevistado.

Foram realizadas seis entrevistas com os seguintes agentes:

- Tesoureiro da Mesa Diretora da Irmandade;
- Ex-tesoureiro da Mesa Diretora da Irmandade;
- Vereador e ex-secretário de saúde do município;
- Ex-administrador do hospital;
- Ex-gerente de enfermagem do hospital;
- Ex-provedor da Mesa Diretora da Irmandade.

A proposta de adoção destas técnicas de coleta de dados levantou os contextos, episódios e ações desenvolvidos pelos agentes pertencentes ao espaço social Santa Casa considerada como amostra. As entrevistas tiveram como principal objetivo identificar a percepção do entrevistado sobre a Santa Casa, sua percepção pessoal

na identificação de outros agentes e a influência destes no campo, bem como tentar identificar argumentos que posicionem estes agentes no espaço social.

As entrevistas auxiliaram a identificar episódios contenciosos relevantes da história da Santa Casa, bem como auxiliaram a identificar indícios dos posicionamentos dos agentes envolvidos dentro do campo Santa Casa. Mais importante do que o conteúdo das entrevistas, foi o direcionamento que estas proporcionaram à pesquisa.

Os dados obtidos através da pesquisa documental e da pesquisa de campo foram analisados através de quatro categorias: (i) Agentes do campo; (ii) Origem dos recursos financeiros; (iii) Papel do Estado; e (iv) Atuação do Setor.

Quadro1 – Categorias de Análise do Campo Santa Casa

Categoria	Descrição
Agentes	Identificar os principais agentes presentes no campo, bem como os papéis desempenhados por estes (incumbentes ou desafiantes ou participantes). Outro ponto analisado foi a identificação de espaços adjacentes ao campo Santa Casa e o grau de influência sobre o mesmo.
Origem dos recursos financeiros	Identificar as principais fontes de financiamento para o funcionamento da Santa Casa.
Papel do Estado	Identificar o grau de influência do Estado nas regras do campo.
Atuação do Setor	Identificar como outras instituições do setor de saúde influenciavam o campo em estudo

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As análises realizadas permitiram (a) identificar as diferentes concepções de controle presentes na Santa Casa; (b) compreender a configuração inicial da Santa Casa como Campo de Ação Estratégica e suas transformações; e (c) definir o papel do Estado ao longo da história da Santa Casa de Mogi-Mirim.

Resultados e Discussões

Um dos objetivos proposto neste trabalho era verificar a existência de Concepções de Controle ao longo da história da Santa Casa. Para isso, os diversos episódios históricos foram analisados sob a lente de quatro categorias: (i) Agentes; (ii) Recursos Financeiros; (iii) Estado; (iv) Setor. Foram identificadas quatro Concepções de Controle distintas na história da Santa Casa e que serão discutidas individualmente a seguir.

Concepção de Controle Caritária

A concepção de controle Caritária foi identificada nos primeiros cinquenta anos de funcionamento da Irmandade com características muito próximas da gênese das Santas Casas: envolvimento de pessoas influentes na direção da Irmandade e atendimento preferencial aos pobres e indigentes da cidade.

O perfil do provedor na concepção de controle Caritária fica claro quando se analisa o período: trata-se do grande fazendeiro. Nos primeiros 15 anos da Irmandade quem esteve à frente dela buscando recursos para a construção do hospital foi o cônego José Luiz de Brito, mas assim que se definiu pela construção do prédio, o cônego se afasta e nos 35 anos seguintes, a provedoria foi ocupada por fazendeiros durante 32 anos.

A presença de um rico e influente fazendeiro como provedor da Santa Casa ajudava a estimular que os demais fazendeiros do município contribuíssem com a Irmandade. E contribuir com a caridade era muito bem visto na época, tanto que no início das obras do primeiro prédio havia a proposta de doação de dois terrenos para a Irmandade: o primeiro que pertencia ao tenente Quartim e o que foi escolhido do que era de propriedade do tenente-coronel José Baptista da Luz.

Esta influência incidia também na origem dos recursos financeiros para a Irmandade, pois parte da produção agrícola destes eram destinadas à Santa Casa além de legados deixados em testamento por pessoas que não possuíam herdeiros diretos. Os principais legados recebidos pela Santa Casa eram ações de empresas e títulos da dívida pública, em seguida valores em espécie e em três casos a Irmandade recebeu terrenos.

A preocupação em oferecer à Santa Casa ações e títulos era uma forma de garantir uma renda, considerada na época, constante através do recebimento de dividendos e rendimentos, e, no caso dos títulos, quando de seu resgate, o valor obtido na operação poderia ser aplicado em novos títulos.

Além dos legados, as doações em vida também eram rotineiras, como a compra de um carro fúnebre pelo coronel João Leite do Canto e que foi doado para a Santa Casa. As doações também ocorriam em datas festivas ou em memória de familiares, como o aniversário natalício, matrimonial ou de falecimento, festado do padroeiro ou do santo de devoção. O coronel João Leite para comemorar o 49º aniversário de seu casamento doou a quantia que se fazia necessária para o hospital construir o pavilhão de atendimento aos tuberculosos.

Outra fonte de renda já citada na análise do primeiro período de vida da Irmandade foram as subvenções governamentais, pois os governos estadual e municipal garantiam todos os anos o envio de recursos para auxiliar o custeio do hospital. Nesta concepção de controle temos o Estado com um papel semelhante aos dos fazendeiros: ajudar a caridade, pois a Santa Casa era vista como uma obra social de auxílio e não como ferramenta de políticas públicas.

Nesta época a influência do setor sobre a Santa Casa era praticamente nula, pois o hospital mais próximo, sem considerarmos Santas Casas, estava localizado em Campinas, um dos polos para tratamento médico dos mais abastados da sociedade. Outra opção para encontrar tratamento era São Paulo, destino também procurado pela alta sociedade da cidade.

Nos primórdios de sua história, e pode-se dizer que é o momento da criação do campo Santa Casa, apresenta-se claramente o incumbente: o Benfeitor.

Figura 1 – Campo de Ação Estratégica durante a Concepção de Controle Caritária.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Afinal o Benfeitor é aquele que, pela acumulação de recursos financeiros próprios, é capaz de doar somas para manter o campo em funcionamento. O status aumenta à medida que se realiza doações. O episódio da decisão do terreno para construir o hospital deixa isto muito claro: haviam dois terrenos disponíveis; a doação do automóvel para serviços fúnebres; de recursos financeiros para a construção do pavilhão dos tuberculosos.

As regras do campo determinadas pelo incumbente estão voltadas para a capacidade de doar, se o indivíduo não tiver grandes recursos para isso, não pode estar à frente da Irmandade responsável pela Santa Casa

Entre os espaços adjacentes à Santa Casa, encontramos o Estado, um agente indiferente naquela época, não existiam legislações de grande impacto, nem o interesse na compra de serviços, apenas com pequenas contribuições.

Concepção de Controle Nosocômica (hospital)

A segunda concepção de controle identificada é a Nosocômica. Enquanto na concepção de controle Caritária a principal função é exercer a caridade, na concepção Nosocômica a função passa a ser atender o doente.

*Concepções de controle e transformações de espaços sociais:
os embates e configurações de uma Santa Casa*

O perfil dos provedores, após o período dos fazendeiros, passa a ser de pessoas que, apesar de possuírem terras, não tem sua ocupação principal na agricultura. Os primeiros oito anos de provedoria foram ocupados por médicos do Corpo Clínico da própria Santa Casa, dr. Altino por seis anos e dr. Ederaldo por dois anos. Estes foram sucedidos por figuras da área do Direito por 16 anos, um criador de gado por 8 anos e um empresário por 16 anos.

Outra característica que chama a atenção no perfil dos provedores desta concepção de controle é a participação na política municipal, algumas vezes ocupando concomitantemente o cargo de provedor e um cargo público. Nesta situação pode-se citar o dr. Altino e sr. Sebastião Tesch que foram vereador e provedor e o dr. Marcílio que foi provedor e prefeito.

Além da influência política dos provedores, esta concepção de controle é marcada pela preocupação com a estrutura física e a capacidade de atendimento do hospital, seja através de reformas, seja através de novas construções. A preocupação do Corpo Clínico em 1917 com as condições de higiene, o conforto das instalações, a construção de um pavilhão exclusivo para os tuberculosos, as reformas, a compra de novos equipamentos para o hospital em 1933 e a implementação da maternidade em 1941 exemplificam os esforços para ‘transformar’ a Santa Casa em um ‘hospital’.

Os recursos financeiros ainda têm, principalmente, sua origem nas subvenções governamentais e nos rendimentos patrimoniais, porém existe uma tendência de crescimento da prestação de serviços particulares. No final da década de 1930 e início da década de 1940, a Mesa Administrativa chegou a publicar anúncios para estimular as pessoas a procurarem o hospital, pois possuía acomodações ‘à preços módicos’.

Outra fonte de recursos foram os eventos beneficentes, bastante explorados no período:

- As quermesses em abril e julho de 1917 e abril de 1921;
- Um chá dançante e uma noite no cinema em setembro de 1935;
- A grande quermesse de 1939 que durou nove dias;
- A grande tómbola de 1954 para ajudar na construção do novo prédio da Santa Casa.

Outra forma de arrecadar recursos neste período foram as listas de auxílio e campanhas de contribuição:

- A colônia síria organizou uma lista entre si arrecadando Rs 605\$000 (seiscentos e cinco mil réis) em abril de 1917;
- Diversas listas de auxílio foram distribuídas entre os irmãos para passarem pela população em junho de 1917;

- A taxa de emissão do título eleitoral e a venda de capa para o mesmo eram revertidas para a Santa Casa em 1919;
- O Recenseamento da Caridade em novembro de 1935, quando os mesários passaram de casa em casa pedindo a contribuição de Rs\$200 (duzentos réis) por morador do domicílio.

O Estado até os anos 1930 continua a contribuir com a Santa Casa através de subvenções de custeio, porém a partir dos anos 1940, em virtude da criação do sistema previdenciário com os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), as subvenções para a caridade diminuem. Porém, nos anos 1950 as contribuições do Estado para a conclusão do novo prédio da Santa Casa foram fundamentais.

Já os hospitais e médicos da região começaram a se interessar em levar os pacientes de outras cidades para suas instituições e publicaram anúncios nos jornais das cidades sobre seus serviços. Foi caso da Beneficência Portuguesa de Campinas-SP e de alguns médicos daquela cidade e também de São Paulo-SP.

Na concepção de controle nosocômica, a Santa Casa se estrutura para dar assistência ao doente, a maioria dos atendimentos ocorre com os indigentes, mas o paciente particular começa a ganhar destaque. No movimento hospitalar de 1940, os pensionistas representam quase 38,59% das entradas no hospital e o faturamento deste serviço que em 1920 foi de Rs 172\$000 (cento e setenta e dois mil réis), 2,36% das receitas do hospital, em 1940 foi de Rs 609\$000 (seis centos e nove mil réis), 13,81% das receitas da Santa Casa. Outro indicativo de estruturação para o atendimento foram as campanhas para a construção do novo prédio que permitiria não apenas o atendimento das pessoas da cidade, mas seria um hospital para suprir as necessidades de toda a região.

Outro espaço que existe é o da Igreja que acreditava ter grande poder e influência sobre os rumos da Santa Casa, mas os desentendimentos na primeira reforma dos Estatutos, em 1918, mostraram que tal força não existia, nem na área de influência social e nem na área jurídica¹. A Igreja acreditava que tinha as forças de um incumbente, porém ela foi um desafiante que não logrou êxito em alterar as regras do campo na época e nem tomar a posição de incumbente. Isto ocorreu não porque os Benfeitores conseguiram impedir o acesso da Igreja, mas porque um outro grupo de desafiantes já havia surgido e acabara de tornar-se incumbente, ditando novas regras para o campo.

¹ Os desentendimentos durante a reforma dos Estatutos em 1918, culminou com uma tentativa de dissolução da Irmandade por parte do Bispado de Campinas em 1919, ação que levou à um litígio jurídico que se desdobrou até 1924, quando o Supremo Tribunal Federal determinou o ganho de causa à Irmandade da Santa Casa.

Figura 2 – Transformação do Campo de Ação Estratégica entre as Concepções de Controle Caritária e Nosocômica.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Eram os Arrecadadores. Durante o predomínio dos Benfeitores havia um grupo de agentes, que será denominado aqui como Voluntários, que se limitavam a prestar serviços voluntários ao hospital: eram os médicos da cidade. Com o passar do tempo os Voluntários perceberam que as regras dos Benfeitores não estavam mais funcionando, a capacidade de doar destes incumbentes não era suficiente para suprir as necessidades do hospital em relação às reformas e adequações físicas para o exercício da medicina.

É neste momento que os Voluntários se tornam os Arrecadadores, um grupo de desafiantes que não possuía a capacidade financeira de doar grandes volumes de recursos financeiros, mas possuía a capacidade de arrecadar pequenas porções de outros agentes do campo que somadas eram maiores que os recursos dos Benfeitores. Assim, os Arrecadadores passaram ao posto de incumbentes e enfrentaram a Igreja, socialmente, de 1917 a 1919 e juridicamente de 1920 a 1924.

Figura 3 – Campo de Ação Estratégica na Concepção de Controle Nosocômica.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A ascensão dos Arrecadadores alterou o campo Santa Casa, pois a busca por recursos não se deteve em obter donativos dos demais agentes do campo, mas também arrecadar recursos através da prestação de serviços dos Voluntários— apesar da maior parte do serviço prestado pelos Voluntários acontecer de forma gratuita, havia uma pequena parcela de atendimentos que eram remunerados. Os esforços dos Arrecadadores são percebidos através dos grandes eventos beneficentes, campanhas para aumentar o número de irmãos, além das reformas e adequações que geraram o aumento no número de atendimentos particulares por parte do hospital.

Neste período o Estado continua em uma posição de espaço adjacente concedendo recursos financeiros ao campo Santa Casa, porém sem desempenhar papel de destaque, assim como a Igreja representada pelo vigário paroquial que era membro da Irmandade, mas que não tinha grande influência sobre o campo Santa Casa.

Vale ressaltar que apesar das regras do campo quanto à forma de obtenção de recursos financeiros mudarem com os Arrecadadores como incumbentes, as regras para o foco de atendimento permaneceram: a prioridade continua sendo atender pobres e indigentes.

A configuração do campo com os Arrecadadores como incumbentes garantiu reformas ao antigo prédio da Santa Casa, bem como a construção de um novo entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950.

Se entre Benfeitores e Arrecadadores a forma de obtenção do recurso financeiro foi um fator de distinção e de mudança de posições no campo, os dois agentes compartilhavam de um recurso aparentemente sem importância: o recurso político. Aparentemente sem importância, porque quando se discute a caridade naturalmente a dissociamos de aspectos políticos, entretanto, praticamente todos os Benfeitores e Arrecadadores que estiveram na Mesa Administrativa da Irmandade desempenharam papel político na cidade ou na região, criando relacionamentos importantíssimos para que o Estado fornecesse recursos financeiros ao hospital.

Concepção de Controle Mercantil

A concepção de controle Mercantil surge no final da década de 1960 influenciada pela criação do INPS, Instituto Nacional de Previdência Social, e pela profissionalização da Santa Casa. A principal característica do perfil dos provedores, em virtude da polêmica da criação de um Pronto Socorro externo ao terreno da Santa Casa em 1971, mas gerenciado pela instituição, passa a ser a capacidade de mediar os interesses da Irmandade com os interesses do Corpo Clínico, do qual muitos médicos eram membros da Irmandade. A interação com a sociedade diminui drasticamente quando comparado ao papel do provedor nas concepções de controle Caritativa e Nosocômica, e o efeito disto pode ser observado através da somados

donativos e das contribuições da Irmandade que atingiam uma média de 28,31% das receitas da Irmandade nas concepções anteriores, na concepção de controle Mercantil cai para uma média de 0,82% do total de receitas. A profissionalização do corpo administrativo da Santa Casa é uma característica da concepção de controle Mercantil e que aproxima ainda mais a instituição de um modelo empresarial.

O hospital continua a atender aos indigentes, porém, esta categoria passa a ser chamada de 'Não Pagantes' em 1975 e, em seguida, de 'Gratuitos' a partir de 1977. Mas o destaque desta concepção de controle é a mudança no perfil dos assistidos: se em 1941 os indigentes representaram 61,41% das internações, em 1969 eles eram 39,19%.

A criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), fundindo os antigos IAP's e ampliando a rede hospitalar própria através do credenciamento de outros hospitais além de trazer seus conveniados para dentro da Santa Casa, ofereceu também uma fonte de recursos financeiros que se torna vital para a instituição: a prestação de serviços remunerada passa a ser a principal origem de recursos financeiros para o hospital. E esta é a tônica da concepção de controle Mercantil, prestar serviços hospitalares aos convênios, sejam quais forem, INPS, Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE), Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed), entre outros.

O credenciamento junto ao INPS trouxe verbas governamentais suplementares principalmente para construções e aquisição de equipamentos com a finalidade de melhorar o atendimento aos seus conveniados. É claro que o papel do Estado nesta concepção de controle não foi apenas como financiador das operações, mas atuou também como fiscalizador das condições das instalações para o atendimento dos conveniados do INPS.

Já o setor na concepção de controle Mercantil começa a ser mais atuante que nas demais concepções. Começam a surgir hospitais privados pertencentes a grupos de médicos de fora da cidade, porém como a demanda de pacientes particulares é baixa para sustentar tais empreendimentos, os primeiros planos de saúde privados são comercializados.

O campo Santa Casa voltou a se transformar no final dos anos 1960, em virtude de uma ação de um espaço adjacente até então indiferente, mas que se tornará um agente de destaque no campo: o Estado. Ao criar o INPS, o Estado buscou centralizar o controle dos IAP's, mas ao credenciar a Santa Casa para atender seus contribuintes e passar a remunerar os serviços médicos prestados, um novo grupo de desafiantes se formou: os Prestadores de Serviço.

Figura 4 – Transformação do Campo de Ação Estratégica entre as Concepções Nosocômica e Mercantil.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Esse grupo de agentes eram os remanescentes dos Voluntários que não haviam migrado para os Arrecadadores. Os Prestadores de Serviço se dão conta de que com o INPS poderiam continuar a realizar os atendimentos médicos no hospital aos indigentes e particulares, e ainda agregar os contribuintes, sendo remunerados pelo atendimento destes e gerando renda para a Santa Casa.

Os Prestadores de Serviço passam a incumbentes com uma nova regra para o campo: o recurso financeiro não é obtido pela capacidade de doar e nem pela capacidade de arrecadar, mas pela capacidade de faturar pelos serviços prestados. Essa configuração do campo também altera a regra da prioridade de atendimento, já que o contribuinte do INPS passa a ser prioritário, afinal o atendimento a ele garante a emissão da fatura do serviço. A posição de incumbentes dos Prestadores de Serviço chegou a ser desafiada por um grupo de Arrecadadores no episódio da implantação do Pronto Socorro em 1971, que culminou com a derrota dos Arrecadadores nas eleições para Mesa Administrativa em 1972 e ascensão dos Prestadores de Serviço e simpatizantes ao cargo de Provedor.

Figura 5 – Campo de Ação Estratégica na Concepção de Controle Mercantil.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A criação do INPS não apenas influenciou a reconfiguração do campo Santa Casa, como também o surgimento de um novo espaço adjacente, o dos Planos de Saúde, que também se tornaria um agente de destaque no campo em estudo. O campo dos Planos de Saúde se estabilizou com a crise do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), que substituiu o INPS no final da década de 1970, e com a falta de estrutura hospitalar no município para atendimento de seus conveniados, começou a utilizar a estruturada Santa Casa para a assistência hospitalar, tornando-se importante financiador do hospital a partir da década de 1980.

Concepção de Controle Semipública

Após a concepção de controle Mercantil, configura-se a concepção de controle Semipública, situação em que não basta aos provedores apenas mediar conflitos entre a Irmandade e o Corpo Clínico, porque um agente ganha uma maior relevância: o Estado. Na concepção de controle Semipública a principal característica é a capacidade de articular ações entre os princípios da Irmandade, os desejos do Corpo Clínico e as necessidades do Estado. Os provedores desta concepção de controle foram empresários e executivos de grandes empresas que aplicaram a expertise em gestão de negócios à administração da Santa Casa. A maior parte desses profissionais eram mesários indicados pelo Conselho Municipal de Saúde para o modelo de Cogestão² adotado no início da década de 1990.

² O Acordo de Cooperação Técnica e Gerencial de Saúde na Santa Casa de Mogi Mirim, conhecido como Cogestão previa que a administração do hospital seria composta por 50% de membros eleitos

Os recursos financeiros, assim como na concepção de controle Mercantil, se originam da prestação de serviços à convênios públicos e privados, entretanto a capacidade de articulação das provedorias amplia o rol de serviços prestados ao Estado, tornando os recursos públicos a principal fonte de financiamento do hospital. Em 2017, os recursos públicos representaram 88,18% das receitas da Santa Casa.

A implantação do SUS transforma a categoria “Gratuita” em “Usuário SUS” e a produtividade nos setores de internação deixa de ser medida através de número de internações sendo substituído pelo índice Paciente-Dia. Ampliando o rol de serviços prestados ao Estado, aumenta-se também o número de atendimentos aos usuários SUS: considerando o índice paciente-dia em 2017, os usuários SUS representaram 91,72% das internações na Santa Casa, enquanto no Pronto Socorro totalizaram 93,01% dos atendimentos.

Na concepção de controle Semipública, o Estado, por ser gestor dos recursos oriundos de todas as esferas administrativas – federal, estadual e municipal–que são aplicados à Saúde, adota uma posição que busca o controle das ações que são executadas na Santa Casa pela prestação de serviços ao SUS. Não se trata simplesmente do pagamento por serviços prestados como na concepção de controle Mercantil, mas, além dos serviços prestados, de metas a serem atingidas para a garantia do repasse de recursos.

O setor se consolida com os planos privados de saúde sendo oferecidos como benefícios essenciais no mercado de trabalho e alavancando a existência de hospitais privados na cidade o que intensifica a concorrência no atendimento aos usuários destes planos.

O Estado como tomador de serviço, passou a acompanhar mais de perto a prestação de serviços realizada aos contribuintes, não apenas sendo um espaço adjacente, mas começando a se relacionar como um agente do campo Santa Casa e com a implantação do SUS as relações dentro do campo se intensificaram ainda mais e a nova configuração do campo nos anos 2000 consiste em um desenho extremamente curioso: existem dois grupos incumbentes dando as cartas no campo.

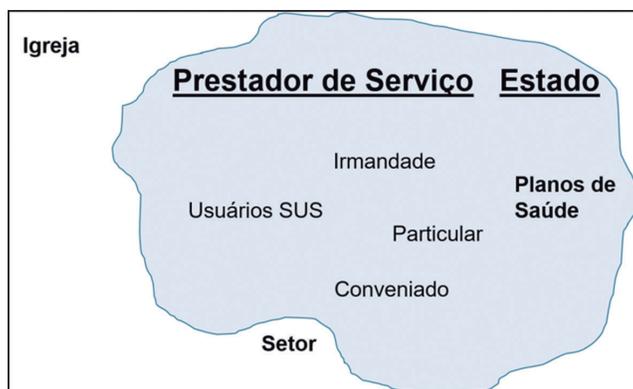
Com o SUS, o Estado não é apenas um tomador de serviços, mas é o gestor responsável pela eficiência e eficácia dos serviços prestados/contratados. Se por um lado o Estado em diversas situações, como no estudo de caso em questão, por não possuir estrutura própria para garantir diversos serviços de saúde, acaba contratando tais serviços da rede privada, por outro lado torna-se um agente que cobra constantemente os resultados desta rede. Cobra e se preciso for ameaça com autuações da Vigilância Sanitária, retenção de pagamentos, entre outras ações possíveis como gestor do recurso público. O hospital por sua vez, enxergando a oportunidade de

da Irmandade e a outra metade indicada pelo Conselho Municipal de Saúde. As funções de Provedor, Vice-Provedor, Tesoureiro, Secretário e Conselheiros Fiscais também eram divididas entre os dois grupos durante a gestão e a cada dois anos havia a alternância dos grupos nas funções.

prestar serviços ao SUS, luta para conseguir o máximo possível de convênios de prestação de serviços com este agente, tornando-se altamente dependente dos recursos públicos gerados por estes convênios e sujeito às penalidades que esta relação pode causar.

É esta relação que propiciou ao Estado a condição de incumbente, uma vez que a capacidade de gerir os recursos públicos, definindo quem será conveniado ou não, quem receberá o recurso ou não e até mesmo quando receberá o recurso, lhe permitiram dominar o jogo dentro do campo Santa Casa. O curioso nesse caso é que o Estado não surgiu como um desafiante aos Prestadores de Serviço, mas começou a criar regras paralelas às regras dos Prestadores.

Figura 6 – Campo de Ação Estratégica na Concepção de Controle Semipública.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

O que se vê hoje na configuração do campo Santa Casa são dois grupos distintos de incumbentes, os Prestadores de Serviço e o Estado, o primeiro graças a sua capacidade de faturar recursos e o segundo graças a sua capacidade de gerir os recursos. É como se fosse uma joint-venture incumbente que funciona na informalidade.

Mas, e a Irmandade? A realidade é que a Irmandade até tentou desafiar os Prestadores e o Estado, mas não obteve sucesso. Foi o caso em 2011, quando após seis meses de duras negociações, praticamente dobrou a receita com serviços SUS, e no ano seguinte com a ameaça do Corpo Clínico deixar de atender, inúmeras atuações da Vigilância Sanitária e notificações extrajudiciais por descumprimento dos convênios, o hospital foi interditado e o diretor executivo demitido. A demonstração de força dos Prestadores de Serviços se repete no início de 2017, quando o Corpo Clínico volta a interromper o atendimento e o Provedor cai. Enfim, a Irmandade dentro do campo Santa Casa passa a obedecer aos Prestadores de Serviço e a o Estado.

Quadro2 – Concepções de Controle da Santa Casa de Mogi Mirim

	Concepção de Controle Caritária	Concepção de Controle Nosocômica
Agentes	Provedor: Fazendeiros; Médicos: Voluntários Assistidos: Pobres e Indigentes	Provedor: Médicos; Advogados; Empresários Médicos: Voluntários Assistidos: Pobres e Indigentes; Pensionistas
Recursos Financeiros	Subvenções governamentais; Rendas Patrimoniais; Donativos	Subvenções governamentais; Rendas Patrimoniais; Donativos; Prestação de Serviços
Estado	Apoiador de uma obra de caridade	Apoiador de uma obra de caridade
Setor	Hospitais em outras cidades para os mais ricos.	Anúncios de hospitais e médicos de outras cidades.
	Concepção de Controle Mercantil	Concepção de Controle Semi-Estatal
Agentes	Provedor: Mediador Irmandade-Corpo Clínico Médicos: Remunerados Funcionários: ‘Profissionais’ Assistidos: Contribuintes e Particulares; Gratuitos	Provedor: Articulador Irmandade - Médico-Estado Médicos: Remunerados Funcionários: ‘Profissionais’ Assistidos: Usuários; Conveniados; Particulares
Recursos Financeiros	Prestação de Serviços; Subvenções governamentais	Contratos de metas; Prestação de serviços; Subvenções governamentais
Estado	Comprador de serviços; financiador de obras; fiscalizador de credenciados	Gestor de contratos; Controlador de ações; Fiscal Sanitário; Participante da mesa diretora
Setor	Hospitais privados no município; Comercialização de planos de saúde	Consolidação de planos de saúde; Hospitais concorrentes no atendimento a conveniados

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Considerações finais

Este trabalho buscou discutir a Santa Casa em uma abordagem sociológica, e analisar a influência do Estado sobre esta organização ao longo de sua história, já que o SUS é uma das políticas públicas de saúde atualmente envolvida no dia a dia destas instituições.

Outro aspecto trazido foi a análise das posições adotadas pelos principais agentes envolvidos na Santa Casa– o Provedor, o Estado, os assistidos, o Corpo Clínico e o Setor – em episódios históricos de destaque. Esta análise permitiu identificar quatro concepções de controle ao longo da história da Santa Casa: Caritária, Nosocômica, Mercantil e Semipública e como as configurações entre elas são distintas apesar de a organização em estudo ser a mesma, mas em diferentes momentos.

Finalmente, pôde-se indicar como uma organização pode ser analisada como um Campo de Ação Estratégica e como sua configuração se altera com o reposicionamento dos agentes. No caso estudado, fica claro como o Estado e o Corpo Clínico do hospital tomam o controle da instituição enquanto a Irmandade é colocada em uma posição semelhante a um peão de xadrez – a peça que pode ser sacrificada a qualquer momento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política&Sociedade**. n.6, p.15-57, abr. 2005.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Cambridge: University of Chicago Press, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. Consulta ao banco de dados. Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso em: 25 maio 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistemae-MEC. Consulta ao banco de dados. Disponível em: www.emec.mec.gov.br. Acesso em: 25 maio 2018b.

CARMO, Marcelo do; SACOMANO NETO, Mário; DONADONE, Júlio Cesar. Financialization in the Automotive Industry: Shareholders, Managers, and Salaries. **Journal of Economic Issues**, v. 53, p. 841-862, 2019.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**. v.47, n.2, p.61-80, Abr./Jun. 2007.

FLIGSTEIN, Neil. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. **A theory of fields**. Oxford, NY: Oxford University Press, 2012.

FLIGSTEIN, Neile McADAM, Doug. Toward a general theory of strategic action fields. **Sociological Theory**. v.29, n.1, 2011.

*André Luiz Mendes Oliveira, Júlio César Donadone, Mário
Sacomano Neto e Bruna Angélica Casonato Ribeiro*

LEWIN, Kurt. Psychology of Success and Failure. [1936]. In: STACEY, C. L.; DEMARTINO, M. (Eds.). **Understanding human motivation**. Howard Allen Publishers, 1958, p. 223–228. <https://doi.org/10.1037/11305-019>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/PsycBOOKS/toc/11305>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SALTORATO, Patrícia; DOMINGUES, Larissa Cecília; DONADONE, **Júlio César**; NEVES GUIMARAES, Márcia Regina Neves. From Stores to Banks: The Financialization of the Retail Trade in Brazil. **LATIN AMERICAN PERSPECTIVES**, v. 41, p. 110-128, 2014.

Submetido em: 01/02/2023

Revisões requeridas em: 09/09/2023

Aprovado em: 08/02/2024

Resenha

O CAPITAL SEXUAL E SUAS DESIGUALDADES
EL CAPITAL SEXUAL Y SUS DESIGUALDADES
SEXUAL CAPITAL AND ITS INEQUALITIES

Caio César PEDRON*

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho está posto na recensão crítica da proposta de abordagem teórica do *capital sexual* de Eva Illouz e Dana Kaplan (2021). Para tal intento, procurei apresentar este modelo de interpretação tanto em sua dimensão formal/descritiva quanto em sua perspectiva histórico-desenvolvimental. Para além da pura análise dos componentes teóricos, apresentei alguns problemas sociais que poderiam ser observados sociologicamente à luz deste enquadramento conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: Capital sexual; Amor; Desigualdade sexual.

RESUMEN: *El objetivo general de este trabajo se basa en la rescención crítica del abordaje teórico propuesto sobre el capital sexual por Eva Illouz y Dana Kaplan (2021). Para tanto, miré presentar este modelo de interpretación tanto en su dimensión formal/descriptiva como en su perspectiva histórico-evolutiva. Mas allá del análisis puro de los componentes teóricos, Yo mostré algunos problemas sociales que podrían observarse sociológicamente a la luz de este marco conceptual.*

PALABRAS CLAVE: *Capital sexual; Amor; Desigualdad sexual.*

ABSTRACT: *the general objective of this work is based on the critical review of the proposed theoretical approach to Sexual Capital by Illouz and Kaplan (2021). For this objective, I sought to show this model of interpretation as well in your formal/*

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0774-0138>. Contato: c192481@dac.unicamp.br.

descriptive dimension as in the developmental/historical perspective. Besides the pure analysis of theoretical components, I presented some social problems that could be sociologically observed with this conceptual framework.

KEYWORDS: *Sexual capital; Love; Sexual inequality.*

Introdução

Desde que coloquei os olhos pela primeira vez na obra da socióloga Eva Illouz percebi a potencialidade do arranjo teórico que a autora mobilizou para explicar a *afinidade eletiva* entre uma cultura afetiva extremamente sofisticada e a constituição e emergência do capitalismo tardo-moderno. O primeiro livro ao qual tive acesso foi *O amor nos tempos do capitalismo* (2011) – uma espécie de compêndio das exposições da autora nas prestigiosas Conferências Adorno organizadas no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt – que oferece uma introdução ao projeto de investigação de Illouz, tanto no seu desenvolvimento histórico quanto no diagnóstico do tempo presente, passando por indicações úteis para a investigação sociológica em meios digitais e por alguns insights teóricos preciosos.

Dentre as ideias ali apresentadas, uma me chamou a atenção em particular, no segundo capítulo do livro a autora mobilizou a teoria dos campos e a ideia de capital como cunhada por Pierre Bourdieu (1930-2002) para pensar as dimensões das emoções e do amor sob a ótica de um *campo de afetos*, com um *estilo de vida* próprio e regido por classificações, distinções e definições imbuídas de um teor psicológico (tal qual nos testes de personalidade, QI e até na ideia de inteligência emocional). Como estudioso do amor enquanto crença emocional (COSTA, 1998) incorporada em práticas que são construídas e reconstruídas historicamente, percebi naquela abordagem uma nova forma através da qual poderíamos observar este processo de transformação¹ afetiva que ocorreu durante o século XX e permanece “acontecendo” no século XXI.

Então, logo que tive acesso ao ensaio *El Capital Sexual en la Modernidad Tardia* (2021), escrito por Illouz em parceria com a também socióloga Dana Kaplan, quis dedicar algumas horas de estudo e redação para resenhá-lo. Sua leitura é indispensável para os que se dedicam a desbravar, sob o ponto de vista da sociologia, o terreno dos amores modernos, compreendendo que a relevância normativa adquirida pela crença na liberdade sexual é somente um dos sintomas da importância defi-

¹ Illouz (2012, p.60-61) utiliza a figura de uma grande transformação no amor – a imagem e semelhança da de Polanyi (2000) – para pensar o processo de autonomização do amor romântico frente às relações familiares, religiosas e comunitárias. Fundamentando, o socialmente determinado, mercado do matrimônio à vontade livre dos indivíduos desejantes.

nitiva que o sexo e a sexualidade alcançaram na atualidade. No tópico seguinte tratarei especificadamente da teoria do capital sexual de Illouz e Kaplan (2021), apresentando-a em sua construção tipológico-genética e, também, discutindo aquilo que parece ser fundamental para análise de conjuntura a qual a teoria se propõe.

Os tipos de capital sexual e o erotismo tardo moderno

Um dos potendados da modernidade é o da separação das circunscrições sociais nas quais residiam os vínculos familiares, as relações íntimas e a autenticidade plena dos indivíduos, daquelas outras dimensões consideradas impessoais, mundanas, seculares, em resumo, *da separação entre o público e o privado*. Os relacionamentos familiares e amorosos – neste novo arranjo social – serviriam como espécies de *equilibradores* da racionalidade instrumental, oferecendo um alívio frente ao cálculo mecânico e egoísta do mundo moderno.

Desta distinção binária surge outra, pois se o sexo era algo íntimo e interno ao relacionamento de duas pessoas no seu âmbito privado, qualquer tentativa de torná-lo público ou mercantil seria nefasta para aqueles que se envolviam nessa prática. Deste modo, surge uma clivagem entre o sexo que era considerado bom e aquele que era ruim, o primeiro era o matrimônio eticamente regulamentado e o segundo era aquele que se fazia na rua (ou nos bordéis) em troca de dinheiro. *A negociação da intimidade* (ZELIZER, 2011) foi colocada sob suspeita, sendo que tanto o trabalho doméstico quanto o sexual deveriam ser considerados dádivas isentas de qualquer vínculo com as trocas mercantis. O trabalho de reprodução feito pelas mulheres continuou sendo desvalorizado – tratado como obrigação ética e “entrega mais humana” – servindo perfeitamente ao processo de acumulação capitalista.

Esse arranjo no qual os homens descansavam suas existências na esfera da vida desinteressada foi sendo progressivamente substituído por uma distinção menos antagônica entre sexo bom ou mau. Desta forma, a prostituição no final século XIX passou a ser tratada como algo positivo, uma descarga de energia pulsional, e até, como denunciou Simmel (2006)², uma forma de manutenção da estrutura de estratificação social durante aquele século.

A frugalidade e o moralismo sexual puritano foram aos poucos cedendo lugar às novas e antigas formas de experimentação dos sentidos, iniciando-se uma nova era de consumo estendido também para o âmbito privado e, conseqüentemente, um

² Em um artigo, ainda no ano de 1892, Georg Simmel (2006) denunciava o uso da prostituição como forma de manutenção dos longos períodos de noivado que os burgueses aristocratas alemães contraíam enquanto estavam expostos ao processo de formação profissional, tendo em vista que muitos destes jovens só alcançariam a autonomia financeira após a admissão no serviço público ou no setor privado (por volta dos trinta anos). Sobrava, portanto, a prostituição como forma de descarga sexual e experimentação da afetividade.

espaço no qual poderiam se desenvolver formas de aquisição e conservação dos recursos sexuais. É deste cenário de mudança que depende a emergência de um campo afetivo com capitais simbólicos específicos (sexuais), ou seja, do momento de maturação da modernidade que alcança sua plenitude durante o desvelamento das décadas do século XX. Partindo deste apanhado contextual, podemos apresentar os tipos de capitais sexuais tabulados abaixo:

Quadro 1 – Tipologia dos capitais sexuais

Tipologia dos capitais sexuais				
Capitais	Definição	Sujeito	Forma de Troca	Local
<i>Capital sexual por defeito</i>	Castidade sexual codificada para operar como capital nos mercados matrimoniais do século XVIII e XIX.	Gênero (Mulher)	Segurança e provisão para as mulheres por castidade.	Casa, âmbito privado, familiar.
<i>Capital sexual como mais-valia do corpo</i>	Exploração mercantil do corpo (trabalho sexual e trabalho com o próprio prazer).	Classe (trabalhadora)	Dinheiro, desejo, bens de consumo erótico.	Consumo de produtos sexuais na casa e exploração do trabalho sexual em bordéis e na rua.
<i>Atrativo e êxito sexual</i>	Esfera social de valor e classificação independente, regras internas de comportamento.	Indivíduo (grupos de status)	Intercambio de sensualidade como capital social em círculos reduzidos.	Localidades urbanas, clubes, subculturas, festas e organizações universitárias.
<i>Capital sexual na modernidade tardia</i>	Sexo e sexualidade objetivados como estilo de vida, identidade, modos de comunicação pessoal.	Classe Média	Troca de sexo como capital humano, forma de distribuição desigual.	Campos sexuais passíveis de transbordamento para outras arenas da vida. (ampliação da “taxa conversibilidade” deste capital sexual).

Fonte: Adaptado de Illouz e Kaplan (2021).

Do ponto de vista espaço/temporal o capital sexual por defeito seria o **primeiro** no processo histórico, estando ainda reservada aquela separação entre sexo bom e sexo mau e, também, os mercados matrimoniais regulados pela distinção entre público e privado. A dessexualização da mulher, sua psicologização primeira

e a medicamentalização do seu corpo estão intimamente ligados com o processo de produção e acumulação capitalista, pois a reprodução social precisava democratizar as mulheres (RUBIN, 2017), oferecendo para cada homem sua esposa como garantia gratuita da reprodução da força de trabalho. “Este tipo de capital sexual encapsula duas ideologias modernas de gênero [...] o sexo pode ser “bom” e domesticado ou “mau” e mercantilizado. E, em segundo lugar, todas as mulheres são virgens por natureza, sexualmente mansas e inclusive carentes de paixão”. (ILLOUZ; KAPLAN, 2021, p.520-52, tradução nossa).

O **segundo** tipo de capital reflete uma mudança histórica ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX na qual o erotismo recobra os sentidos e a necessidade de experimentação dos jogos do desejo vai ganhando autonomia sobre a pudica sexual vitoriana. Os grandes empresários fabris percebem que seria necessário “docilizar” os corpos dos seus empregados por meio de uma dominação que levasse em conta a sexualidade dos seus operários, o *freudismo* ganha destaque e passa a operar como um dos grandes motores de arranque dessa nova subjetividade.

Para que a sublimação fosse consumada os homens e as mulheres precisavam destinar parte de sua energia pulsional ao sexo – que deveria ser bem feito, pois assim eles trabalhariam melhor –, anestesiando o componente disruptivo da sexualidade e transformando o próprio corpo em uma superfície de consumo. Portanto, é muito mais que apenas a mercantilização do trabalho sexual – que sempre existiu – ou o tráfico de produtos sexuais, centra-se, a bem da verdade, na constituição de *formas e espaços legítimos para a socialização sexual*, a constituição de um mercado consumidor adequado ao estímulo e exposição do desejo erótico.

O **terceiro** tipo é quase que o resultado lógico do desenvolvimento predecessor, pois se trata da consolidação dos espaços de sociabilidade abertos às novas e velhas formas de experimentação sexual. Os clubes, bares, casas de swing e tantas outras localidades vão aos poucos construindo redes de relações, separando-se em vários subgrupos e culturas próprias às experimentações da sexualidade e das identidades cada vez mais descentralizadas e reorganizadas em múltiplas práticas. O gênero ganha conotação performática, fluída e transitória, adequando o mercado sexual às suas novas demandas e também incorporando as lógicas econômicas aos seus estatutos heterodoxos.

Por fim, o **quarto** e último capital, ou melhor, a última forma de apresentação deste capital na tipologia e, portanto, sua expressão final no tempo presente, ocorre quando essas poses – já estabelecidas em mercados de trabalho e consumo e também constituídas em esferas autônomas e autorreferentes de expressão da sexualidade como performance individual, com um *estilo de vida* típico de grupos sociais intelectualizados – assumem uma função na luta pela conservação e reprodução de uma classe social que se mantém insegura diante do novo arranjo econômico do neoliberalismo, em outras e melhores palavras:

O capital sexual tardo moderno descreve a distribuição desigual do sexo como capital humano. Algumas pessoas são mais propensas do que outras em obter autoestima a partir de sua vida sexual e também estão em melhor posição para utilizar seu capital sexual em sua vida profissional. [...]. Concluímos propondo que o capital sexual moderno tardio não está só configurado pelo capitalismo neoliberal, senão que legitima e ajuda também que este avance. (ILLOUZ; KAPLAN, 2021, p.314-321, tradução nossa).

As autoras entendem não só que a sexualidade e o erotismo tenham sido mercantilizados, mas que também são utilizados como espaços de disputa e como *formas de acumulação e conservação de poder simbólico*³. O sexo recreativo, o *estilo de vida* liberto dos constrangimentos sociais e mesmo o matrimônio se constituem como formas legítimas de acumulação de capital sexual que pode ser intercambiado em outras esferas da vida. Portanto, servem junto com capital intelectual, social e econômico, como critérios de distinção e troca válidos para um mundo no qual os jogos de poder se espriam até as raiais da existência mais reclusa, *tiranzando com intimidades a vida pública e publicizando cada aspecto da vida privada* (SENNETT, 2001). A grande novidade da perspectiva das autoras está posta na percepção da conjunção entre gênero e classe que o conceito de capital sexual parece capturar, em suas palavras:

O capital sexual moderno é uma forma autogerida e auto derivada da autoridade da classe média. As relações de classe se reproduzem mediante interações cotidianas – especialmente as que têm lugar no trabalho. Tradicionalmente a autoridade e o privilégio social da classe média foram estabelecidos e reproduzidos dentro dos entornos profissionais. Contudo, a questão agora é o que constitui a autoridade da classe média, já que cada vez menos membros da classe média realizam carreiras profissionais estáveis e gozam de segurança laboral. Em outras palavras, quando

³ O conceito de poder simbólico apresenta a ideia de que a legitimação da ordem social está cristalizada na própria estrutura de percepções e apreciações dos agentes individuais (BOURDIEU, 2004, p.163), quer seja, nossas próprias personalidades, identidades e visões de mundo são cunhadas pela estrutura social da qual fazemos parte. A teoria do capital sexual se torna mais interessante quando projeta também para a dimensão das lutas simbólicas o seu aparato discursivo, digo isso, porque nos permite pensar em como o conjunto de princípios, valores e mesmo definições de situação mudam conforme a estrutura reorienta o gradiente de posições na topografia do espaço social. Desta feita, poderíamos pensar em como a liberdade sexual promoveu um conjunto de transformações que se espriaram para muito além da dimensão privada, por exemplo, na forma como diferentes classes sociais utilizam o sexo como recurso na luta por posições e poder; mas também, em como a ausência deste capital pode ser experimentada por diferentes grupos sociais, por exemplo, homens heterossexuais descontentes com o fardo de se lidar com o modelo concorrencial de disputa em mercados sexuais relativamente “abertos”, nos quais possuíam, anteriormente, uma reserva exclusiva de parceiras, caso específico dos movimentos masculinistas (NAGLE, 2017) que criticam a marcha pelos direitos civis, políticos e sexuais das mulheres.

o emprego é tão precário, os sujeitos da classe média ficam com pouco mais do que suas próprias capacidades afetivas inatas e, no nosso caso, relacionadas com o sexo, para restabelecer sua autoridade (ILLOUZ; KAPLAN, 2021, p.924-932, tradução nossa).

Por isso, o capital sexual se torna tão importante para as camadas médias, pois é através dele – e cada vez mais dele – que elas podem resgatar sua autoridade perdida cujos capitais intelectuais e sociais não conseguem mais recompor. Desta forma, Illouz e Kaplan (2021) assumem um conceito de capital erótico que tem historicidade e que acaba espelhando uma teoria que pretende explicar o *declínio de estabilidade e segurança das classes médias ocidentais*. A expressão dos afetos e emoções passa a ser um recurso escasso, porque, no fundo, é o corpo que sobra para ser manipulado, valorizado e intercambiado em tal cenário de total trituração da estrutura de estratificação social e dos seus mecanismos de reprodução social tradicionais.

Conclusão

Recomendo a leitura do livro *El Capital Sexual en la Modernidad Tardia* para todos os interessados em sociologia das emoções e dos afetos, especialmente, para os estudiosos do amor, pois boa parte da discussão apresentada na brochura responde à tentativa de *reconstrução* (BURAWOY, 2014) do legado bourdiesiano para responder a uma problemática específica. Insere-se numa seara de investigação frutífera, em uma posição mais crítica que a de Catherine Hakim (2012) e mesmo da economia sexual de Roy Baumeister *et al.* (2017), dialogando com Adam Isaiah Green (2014) na concepção de campo sexual – ou afetivo – e também no uso mais adequado da analogia com a teoria dos capitais⁴. Alguns pontos destacáveis para a crítica especializada na *praxeologia bourdiesiana* podem ser apontados segundo um critério de numeração por relevância, são eles:

1) ausência do *habitus* como elemento mediador entre estrutura e agência (BOURDIEU, 2004), na incorporação daquele conjunto de percepções, apreciações e ações cuja estrutura se expressa na singularidade das decisões do ator individual;

⁴ Illouz e Kaplan (2021) não elaboraram um grande debate para com as categorias de campo, de capital e poder simbólico. O ensaio redigido pelas autoras acaba devendo no debate teórico-conceitual, pois há pouca discussão sobre as implicações do uso desta reconstrução conceitual para com a teoria original. A esse respeito, ninguém fez exegese melhor do que Matt Georg (2014), pois o autor tratou de procurar as possíveis explicações para a não utilização dos conceitos de campo e capital pelo próprio Bourdieu em obras que tratavam de gênero, da sexualidade e do amor, como, por exemplo, *A Dominação Masculina* (BOURDIEU, 2011). A responsabilidade por levar esse debate adiante no Brasil é assumida por Maria Chaves Jardim (2019) que, usando as conceituações nativas de *ilusão* e *hexis* corporal, consegue pensar o fenômeno do amor sem precisar de categorias estranhas à matriz *bourdiesiana*.

2) na constituição deste campo afetivo não há uma separação coerente entre ortodoxia e heterodoxia, quer seja, uma definição mais abrangente de quais seriam os dominadores deste campo sexual e quais os critérios de distinção, estratificação e hierarquia que presidiriam este ordenamento social (BOURDIEU, 2007);

3) *Last but not the least*, seria muito interessante se tivesse havido um aprofundamento na análise dos estilos de vida implicados nos gostos sexuais (BOURDIEU, 1983) através da observação da homologia estrutural entre os mercados sexuais e outros mercados de bens simbólicos, isto é, percebendo como o sexo recreativo, *chemsex*, os produtos eróticos e até mesmo os relacionamentos *sugar* podem ser dispostos em um espaço de coordenadas junto de outros tipos de atividade e objetos que indicam certa forma de distribuição da propriedade radicada na lógica do *desvio diferencial* (BOURDIEU, 2004, p.160). Esse tipo de estudo fortaleceria a argumentação das autoras sobre os usos do corpo e da própria sexualidade como recursos na luta simbólica pela sobrevivência de um estrato social.

Neste trabalho procurei reproduzir fidedignamente a leitura que ambas as autoras possuem tanto do processo histórico que culminou com a emergência desta esfera ou campo sexual, quanto da forma como se apossaram do aparato conceitual *bourdiesiano*. Em outra oportunidade pretendo explorar os limites da reconstrução teórica⁵, bem como as possibilidades ainda não exploradas de usos e aplicações que poderemos fazer do conjunto conceitual elaborado. Para além do debate até então constituído sobre os afetos, Illouz e Kaplan (2021) apresentaram uma crítica ao *amor tardo moderno* alicerçada em um interessante enraizamento de classe, gênero e status, mais adiante das esperanças desmensuradas na democracia afetiva (GIDDENS, 1993) e, também, da pessimista *jaula de aço* que a dominação do companheiro menos brutal poderia ensejar (WEBER, 2016).

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) pela Bolsa de Pesquisa, a qual estive vinculado durante a feitura deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BAUMEISTER, Roy; REYNOLDS, Tania.; WINEGARD, Bo.; VOHS, Kathleen. D. Competing for love: Applying sexual economics theory to mating contests. **Journal of**

⁵ Em trabalho posterior pretendo comparar a abordagem de Illouz e Kaplan (2021) daquela que foi elaborada por Catherine Hakim (2012), pois creio que se possa compreender melhor os usos e desusos do espólio *bourdiesiano* para a discussão sobre sexualidade, amor e afetos, através da contraposição destas duas interpretações quase que antagônicas do capital erótico ou sexual. Ademais, poderemos compreender o papel que os valores e os interesses cognitivos têm para com a reconstrução de um artefato conceitual originado em outro contexto espaço-temporal.

Economic Psychology, v.63, 2017. p.230-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joep.2017.07.009>. Acesso em 1 maio, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Micelli. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Revisão Técnica de Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e estilo de vida. *In: Pierre Bourdieu: sociologia*. Org. Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BURAWOY, Michael. **Marxismo Sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude, nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

GEORGE, Matt. Rejecting the Specifically Sexual: Locating the Sexual Field in the Work of Pierre Bourdieu. *In: GREEN, Adam Isaiah (org.). Sexual fields: toward a sociology of collective sexual life*. University of Chicago Press, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A Negociação da Intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GREEN, Adam Isaiah (org.). **Sexual fields**: toward a sociology of collective sexual life. University of Chicago Press, 2014.

HAKIM, Catherine. **Capital Erótico**. Tradução de Joana Faro. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2012.

ILLOUZ, Eva. **Por qué duele el amor**: una explicación sociológica. Traduzido por María Victoria Rodil. Buenos Aires (Arg): Katz Editores, 2012.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011

ILLOUZ, Eva. KAPLAN, Dana. **El capital sexual em la modernidad tardía**. Traducción Vicente Merlo Lillo. Barcelona: Herder Editorial, 2021.

JARDIM, Maria Chaves. Para Além da Fórmula do Amor: amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos. **Sociologia e Política**, Florianópolis: SC, v.18.n.43, p.46-76, setembro/dezembro, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339990192_Para_alem_da_formula_do_amor_amor_romantico_como_elemento_central_na_construcao_do_mercado_do_afeto_via_aplicativos. Acesso em: 09 out. 2023.

NAGLE, Angela. **Kill all Normies**: the online culture wars from Tumblr and 4chan to the Alt Right and Trump. Wimchester (UK) e Whashington (USA): Zero Books, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Coleção Argonautas. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, Georg. Algumas “Reflexões sobre a Prostituição no Presente e no Futuro”. *In*: SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

WEBER, Max. Parte III - Religiões Mundiais – Uma consideração intermediária: Teoria dos Estágios e direções da rejeição religiosa do mundo. *In*: WEBER, Max. **Ética Econômica das Religiões Mundiais**: Ensaio comparado de sociologia da religião. Vozes, 2016.

ZELIZER, Viviana A. Rotman. **A negociação da intimidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Submetido em: 01/09/2022

Aprovado em: 15/10/2023

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasilense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.29 n.1

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,8 x 20,5 cm

Tipologia: Times New Roman, 11pt

